



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

**ECONOMIA DOMÉSTICA:
UMA DISCIPLINA ESCOLAR NO SECUNDÁRIO GINASIAL SERGIPANO DO
ATHENEU SERGIPENSE
(1944-1954)**

SAYONARA DO ESPÍRITO SANTO ALMEIDA

**SÃO CRISTÓVÃO (SE)
2017**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

**ECONOMIA DOMÉSTICA:
UMA DISCIPLINA ESCOLAR NO SECUNDÁRIO GINASIAL SERGIPANO DO
ATHENEU SERGIPENSE
(1944-1954)**

SAYONARA DO ESPÍRITO SANTO ALMEIDA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe como requisito para obtenção de título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof. Dra. Eva Maria Siqueira Alves

**SÃO CRISTÓVÃO (SE)
2017**

Aos meus amados pais, Gilson de Jesus Almeida e Maria José do Espírito Santo, por nunca medirem esforços para me fazer feliz.

A narrativa histórica, como uma mulher apaixonada, exige todo envolvimento do historiador, sua total entrega e, ao mesmo tempo sua total vigilância. Através da continuidade e da ruptura com formas de dizer já estabelecidas, quem narra vai esboçando seu próprio contorno, vai dando conta das migrações do seu desejo, vai se surpreendendo com seu próprio rosto. Da cabeça à mão, da mão à cabeça: o gesto que começa é o gesto que insiste, porque narrar não é se encantar com o texto. É cair na tentação do humano nele sempre presente. É hesitar com medo do fracasso, antes de atirar ao fundo. É buscar o que se perdeu do lado oposto das certezas. É oferecer alguma coisa a alguém. Quem aceita? (NUNES, Clarice. 1990, p. 44).

Agradecimentos

Finda-se mais uma meta profissional e um desejo pessoal que estabeleci para mim. Indubitavelmente, realizar um Mestrado é uma árdua tarefa e requer muita dedicação e persistência, pois as dificuldades são inúmeras e os contratempos, por vezes, desanimam.

Entretanto, há pessoas que tornam esse momento mais leve e te fazem buscar as forças que nem mesmo você sabe que tem. Pessoas as quais são tão responsáveis quanto eu pela feitura desta pesquisa, que não estão necessariamente explícitas nesse trabalho, mas revelam-se nas entrelinhas de minha narrativa. São a elas que venho agradecer.

Aos meus amados pais, **Maria José e Gilson Almeida**, por cada dia sempre relembrar que o conhecimento é a maior herança que pode nos deixar. Pelas incontáveis palavras de conforto, pelo colo amigo, pelo abraço sincero e por sempre acreditarem em mim. Esta, entre tantos outros estudos, são e serão sempre dedicados a vocês.

Às minhas irmãs, **Synara e Sabrina Almeida**, por estarem ao meu lado em todos os momentos.

À minha orientadora, a **Prof.^a Dr.^a Eva Maria Siqueira Alves** por tornar este desafio possível. Pelo incentivo, pelas oportunidades e também pelas “broncas” que fazem parte do eterno aprendizado.

À minha amiga de todas as horas, pessoa que esteve comigo no momento inicial das pesquisas, **Iara Alves de Farias**. Obrigada pelo carinho e pela atenção que sempre teve comigo.

Às amigas **Simone Paixão e Ana Márcia Barbosa**, minhas bases, minhas forças e meus incentivos acadêmicos que estiveram atrás desse processo. Sem vocês isso não teria sido possível!

Aos colegas de turma representados nas figuras de **Waldinei Santos e Renilfran Cardoso**, o Mestrado foi muito mais leve com as nossas conversas e risadas.

A todos os meus professores do Mestrado: **Josefa Eliana Souza, Dilton Maynard, Edmilson Menezes, Marizete Lucini, Bernard Charlot, Fábio Zoboli, Renato Izidoro, Iza Regina dos Anjos, Itamar Freitas e Verônica Mariano** por contribuir para meu crescimento profissional.

Em especial, agradeço imensamente aos professores: **Joaquim Tavares da Conceição** que além de docente em uma das disciplinas do Mestrado também participou da banca de qualificação e defesa com importantes contribuições ao meu trabalho. Ao professor **Kazumi Munakata** pela leitura cuidadosa e grande colaboração para a finalização da pesquisa. E,

principalmente ao professor e amigo **João Paulo Gama Oliveira**, pelas várias orientações e palavras motivadoras, por ter acreditado no meu trabalho e pelo excelente profissionalismo com que demonstrou nas análises da minha dissertação.

Ao **Grupo de Pesquisa Disciplinas Escolares: História, Ensino e Aprendizagem** pelas discussões sempre proveitosas e o companheirismo universitário.

À Capes pelo apoio financeiro.

Resumo

A presente pesquisa tem como objetivo examinar, por meio da gênese, função e funcionamento, a disciplina escolar Economia Doméstica no ensino secundário ginasial do Colégio Atheneu Sergipense (1944 a 1954). Disciplina ausente dos currículos escolares hodiernos, Economia Doméstica foi inserida na educação brasileira a partir do Decreto-Lei nº 4.244 de 9 de abril de 1942 e cujo público alvo era apenas meninas as quais deveriam, desde cedo, aprenderem a administrar uma casa e cuidar da família conforme as mudanças que se processavam no período. Utilizo para esta análise os conceitos de currículo (GOODSON, 1997; 2001) e disciplina escolar (CHERVEL, 1990). Por se tratar de uma disciplina escolar feminina, a abordagem utilizada insere-se também no campo teórico da História das Mulheres, tal como define Priore (2012). De cunho documental e historiográfico, as fontes que fundamentam este escrito correspondem a: leis, jornais, cadernetas de aulas, correspondências, livro de registro, provas catalogadas no Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense (CEMAS) e no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE). Em posse dos documentos e de fichamentos realizados a partir de leituras referentes à temática pesquisada realizou-se este estudo. Muito além de propiciar conhecimentos voltados para a formação de boas mães, esposas e donas de casa, o ensino de Economia Doméstica viabilizou noções científicas e higiênicas que alicerçaram o desenvolvimento de outros ofícios.

Palavras-chaves: Atheneu Sergipense. Economia Doméstica. Educação Feminina. História das Disciplinas Escolares.

ABSTRACT

The present research aims at examining, through the genesis, function and functioning, the school discipline Home Economics in the junior high school of the College Atheneu Sergipense (1944 to 1954). Discipline absent from today's school curriculum, Home Economics was inserted in Brazilian education from Decree-Law 4,244 of April 9, 1942 and whose target audience was only girls who should, from an early age, learn to run a house according to changes taking place in the period. I use for this analysis the concepts of curriculum (GOODSON, 1997; 2001) and school discipline (CHERVEL, 1990). Because it is a female school subject, the approach used is also part of the theoretical field of Women's History, as defined by Priore (2012). Based on Documentary and historiographic features, the sources that support this writing correspond to: laws, newspapers, classbooks, correspondence, log book, written tests cataloged in the Center of Education and Memory of Atheneu Sergipense (CEMAS) and in the Historical and Geographical Institute of Sergipe (IHGSE). In possession of the documents and records made from readings referring to the researched subject, this study was carried out. Beyond providing knowledge aimed at the formation of good mothers, wives and housewives, the teaching of Home Economics enabled scientific and hygienic notions that supported the development of other trades.

Keywords: Atheneu Sergipense. Domestic economy. Women's Education. History of School Disciplines.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Organograma 1 - Ensino Secundário a partir de 1942.....	44
Quadro 1: Disposição da Economia Doméstica na educação brasileira	19
Quadro 2 - Disciplinas do Ensino Secundário conforme a Reforma Capanema (1942)	45
Quadro 3- Leituras contidas na obra " <i>Noções de Economia Doméstica</i> " (1946) para as turmas de 3ª série e 4ª séries	77
Quadro 4 - Candidatas ao concurso para provimento da vaga para as disciplinas de Economia Doméstica e Trabalhos Manuais.....	91
Quadro 5: Conteúdos de Economia Doméstica da 3ª série "B" em 1944	98
Quadro 6: Conteúdos de Economia Doméstica da 4ª série "B" em 1945	100
Quadro 7 - Conteúdos de Economia Doméstica do Atheneu Sergipense - 3ª série "E" em 1946	107
Quadro 8- Conteúdos de Economia Doméstica do Atheneu Sergipense - 3ª Série "C" - 1947	108
Quadro 9 - Conteúdos de Economia Doméstica do Atheneu Sergipense - 4ª Série "D" - 1947	108
Quadro 10 - Conteúdos de Economia Doméstica do Atheneu Sergipense - 4ª Série "C" - 1948	110
Quadro 11- Conteúdos de Economia Doméstica do Atheneu Sergipense - 4ª Série "D" - 1948	111
Quadro 12- Conteúdos de Economia Doméstica do Atheneu Sergipense - 3ª série "D" em 1949.....	112
Quadro 13 - Conteúdos de Economia Doméstica do Atheneu Sergipense - 4ª série "B" em 1953.....	114
Quadro 14- Conteúdos de Economia Doméstica do Atheneu Sergipense - 4ª série "C" em 1953.....	115

Figura 1 - Propaganda de remédios na imprensa sergipana	39
Figura 2 - Prédio do Colégio Atheneu Sergipense na Avenida Ivo do Prado na década de 1940	49
Figura 3- Joaquim Vieira Sobral.....	56
Figura 4 - Boletim Anual de 1943 – 3ª série	64
Figura 5 - Caderneta de Aulas do Atheneu Sergipense - 3ª série “B”, 1944, Ester Vasconcellos	66
Figura 6- Isabel de Almeida Ramos Serrano.....	73
Figura 7 - Capa e Contracapa do livro "Noções de Economia Doméstica" (1946).....	76
Figura 8: Modelo de Livro Caixa utilizado em Economia Doméstica	82
Figura 9: Capa e Contracapa do livro “Economia Doméstica – Terceira e quarta séries” (1954)	85
Figura 10: Imagens do Livro de Economia Doméstica.....	86
Figura 11 - Prova Escrita de Economia Doméstica (1953).....	118

Sumário

1 INTRODUÇÃO	12
2 UM “MISTER SUBLIME”: INSTITUCIONALIZAÇÃO DA ECONOMIA DOMÉSTICA NOS CURRÍCULOS ESCOLARES DO ENSINO SECUNDÁRIO	27
2.1 Traços de uma época	27
2.2 A Reforma Capanema no Ensino Secundário brasileiro a partir da década de 1940	41
2.3 Adequação do Atheneu Sergipense à reforma nacional do ensino secundário de 1942.	48
2.4 Primeiros indícios da Economia Doméstica no Atheneu Sergipense	58
3 ORGANIZAÇÃO DO SABER ESCOLAR DOMÉSTICO	69
3.1 Atrações do lar: um giro pelos conhecimentos em Economia Doméstica.....	69
3.2 “Titãs da sabedoria” : as primeiras professoras de Economia Doméstica	89
3.3 Os Conteúdos de Economia Doméstica nos Registros das Cadernetas Escolares do Atheneu Sergipense	97
CONSIDERAÇÕES FINAIS	122
REFERÊNCIAS	125
FONTES	135
ANEXO	138

1 INTRODUÇÃO

É necessário que a mulher deixe os bancos escolares com a perfeita compreensão de sua vida futura, que ela saiba administrar uma casa, como usar adequadamente os alimentos, que tenha noções de Puericultura e, sobretudo, que sinta como é importante, como é nobre a sua missão no lar (SOUZA, 1952, p. 14).

Higiene da casa, enxovais, alimentação da criança, receitas de salgadinhos, conservação da carne, corte e costura, banquete de cerimônia e atitudes à mesa. Estes correspondiam a alguns dos conteúdos que compunham a disciplina escolar Economia Doméstica ofertada ao Curso Ginásial do Atheneu Sergipense a partir de 1943. Uma disciplina voltada somente para as meninas que cursavam as 3^a e 4^a séries do ensino secundário ginásial, ao transmitir esse conteúdo, pretendia-se que as alunas possuíssem entre seus saberes escolares noções de como serem boas esposas, mães e donas de casa.

O contato com a caderneta de aula, uma brochura que possui as anotações supracitadas ocorreu ainda durante o curso de Graduação em História Licenciatura pela Universidade Federal de Sergipe, quando iniciei os trabalhos de organização do arquivo escolar através do projeto de pesquisa Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense¹ (CEMAS)².

Esse encontro inicial foi bastante instigante, imagine caro leitor, eu, uma estudante do século XXI, engatinhando ainda no processo de aprendizagem na pesquisa e imbuída de um intenso anacronismo, deparar-me com algo, segundo a visão contemporânea, tão conservador: uma disciplina escolar que visava ensinar a cuidar da família, do lar e do casamento. Não demorou muito para uma avalanche de questionamentos aparecerem.

A partir desse atrativo inicial, juntamente com as várias leituras empreendidas, principalmente, por meio do Grupo de Pesquisa Disciplinas Escolares: História, Ensino e Aprendizagem (DEHEA/CNPQ/UFS), do qual faço parte desde o ano de 2007, foram

¹ O projeto, intitulado “Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense”, realizado sob a orientação da Prof^a. Dra. Eva Maria Siqueira Alves, tinha como objetivo higienizar, acondicionar, digitalizar e socializar para a comunidade acadêmica a massa documental produzida pelo Atheneu Sergipense. Além de manter uma exposição permanente da memória educacional e social da referida instituição. O projeto contou com o financiamento do MEC/Cultura e a colaboração de graduandos e mestrandos da Universidade Federal de Sergipe.

² Criado em 2005, com o objetivo de salvaguardar e disponibilizar a documentação produzida pelo Atheneu Sergipense no decorrer de seus 146 anos de história. Hoje, os documentos do arquivo permanente, após higienização, encontram-se empacotados e armazenados em caixas devidamente catalogados e com Guias de Fontes que abrangem o período de 1848-1970. Está localizado em uma sala na própria instituição. A coordenação do projeto de organização é exercida pela Professora Eva Maria Siqueira Alves com apoio de algumas instituições de fomento à pesquisa.

produzidos e publicados alguns trabalhos³, principalmente, problematizando a presença e a ausência da disciplina Economia Doméstica nos currículos escolares.

Entretanto, enganei-me quando acreditei que, em algum momento as indagações cessariam. Elas não se esgotavam, cresciam na mesma proporção da minha vontade em tentar respondê-las. Fazia-se necessário, a meu ver, uma pesquisa mais aprofundada.

Sem dúvidas, as singularidades, já explicitadas, características da Economia Doméstica, bem como o fato de ser uma disciplina ausente dos programas curriculares hodiernos, foram os principais impulsionadores do meu entusiasmo pela escolha de uma temática na área da História das Disciplinas Escolares.

Então, eis que se iniciou a construção, a pequenos passos, do objeto de pesquisa ora que lhes apresento neste escrito: a disciplina escolar Economia Doméstica no Atheneu Sergipense (1944-1954). O recorte temporal, que não deve ser entendido como uma demarcação rígida e inflexível e sim como um movimento dinâmico, justifica-se por ser 1944 o ano de funcionamento da disciplina, por meio do Decreto-lei nº. 4.244 de 1942, no currículo do Colégio Atheneu Sergipense. A delimitação final, em 1954, justifica-se pelo fato de que, neste ano, as turmas de Economia Doméstica do Atheneu Sergipense deixaram de ser composta apenas de mulheres e conta com a presença masculina no alunado. Com essa modificação o ensino de Economia Doméstica, bem como o funcionamento da instituição frente a mesma sofrem modificações como a metodologia e o sistema avaliativo sugerindo novos questionamentos para futuras pesquisas.

Por meio desta análise busco responder, entre outras indagações: por que inserir Economia Doméstica no currículo do ensino secundário? Qual a sua real finalidade? Como a disciplina era lecionada? Quem eram os (as) docentes? Havia livros específicos para essa disciplina? Como ocorreu a seleção para os (as) professores (as)? Como eram avaliadas as alunas? Os conhecimentos promovidos pela disciplina proporcionaram apenas a formação de boas “rainhas do lar”?

Seguindo os pressupostos citados para feitura deste estudo, iniciei minhas buscas nas literaturas produzidas nas instituições de nível superior do país com o propósito de mapear o que já havia sido pesquisado a partir da temática escolhida, a fim de localizar melhor o diferencial daquilo que almejava escrever.

³ Alguns desses trabalhos foram elaborados em parceria com outros componentes do projeto de pesquisa. Dentre as produções, cito: ALMEIDA, Sayonara do E. S.; FARIAS, Iara Alves de. A Disciplina Economia Doméstica no colégio Atheneu Sergipense na década de 1940. In: V **Congresso Brasileiro de História da Educação**. 2007. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/pdf/626.pdf>

Dessa forma, ao lançar um olhar aguçado sobre o banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e de grupos de pesquisas que estudam disciplinas escolares, observa-se que as análises em torno dos saberes de Economia Doméstica estão mais centrados no ensino secundário normal, voltados para formação de professoras primárias e no técnico-profissionalizante, com objetivo de formação para o mercado de trabalho.

Ressalvo que o mapeamento exposto limitou-se aos Programas de Pós-graduação em Educação isso porque, durante o levantamento percebi outros trabalhos científicos ligados à Economia Doméstica, mas sob a perspectiva do ensino superior e seus desdobramentos. Uma vez que, a partir de 1952 ela entrou no rol dessa modalidade de ensino, tendo a Universidade Federal de Viçosa, em Minas Gerais, sua grande representação.

Ao analisar 48 teses e dissertações (entre 2005 e 2015)⁴ oriundas de 3 grupos de pesquisas que adotam a disciplina escolar como objeto de análise, verifiquei que os estudos das disciplinas de História e Matemática lideram os primeiros lugares, com 8 e 11 trabalhos, respectivamente, na lista de produções científicas. Seguidas das disciplinas de Religião (2), Educação Moral e Cívica (2), Língua Portuguesa (2) e Geografia (2)⁵.

No que tange à Economia Doméstica, destaco: a Dissertação de Mestrado de Marcos Roberto Martins, apresentada à Universidade do Estado de Santa Catarina em 2009: **Co-Educação, Cultura Escolar e Seus Limites: Ginásio Barão de Antonina (1942-1952)**. O autor, através da categoria Cultura Escolar de Dominique Juliá e Gênero de Guacira Lopes Louro, buscou analisar as normas e práticas escolares numa instituição privada de ensino secundário. Sua análise parte da implantação da Lei Orgânica instituída por Gustavo Capanema que inseriu no currículo escolar, o ensino feminino e co-educativo normatizando um conjunto de práticas e saberes diferenciados por gênero. Por meio de regimentos, decretos, matrículas, fotografias, exercícios e outras fontes, Martins discorre acerca do cotidiano escolar, suas especificidades e os limites da co-educação na instituição analisada. Sua interpretação também pautou-se na verificação de conteúdos, avaliações, tempo e exercícios

⁴ A pesquisa propôs mapear os grupos de pesquisas brasileiros que adotam a disciplina escolar como objeto historiográfico. Assim, a delimitação inicial, 2005, corresponde ao ano de criação do Grupo de Pesquisa mais antigo (entre os selecionados) e 2016, ao ano em que a pesquisa foi realizada.

⁵ Sobre a pesquisa completa, consultar: ALMEIDA, Sayonara do E. Santo. Campo de Investigação da história das disciplinas escolares a partir de grupos de pesquisas brasileiros. In: **XI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação**. Porto: Portugal, 2016.

das disciplinas de Educação Física, Trabalhos Manuais e Economia Doméstica, por ele denominada de “generificadas”.

Em 2013, Ana Carla Menezes de Oliveira apresentou pela Universidade Federal de Sergipe, a Dissertação: **A Trajetória Histórica da Formação em Economia Doméstica na Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão (1952 a 1967)**. Seu propósito foi examinar, como o próprio título indica, a história do curso técnico em Economia Doméstica. A investigação dela perpassa pela análise do corpo docente, discente e administrativo que compunham o curso técnico. Bem como, discute alguns aspectos do currículo e programa escolar do referido curso. Nesse sentido, enfatizou disciplinas como Alimentação e Nutrição e Arte e Habitação. Segundo Oliveira (2013), os conceitos de Cultura Escolar e Gênero Feminino apresentaram-se como fio condutor de seu trabalho, contudo não deixa claro em seu texto, quais autores, especificamente, adotou como aporte teórico. Ao verificar suas referências e citações, penso que tenha se apoiado em Rosa Fátima de Souza, para o primeiro conceito e de Joan Scott para o segundo.

Entre as conclusões enfatizadas por Oliveira (2013), verifica-se que o curso não visou apenas à formação de boas mães e donas de casa como se acreditava, mas principalmente na preparação da mulher para o mercado de trabalho que emergia no período estudado, representando um marco importante na profissionalização e instrução feminina em Sergipe. Como também, que o trabalho feminino não deveria ser desenvolvido apenas no âmbito familiar e sim na comunidade em que vive de modo geral, a fim de beneficiar e transformar sua realidade.

Nesta pesquisa, segui o prisma da História das Mulheres e, como tal, a tarefa “[...] não é a desconstrução dos discursos masculinos sobre as mesmas, mas sim, a ultrapassagem da pobreza dos fatos que tornou a vida dessas atoras sociais tão descarnada” (DEL PRIORE, 2012, p. 233). Direcionei meu olhar sobre a participação dessas personagens dentro do universo educacional no secundário ginasial, almejando através de uma disciplina escolar perceber de que forma determinados saberes puderam contribuir em sua formação. De modo a dar voz e vida àquelas personagens femininas, até então, silenciadas nas fontes do Colégio Atheneu Sergipense.

Ainda no tocante às produções, em 2012, identifiquei, no Estado de Minas Gerais, a Tese de Nilce Vieira Campos Ferreira, posteriormente transformada em livro⁶: **Escola de Economia Rural Doméstica: Ensino secundário profissionalizante no triângulo mineiro**

⁶ O título do livro foi modificado para Economia Doméstica: Ensino Profissionalizante Feminino no Triângulo Mineiro (Uberaba/MG – 1953-1997).

(1953-1997). Com foco na história das instituições escolares, a autora buscou averiguar as estruturas da educação profissional no curso de Economia Doméstica em Uberaba (MG), desde seu surgimento até o encerramento. Abrange a configuração histórica do curso, os processos de escolarização e as práticas sociais institucionalizadas. A narrativa também aborda as alterações do papel da mulher e suas consequências numa escola voltada para o público feminino, as transformações educacionais brasileiras e suas repercussões no espaço particular dessa instituição, bem como promove uma discussão historiográfica que envolve o ensino secundário e o profissionalizante.

No mesmo ano, tem-se o estudo de mestrado apresentado a Universidade Tiradentes/SE de Rogério Freire Graça: **Civilidade e Formação de Professoras: um Mosaico do Ensino Normal Regional do Instituto Sagrado Coração de Jesus (Estância – Se, 1949-1955)**. Sua análise concentrou-se na história das instituições escolares ao passo em que investigou o Instituto Sagrado Coração de Jesus, Escola Normal e de cunho religioso, no município de Estância. Utilizando-se dos conceitos de Civilidade, de Nobert Elias, e Cultura Escolar, de Dominique Juliá, analisou as “disciplinas civilizatórias” e de formação docente do curso, entre elas, Economia Doméstica. Interessante destacar que fez uso de variadas fontes de arquivo privado de uma ex-normalista. Para análise de Economia Doméstica, especificamente, o autor serviu-se de um caderno escolar.

Localizei também a Dissertação de Mestrado recentemente defendida por Katia Viana de Souza (2015) da Universidade Tiradentes/SE: **A Disciplina Economia Doméstica e a Formação Feminina no Instituto de Educação Ruy Barbosa (1960-1970)**, cuja proposta foi investigar a funcionalidade da Economia Doméstica, enquanto componente curricular do ensino normal e sua contribuição na formação feminina. Para atingir tal fim, embasou-se nos estudos de André Chervel e Antonio Viñao, com o conceito de disciplina escolar e fez uso efetivamente de leis, decretos, cadernetas e declarações. Conforme a autora, ainda que o objetivo da Escola Normal fosse formar mulheres para o mercado de trabalho a fim de que se tornassem professoras, a manutenção de Economia Doméstica no currículo representou uma forma de não desvincular a função social feminina requerida naquele momento histórico: serem boas mães, esposas e donas de casa. E, desse modo, Economia Doméstica contribuiu muito mais para corroborar a realidade patriarcal brasileira das décadas de 1960 e 1970 do que para formação profissional destas mulheres.

Ademais, saliento nos estudos de Souza (2015), a ausência de informações de caráter geográfico, político, econômico, por exemplo, que pudessem auxiliar na interpretação dos

dados coletados e colaborar para uma interpretação mais consistente e melhor encadeada dos fatos históricos, conforme tem defendido pesquisadores da História das Disciplinas Escolares, como Pessanha (2014) e Bittencourt (2003).

Em minha pesquisa, o campo de delimitação da Economia Doméstica insere-se no ensino secundário ginasial cuja principal finalidade consistia em preparar as alunas para o ensino superior, destoando, portanto, de Souza (2015) e Graça (2012), os quais examinaram a disciplina em instituições escolares referentes ao ensino secundário profissionalizante e normal respectivamente. Para Graça (2012), Economia Doméstica não é o foco principal. Para ambos, a finalidade dessa disciplina estava relacionada à formação de professoras, tendo em vista a delimitação pertencer ao secundário normal.

No contínuo da literatura produzida, Dyeinne Cristina Tomé (2013) dissertou, em Maringá, sobre **Modas e Modos Domésticos: os Manuais de Instrução Femininos e a Educação da Mulher – Décadas de 1950 e 1960**. Seu objetivo foi investigar, por meio do conceito de civilidade de Nobert Elias, as orientações presentes nesses manuais com vistas à formação feminina. Composto de conselhos, dicas e regras sobre o agir feminino, os mesmos desempenharam um papel relevante para disseminação de padrões de comportamentos. Entre os manuais, inserem-se: “Noções de Economia Doméstica”, “Economia Doméstica e Puericultura” e “Aprenda a ser Esposa e Mãe”. A análise desses livros, bastante difundidos entre as mulheres da época, revelou que a imagem feminina veiculada, trazia um modelo de feminilidade voltado para os cuidados com o lar, o casamento e com os filhos, ideais de civilidade absorvidos da cultura francesa. A autora analisou Economia Doméstica como um manual, um impresso de circulação entre as mulheres e responsável pela disseminação de hábitos e comportamentos tidos como adequados para o público feminino.

No mesmo ano, há também a monografia de Iara Alves de Farias intitulada: **Economia Doméstica no Atheneu Sergipense: uma análise da disciplina nos anos de 1944 e 1949**, apresentada à Universidade Federal de Sergipe como requisito para conclusão do curso de História. A autora objetivou reconstruir um conhecimento histórico acerca da relação entre implantação da disciplina Economia Doméstica no Colégio Atheneu Sergipense com o momento histórico-político em que foi inserida no currículo escolar sob a concepção de análise de André Chervel e Ivor Goodson. Seu estudo, além de informações sobre a disciplina e a instituição, oferece-nos um panorama do período histórico de Sergipe bastante relevante. Entretanto, sua análise, em virtude do próprio perfil restrito da pesquisa, não teve um caráter detalhista e deixou alguns questionamentos, os quais me proponho responder, pendentes: a

disciplina utilizou algum livro didático? Como eram avaliadas as alunas? Por que inserir Economia Doméstica no secundário ginasial?

Assim, mediante as produções científicas elencadas, reforço que este escrito tem como foco a investigação pormenorizada da disciplina escolar Economia Doméstica como um componente curricular do ensino secundário no curso ginasial. Abordando sua relação com aspectos não só externos, mas principalmente internos à instituição de ensino o que confere a ela determinada singularidade.

Com vistas a dispor maiores esclarecimentos, ressalto que Economia Doméstica esteve presente no cenário educacional brasileiro, não só no curso secundário ginasial, mas também no ensino primário e na Escola Normal como disciplina, no Ensino Agrícola como um curso profissionalizante e, a partir de 1950 como um curso do Ensino Superior. Assim, sendo ramos de ensino diferentes, possuem finalidades distintas (CHERVEL 1990), ainda que estas nem sempre estivessem claramente especificadas. Essa dificuldade de demarcação de objetivos, muitas vezes, leva o leitor a considerar Economia Doméstica como um único projeto de educação desconsiderando as particularidades pertencentes a cada modalidade de ensino.

Quanto ao ensino secundário ginasial, demarcação deste escrito, almejava proporcionar uma formação intelectual geral, nos adolescentes, de forma que servisse de base a estudos mais elevados. (BRASIL, 1942. Art. 1º).

Conforme Decreto-Lei 9.613, de 9 de agosto de 1946, o ensino agrícola dedicava-se “essencialmente a preparação profissional dos trabalhadores da agricultura” (BRASIL, 1946. Art. 1º) tinha entre suas finalidades oferecer aos trabalhadores jovens e adultos, não diplomados, uma qualificação profissional que aumentasse a eficiência e produtividade.

Já o Ensino Normal, por meio do Decreto-Lei 8.530, de 2 de janeiro de 1946, destinava-se a formação do pessoal docente e administrativos necessário às escolas primárias e desenvolver os conhecimentos técnicos relativos à educação da infância. (BRASIL, 1946. Art. 1º).

Nesse caminho, fundamentada nas legislações nacionais e na literatura relativa à temática, sistematizei algumas diferenças gerais atribuídas à posição da Economia Doméstica na educação brasileira:

Quadro 1: **Disposição da Economia Doméstica na educação brasileira**

	ENSINO PRIMÁRIO	ENSINO SECUNDÁRIO	ENSINO AGRÍCOLA	ENSINO NORMAL	ENSINO SUPERIOR
Ano em que consta a presença de Economia Doméstica	1827	1942	1946	1946	1950
Finalidade de cada modalidade de ensino	Fornecer educação básica à população	Formação intelectual geral, aos adolescentes, de forma que servisse de base para os estudos mais elevados.	Curso que visava formação de mão-de-obra para agricultura	Disciplina que visava formar professoras primárias	Curso que visa formar profissionais para trabalharem em empresas, escolas, indústrias, etc.
Público alvo	Mulheres	Mulheres	Mulheres	Mulheres	Homens e Mulheres

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir de legislações nacionais, LOURO (2013) e FERREIRA (2014).

No ensino primário não havia a sistematização de conhecimentos da Economia Doméstica, conforme foi verificado em outras modalidades de ensino. Ainda que recebesse a mesma nomenclatura, às meninas deveriam ser ensinadas apenas prendas que serviriam à Economia Doméstica.

O conjunto de Leis Orgânicas do Ensino Secundário, o qual ofertava as modalidades clássicas e científicas, teve como proposta “formar as elites condutoras do país”. Quanto ao curso profissionalizante, composto pelo ensino normal, comercial, industrial e agrícola - tinham como objetivo oferecer formação adequada aos operários, comerciantes, professores primários que necessitavam ingressar precocemente na força de trabalho. Os próprios decretos estipulavam um ensino diferenciado para aqueles provenientes da elite a qual deveria gerir o país e um ensino diverso, destinado à formação do trabalhador.

O ensino superior em Economia Doméstica atende a um público mais amplo com pretensão de formar profissionais para atuarem em planejamento e execução de programas e políticas de educação ambiental, extensão rural e urbana, reforma agrária, promoção social, educação alimentar, educação e orientação do consumidor, entre outras funções.

Em relação aos conteúdos, embora não explicitados, tendo em vista não ser o foco da pesquisa, observei que Economia Doméstica enquanto curso técnico e superior adotou um caráter muito mais prático, pois direcionava-se à formação de mão-de-obra para o mercado de trabalho. Já como disciplina do curso primário e secundário era mais teórica.

Ao referir-me ao curso ginásial do ensino secundário, julgo importante algumas considerações sobre sua nomenclatura, visando tratar-se de uma modalidade do ensino já extinta atualmente, bem como a dificuldade em se chegar a uma terminologia mais adequada para caracterizar esta etapa da escolarização.

No período republicano, Dallabrida (2009) define o ensino secundário como o único curso pós-primário que preparava e dava direito ao acesso aos cursos superiores, diferenciando-se do ensino técnico-profissionalizante, considerado um ensino de nível inferior, que preparava mão-de-obra para o ingresso imediato no mercado de trabalho, e dos cursos normais, que formavam as profissionais para o ensino primário. Uma modalidade de ensino que, a partir de 1930 com crescimento significativo, passou por algumas reestruturações educacionais de forma a melhor organizá-lo.

Oliveira (2014), ao estudar a implantação e organização do curso ginásial no sul do Mato Grosso, fez um levantamento acerca das diferentes denominações que recebeu o ensino secundário brasileiro a depender da reforma educacional em que se enquadrou. Dentro da temporalidade aqui investigada, os termos ensino secundário e educação secundária designam o nível de estudos situado entre o final do ensino primário e o início do ensino superior. E que englobou o curso ginásial, o curso técnico-profissional e o curso normal, cada um, no entanto, com finalidades distintas.

Portanto, de acordo com os estudos de Oliveira (2014), o curso ginásial corresponde:

[...] ao primeiro ciclo de estudos secundários caracterizados pelos exames de admissão, pela seriação (conforme a reforma vigente em cada ano), por um conjunto de disciplinas escolares específicas para os estudos secundários, por programas e metodologias dessas disciplinas escolares, pela obrigatoriedade, pela (tentativa de) equiparação ao Colégio Pedro II. (OLIVEIRA, 2014. p. 24-25).

Desta feita, verifiquei os estabelecimentos públicos de ensino do período (mantidos pelo estado) que ofereciam os dois ciclos do ensino secundário (ginásial mais clássico ou científico), o resultado apontou para o Atheneu Sergipense, mas a escolha deu-se também por ter sido a primeira instituição oficial de ensino secundário de Sergipe e pelo prestígio social alcançado na educação do citado Estado. Sendo considerado como o berço intelectual de

grandes personalidades que marcaram épocas e deram sua contribuição à história da educação sergipana e brasileira.

Ainda que realizar uma pesquisa em um único *locus* pareça uma delimitação excessiva, acredito que foi possível uma análise mais aprofundada das fontes que, possivelmente, uma pesquisa mais ampla não teria permitido. Há uma tendência de pesquisadores (PESSANHA, DANIEL E MENEGAZZO, 2004; BITTENCOURT, 2003) da área de História das Disciplinas a considerarem que as investigações ocorram preferencialmente numa instituição específica, uma vez que a cultura escolar de cada escola confere sentidos específicos a essa história (PESSANHA, 2011). Deste modo, o estudo a partir da instituição onde a disciplina foi produzida permite a escrita de uma história mais pormenorizada da educação e neste caso, da disciplina escolar.

Nesse esteio, a relevância desta pesquisa está em produzir conhecimento para subsidiar as discussões nas áreas da História da Educação em Sergipe e no Brasil, sobretudo no campo das Disciplinas Escolares, das Reformas Educacionais, do Ensino Secundário, Currículo, Educação Feminina e Instituições Escolares. Como também servir de suporte teórico para os profissionais que hoje possuem a Economia Doméstica como profissão. Contribuindo para compreensão de seus aspectos históricos e colaborando na desmistificação de informações cristalizadas.

O crescimento do número de pesquisas que adotam as disciplinas escolares como objeto de investigação estão datados a partir de 1970 (VIÑAO FRAGO, 2008) em um período em que o papel da escola em suas especificidades foram repensados a partir das chamadas “Teoria Crítica do Currículo” e “Nova Sociologia da Educação”. No Brasil, esses estudos têm-se pautado nas vertentes inglesa, através de Ivor Goodson (1997), francesa, por meio de André Chervel (1990) e Dominique Juliá (2001) e, mais recentemente, a espanhola com Viñao Frago (2008) conforme pontuam Pinto (2014), Cassab (2010) e Souza Junior e Galvão (2005).

O campo da História das Disciplinas procura enfatizar os motivos que levam a escola a ensinar o que ensina em lugar de responder aquilo que ela deveria lecionar. Explica as transformações ocorridas em uma disciplina ao longo do tempo, fornece informações sobre a seleção cultural que faz a escola em determinadas épocas, além de contribuir para melhor compreensão de aspectos significativos da história de uma instituição.

Levando em consideração os limites e possibilidades da pesquisa histórica, menciono as categorias de análise com as quais dialogo neste trabalho: Currículo e Disciplina Escolar.

Esta pesquisa permite pensar o *currículo* como um artefato social e cultural em constante processo de assimilação e construção do conhecimento, sujeito a mudança e transformação e que não pode ser analisado fora de sua constituição histórica. (GOODSON, 1997). Assim como não é um processo natural e inocente, mas ilusório e multifacetado com interesses subjacentes.

“O currículo não é constituído de conhecimentos válidos, mas de conhecimentos considerados socialmente válidos” (GOODSON, 2001. p. 8). Também pode ser entendido como um processo informal de interação entre aquilo que é deliberado, o que é interpretado e o que é efetivado, às vezes de maneira transformada ou até mesmo subvertida. Nesse sentido, o autor adverte para a diferença entre o currículo prescrito (aquele oficialmente escrito) e o currículo real (o que de fato foi posto em prática na sala de aula). Essa diferenciação possibilita ao pesquisador repensar o currículo e sua aplicabilidade.

Nessa linha de reflexão, as disciplinas não se estabelecem no currículo escolar de maneira aleatória, sem objetivo algum. O que se ensina expressa os valores e funções que a escola difunde num momento social e histórico concreto. “É preciso começar a olhar a disciplina como um bloco num mosaico cuidadosamente construído” (GOODSON, 1997, p.31).

Corroborando das ideias de Chervel (1990), o termo “disciplina escolar” aplica-se tão somente às idades de formação, seja ela primária ou secundária sua especificidade se encontra nos ensinamentos da “idade escolar” quando as crianças e os adolescentes estão imersos nos processos disciplinadores e evoluem aos ensinamentos cada vez menos disciplinares e cada vez mais científicos (CHERVEL, 1990, p. 185-186).

A teoria cherveliana a define como um componente do currículo de um curso que organiza o ensino no interior da escola. Corresponde aos conteúdos de ensino acompanhados por métodos e regras “[...] para abordar os diferentes domínios do pensamento, do conhecimento e da arte” (CHERVEL, 1990, p.180). O autor entende que a disciplina escolar não é uma mera vulgarização ou “transposição didática” do saber acadêmico. E, que sua análise deve levar em consideração a escola como um espaço de criação e não somente de reprodução de valores, tendo em vista que as disciplinas são produzidas dentro da instituição a partir de suas relações com a cultura escolar.

Em outras palavras, a disciplina escolar deve ser investigada a partir de sua constituição e as finalidades a que deve satisfazer aspectos que segundo Chervel (1990) e Frago (2008) vinham sendo esquecidos pela historiografia da educação.

A instituição escolar não se limita, pois, a reproduzir o que está fora dela, mas sim, o adapta, o transforma e cria um saber e uma cultura próprias. Uma dessas produções ou criações próprias, resultado da mediação pedagógica em um campo de conhecimento, são as disciplinas escolares. (VINAO FRAGO, 2008. p. 189)

Para tanto, é necessário que a pesquisa não seja baseada apenas em documentos oficiais, mas também em documentos produzidos pelas instituições que põem a disciplina em ação: provas escolares, atas de reunião de professores, planos de aula, boletins, cadernetas, dentre outros que possibilitem novos olhares para escola. Logo, o estudo em história das disciplinas escolares deve esforçar-se em compreender tanto a história de seus conteúdos e métodos como suas relações com “[...] as finalidades às quais eles estão designados e com os resultados concretos que eles produzem” (CHERVEL, 1990, p. 187).

Goodson (2001) sustenta o ponto de vista de que o estudo em História das Disciplinas deve relacionar prática e processo, compreendendo o currículo como uma construção social. Explicitando por que determinados saberes são considerados legítimos e outros não, a depender do momento histórico. Assim como Chervel (1990), o referido autor sugere que seja desenvolvido um campo de estudo que tenha as disciplinas escolares como objeto central, pois permite que possamos questionar a naturalidade com que a mesma se apresenta no currículo de forma a repensar sua finalidade educativa. “Sabemos muito pouco sobre como as matérias e temas fixados nas escolas se originam e são elaborados, redefinidos e metamorfoseados” (GOODSON, 1997, p.76).

O viés de pesquisa de Goodson é marcado pela sua aproximação com a Sociologia da Educação. O pesquisador inglês chama atenção para fatores internos e externos que atuam no processo de construção das disciplinas escolares do currículo prescrito. Também desconstrói a ideia de que sempre as matérias acadêmicas precedem às matérias escolares. Em alguns momentos, o inverso também acontece. Como foi possível verificar, após a investigação, que ocorreu com a Economia Doméstica.

Ademais, pondera professores, alunos, setores da sociedade, políticas de governo e universidade como elementos relevantes para os historiadores das disciplinas escolares durante sua investigação. Do mesmo modo, Chervel atribui um papel central a estes, sobretudo discentes e docentes, considerando-os como verdadeiros produtores das disciplinas escolares.

Desse modo, Chervel (1990), Goodson (2001 e 1997) propõem que a história das disciplinas escolares seja desnaturalizada colocando as mesmas como objeto central de estudo a fim de investigar a construção social do processo de escolarização e a institucionalização

das disciplinas escolares. “Inclusive enfatizando como as escolas tanto refletem como refratam as definições dos conhecimentos culturalmente válidos” (GOODSON, 2001, p. 120).

Ao investigar uma disciplina escolar, é possível perceber o quanto a mesma pode nos dizer sobre a conjuntura de uma época. Neste caso em particular, foi possível desvelar um pouco do universo educacional feminino ainda vagamente explorado, entre outros motivos, pela tardia aparição feminina na História como “atrizes principais”.

Anteriormente ao Movimento dos *Annales*, apenas figuravam ao lado dos “grandes” homens. Só a partir da década de 1960 e com surgimento do movimento feminista é que elas ganharam um destaque maior nas páginas escritas. Para historiadora Mary Del Priore (2012), o interesse pela história das mulheres emerge, no Brasil, a partir de 1970 como fruto de várias rupturas que as levou a buscar, no passado, uma explicação para sua opressão e sua rebelião.

A corrente de análise é caracterizada como uma pesquisa documental de cunho historiográfico, portanto, seu cerne está na abordagem qualitativa, não na descrição ou quantificação de dados recolhidos, mas na importância das informações que podem ser geradas a partir de um olhar cuidadoso e crítico das fontes documentais. Inspirei-me nos pressupostos teórico-metodológicos da Nova História Cultural que através dos *Annales*⁷, propôs uma ampliação na maneira de entender e escrever a história ao permitir novas abordagens acerca de objetos antes ignorados.

Nesta perspectiva, trabalhei com a ideia desmistificada de documento proposta por Le Goff (2003) que entende o mesmo como produto das sociedades de uma época e não como algo totalmente verdadeiro. “O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias” (LE GOFF, 2003, p. 538). Portanto, foi importante desestruturá-lo, problematizá-lo e confrontá-lo com outros documentos a fim de descobrir as condições de sua produção histórica e as relações de poder ali estabelecidas.

Para empreender esta investigação, após mapeamento das produções científicas existentes, realizei diversificadas leituras selecionadas a partir de palavras chave relacionadas ao meu objeto de estudo, quais sejam: “ensino secundário”, “educação feminina”, “história das disciplinas escolares”, “higienismo”, “Atheneu Sergipense”, “Reforma Capanema” entre

⁷ A “Escola dos Annales” foi um movimento inovador que surgiu na França, no início do século XX, dando origem ao que conhecemos hoje de Nova História. Seus principais representantes foram Marc Bloch, Lucien Febvre, Jacques Le Goff, Fernand Braudel, Pierre Chaunu, Georges Duby e Emmanuel Le Roy Ladurie. Segundo Peter Burke (1997, p. 12) historiador inglês, “[...] os historiadores tradicionais pensam na história como essencialmente uma narrativa dos acontecimentos, enquanto a nova história está mais preocupada com a análise das estruturas.”

outras. Em seguida escrevi os fichamentos das mesmas, sendo todos digitados e organizados em arquivos no computador. Paralelamente, visitei alguns centros de documentação onde levantei fontes para subsidiar a pesquisa, a saber: leis, decretos, cadernetas, correspondências, atas, livro de registro e ponto, livro didático, diário oficial, fotografias, provas e programa de ensino. A maioria delas catalogadas no CEMAS e no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE), mas também fiz buscas na Biblioteca Pública Epifânio Dórea, Arquivo Público Municipal e Estadual de Aracaju e em sites como Biblioteca Nacional e Câmara dos Deputados.

Com o fito de obter a sistematização das fontes, estipulei uma divisão em grupos (sem qualquer tipo de hierarquização), respaldada nos temas que seriam abordados em minha pesquisa, em seguida as distingui por data (anos) e selecionei àquelas que entrariam no trabalho. Esses grupos foram assim denominados:

1. Documentos relacionados à implantação da Lei Orgânica do Ensino Secundário no Atheneu Sergipense (o Diário Oficial foi a fonte mais significativa, além de Relatórios da escola);
2. Documentos relativos às docentes da disciplina escolar Economia Doméstica no Atheneu Sergipense (Diário Oficial, Livro de Matrícula, Livro de Ponto, Atas, Ofícios, Livro de recortes de jornais e Correspondências);
3. Documentos concernentes à composição da disciplina escolar Economia Doméstica no Atheneu Sergipense (Cadernetas, Atas, Horários das aulas, Boletins, Livro de Matrícula, Relatórios, Livro Didático e de recorte de jornais, Provas e Ofícios);
4. Legislações nacionais e locais;
5. Jornais (*Folha da Manhã e Correio de Aracaju* que veiculavam notícias referentes ao cotidiano social feminino)
6. Documentos alusivos ao cotidiano escolar do Atheneu Sergipense (Relatórios, Correspondências e Ofícios).

Para interpretação e encadeamento dos dados, dediquei-me para realizar uma observação minuciosa nos documentos e cotejei algumas fontes produzidas pelo governo da época com aquelas elaboradas pela escola. Deste modo, foi possível vincular os indícios deixados pelos personagens nos diversificados documentos e compor uma narrativa histórica da disciplina escolar Economia Doméstica, narrativa esta que se encontra dividida em quatro seções.

Na primeira: **Introdução** na qual demonstro a construção do meu objeto de pesquisa, a produção acadêmica em torno do mesmo, os principais conceitos utilizados e a metodologia aplicada na feitura deste estudo.

A segunda seção: **Um “mister sublime”: institucionalização da Economia Doméstica nos currículos escolares do ensino secundário**, insere o objeto de estudo em um tempo e espaço no intuito de permitir compreender o cenário socioeducacional em que foi criada a disciplina de Economia Doméstica. A fim de atingir tal proposta, abordei principalmente como ficou configurado o ensino secundário, no Brasil e em Sergipe, a partir da Reforma Gustavo Capanema em 1942. Ademais, busquei explanar sobre como ocorreu a implantação de Economia Doméstica no currículo do Colégio Atheneu Sergipense.

Na seção 3: **Organização do saber escolar Doméstico** discuto, embasada em duas obras de Economia Doméstica, quais os principais conceitos utilizados no ensino desta disciplina conforme os livros didáticos do período. Em sequência foram analisados os componentes que compunham a disciplina no Atheneu Sergipense, tais como as primeiras docentes e seus processos seletivos, os conteúdos ensinados e as formas avaliativas.

Finalizo na seção 4 com as **Considerações Finais**, retomando os resultados obtidos no decorrer da pesquisa, de modo a responder às indagações as quais iniciaram todo o processo desta análise.

2 UM “MISTER SUBLIME”: INSTITUCIONALIZAÇÃO DA ECONOMIA DOMÉSTICA NOS CURRÍCULOS ESCOLARES DO ENSINO SECUNDÁRIO

Acha-se finalmente incluída no currículo escolar aquela disciplina que, por excelência, nos levará diretamente a melhor conhecermos e executarmos os misteres sublimes para os quais nascemos (SERRANO, 1946, p. 15).

A fim de entender como se institucionalizou a disciplina escolar Economia Doméstica no Colégio Atheneu Sergipense, as palavras que seguem objetivam explicar a configuração do Ensino Secundário no Brasil e em Sergipe a partir do ano de 1940. De modo a definir e caracterizar essa modalidade de ensino a qual compreende a delimitação desta pesquisa, bem como entender os motivos que levaram a uma nova reforma educacional configurada na Lei Orgânica do Ensino Secundário de 1942.

Seguindo a teoria de Goodson (2001), é importante conhecer não somente o interior da escola, mas também o que está fora dela, pois esse conhecimento colabora tanto para manutenção quanto para modificação da história de uma disciplina.

Entendendo as singularidades de cada sociedade, apresento dados sobre conjuntura política, econômica e social da cidade de Aracaju, neste momento histórico, de modo a fornecer informações relevantes para compreensão e interpretação da temática em discussão. Ademais, aponto como se encontrava Sergipe e o Atheneu Sergipense no período demarcado e de que forma sucederam, em nível municipal, as transformações que se processavam nacionalmente.

2.1 Traços de uma época

Compreender o que levou a inclusão da disciplina Economia Doméstica nos currículos escolares brasileiros implica em lembrar o panorama histórico em que a mesma se fez presente, bem como conhecer o lugar atribuído à educação na conjuntura temporal aqui delimitada. Com o propósito de atingir tal finalidade é importante apresentar as discussões e ideias gestadas no Brasil no período anterior a 1944, momento caracterizado por Capelato (1999) como uma fase de mobilização da sociedade em torno de vários projetos e propostas que estavam sendo colocados em pauta desde a implantação da República. Do mesmo modo, faz-se necessário apontar a atmosfera histórica internacional cujas consequências tiveram reflexos significativos no Brasil.

Com o desencadeamento da Segunda Guerra Mundial novos fatores colaboraram para delinear o cenário histórico que constituiria o século XX, sobretudo a disputa imperialista entre os Estados Unidos e a União Soviética – Guerra Fria. Acentuou-se a corrida em busca do desenvolvimento tecnológico baseado nos novos conhecimentos científicos, da prosperidade e do espírito otimista em torno da modernização. Consolidava-se a denominada sociedade urbano-industrial sustentada por uma política desenvolvimentista e com ela um novo estilo de vida. Novamente, a preocupação dos governantes brasileiros centralizava-se na superação dos problemas sociais, atraso econômico e cultural do seu povo.

A economia brasileira experimentou o incentivo à industrialização e ao processo de urbanização. A industrialização tida como sinônimo de desenvolvimento. Desenvolvimento concebido como anunciação do progresso e como condição de consolidação do mundo moderno. A principal meta do governo era superar o atraso e transformar o Brasil num país desenvolvido do ponto de vista econômico.

Fazia-se necessário transformar a população, considerada atrasada em um povo civilizado e produtivo como eram os franceses e europeus em geral. Para tanto, a educação foi apontada como o principal meio de promover o desenvolvimento social:

Convençamo-nos de que todo brasileiro poderá ser um homem admirável e um modelar cidadão. Para isso, há um só meio, uma só terapêutica, uma só providência: é preciso que todos os brasileiros recebam educação (RELATÓRIO PRESIDENCIAL, 1933. p. 139).

Segundo Schwartzman, Bomeny e Costa (2000), a relevância política atribuída à educação era a crença no poder de moldar a sociedade a partir da formação das mentes. Por enxergar a educação como uma forma de atingir objetivos mais amplos, diferentes instituições se movimentaram em defesa de seus interesses.

Membros das Forças Armadas, por exemplo, apoiadores da Revolução de 1930 e em nome da segurança nacional, pretendiam maior participação no seio da sociedade civil. Almejavam levar aos cidadãos o ensino militar através de uma formação de mentalidades capazes de pensarem militarmente. Inculcando princípios de disciplina, obediência, organização, respeito à ordem e às instituições.

Quanto a alguns integrantes da Igreja Católica, esta responsável pela quase totalidade das escolas privadas do Brasil almejavam garantir seu espaço reivindicando o direito ao ensino religioso nas escolas públicas. Acreditavam que, por meio de sua educação escolar, poderiam intervir naquela parcela da sociedade que havia se laicizado a partir do advento da República, afastando-se cada vez mais dos valores cristãos.

Os educadores envolvidos na elaboração do manifesto dos pioneiros da educação e considerados avessos ao ensino tradicional, representados nas figuras de Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo e Lourenço Filho, defendiam uma educação pública, universal, coeducativa em relação ao sexo⁸, laica e gratuita para todos. Planejavam inovar o ensino e seus programas, os materiais utilizados, os conteúdos das disciplinas entre outras questões.

Homens públicos como Francisco Campos, chefe do Ministério de Educação e Saúde (criado em 1930) e responsável pela Reforma educacional de 1931, era adepto de uma administração mais forte e centralizada na figura de um líder, característico do totalitarismo. Em seu projeto político, ao Estado caberia a função de modelar o pensamento da juventude para ajustá-la ao novo regime ditatorial que se pretendia. E, em sua visão, a colaboração da Igreja Católica seria conveniente para difundir, por meio da religiosidade, símbolos e rituais que fortalecessem o novo regime. Todavia, a Igreja não concordava com tamanha centralização da educação nas mãos do Estado, já que assim seria mais difícil de garantir seu espaço (SCHWARTZMAN, BOMENY E COSTA, 2000).

Pode-se notar, diante do exposto, a esperança que a política brasileira depositava na educação como poder transformador, bem como os diferentes interesses dos setores sociais envolvidos. Logo, a preocupação do Estado além de organizar o ensino era também fazê-lo de modo que se conseguisse conciliar os múltiplos anseios envoltos. Afinal, o que se pretendia resolver não estava limitado às questões de ensino, mas também às de ordem social, econômica, política e moral do Brasil.

A ideologia que permeou o país, durante um longo período, esteve embasada também na construção da nacionalidade brasileira. Na defesa, em dar condições ao povo para desenvolver sua própria identidade étnica e cultural. “Nacionalizar o país era unificar o que estava decomposto, o que se desagrega por uma política regionalista como acentuar os vícios oriundos da disputa por interesses privados” (SCHWARTZMAN, BOMENY e COSTA, 2000. p. 181). Em outras palavras, era conferir à política pública poderes que se sobrepusessem aos interesses particulares de grupos privilegiados da sociedade civil.

O projeto nacionalista que se pretendia implantar no Brasil tinha um caráter conservador, autoritário e avesso à convivência diversificada. Dada a pluralidade cultural e os fortes núcleos de imigrantes existentes no país, muitos políticos e intelectuais acreditavam em um projeto de nacionalização como uma maneira de construir e consolidar a nação. Com vistas à superar o complexo de inferioridade historicamente enraizado – herança do processo

⁸ Adoção do mesmo currículo escolar para meninos e meninas em classes mistas.

colonizador – fazia-se necessária a existência de métodos que pudessem contribuir para formação dessa nacionalidade.

Era necessário não apenas formar novas mentalidades através de uma reforma no sistema escolar, mas também assegurar que os novos valores da nação que se constituía não fossem ameaçados por outras ideologias ou outras culturas.

Levando em consideração a perspectiva da educação como instrumento capaz de promover uma profunda transformação nos cidadãos, a preocupação dos governantes brasileiros incidiu principalmente sobre os papéis da família, da escola e de outras instituições educativas responsáveis por conduzi-la. A família consistia a “base do edifício social”, para falar como Vilhena (1992). “Defender e preservar a estabilidade da família significa, pois garantir a paz e a harmonia da sociedade enquanto conjunto de famílias” (VILHENA, 1992, p. 48). Sendo assim, o papel da mulher recebe relevância enquanto membro responsável por gerar e educar os futuros cidadãos, bem como manter o equilíbrio familiar.

Sendo responsável pela formação de parte da população brasileira através dos seus estabelecimentos de ensino, a Igreja Católica tinha no espaço pedagógico uma maneira de disseminar valores e comportamentos condizentes com os propósitos preconizados por ela. E, no tocante à educação feminina neste período, sua atuação social teve notoriedade principalmente por partilhar das ideias de Gustavo Capanema⁹. Isto pode ser observado, por exemplo, na elaboração do Estatuto da Família¹⁰, no qual Capanema adotou medidas restritas para as mulheres limitando a oferta de empregos para áreas próprias da natureza feminina, por entender que o trabalho da mulher fora de casa poderia afetar o perfil feminino e comprometer as relações afetivas e familiares.

Assim, sob a justificativa de proteger a família, ao público feminino deveria ser incentivado uma educação que as tornasse desejosas da maternidade, preparadas para educação dos filhos e capazes de administrar o lar. Aproveitando-se dessa medida restritiva às mulheres, a Igreja Católica “chama o laicato feminino para participar da organização e

⁹ De família tradicional mineira, Gustavo Capanema Filho, era um homem culto e sempre dedicado às mais variadas leituras, nasceu no município de Pitangui, cidade na qual também trabalhou na função de docente da Escola Normal, após sua formação em Direito. Além de advogado e professor, investiu na carreira política, inicialmente como vereador de sua cidade natal. Antes de ser nomeado para Ministro da Educação exerceu o cargo de Chefe de Gabinete do Presidente do Estado de Minas Gerais, secretário do Interior no mesmo Estado e participou da Revolução de 1930 ao lado de Getúlio Vargas. Sobre este assunto Schwartzman, Bomeny e Costa (2000) ponderam: “a fidelidade a Vargas, condição essencial para o sucesso de sua política, é exercida por Capanema de forma escrupulosa, desde os primeiros momentos no governo de Minas” (SCHWARTZMAN, BOMENY E COSTA, 2000 p.52). Foi o responsável pela implantação do conjunto de Leis Orgânicas do Ensino, conhecidas como Reforma Capanema.

¹⁰ Assinado por Getúlio Vargas em 7 de setembro de 1939, oriundo do ministério Capanema, mas que não chegou a ser promulgado (SCHWARTZMAN, BOMENY E COSTA, 2000).

desenvolvimento de suas obras de assistência social” (VILHENA, 1992, p. 54), dando origem, ao que posteriormente, tornou-se o curso superior de Serviço Social.

A mulher “vai ser o centro de todo um esforço de propagação de um modelo imaginário de família, orientado para intimidade do lar, onde devem ser cultivadas as virtudes burguesas” (RAGO, 1985, p. 75). Entretanto, essa mulher ligada à família e à maternidade estava direcionada em especial, as famílias da alta sociedade, pois nesse período, uma parte da população feminina não tinha como seguir o modelo propagado porque precisavam trabalhar para ajudar no sustento da casa. Inclusive, Rago (2011) destaca que “[...] grande parte do proletariado é constituída por mulheres e crianças” (RAGO, 2011, p. 578). Todavia, esta situação não impede que os discursos também recaíssem sobre as mulheres de classes sociais mais baixas, com a defesa da volta da mulher para o lar.

Filha, espôsa, mãe, primeira mestra, administradora dos bens familiares, enfermeira, amiga de tôdas as horas, fiel e delicada companheira de alegrias e de tristezas é, realmente, a mulher a verdadeira Rainha do Lar (SERRANO, 1946, p. 21).

A educação infanto-juvenil também recebeu atenção especial, sobretudo com a fundação da “Juventude Brasileira” por meio do Decreto-lei n. 2.072 de 8 de março de 1940. Para Bomeny (1999), a adolescência é “[...] uma fase mais vulnerável, mas sensível às transformações sociais, às novas demandas sociais, às novas expectativas de determinada época”, representava um momento decisivo na formação da mentalidade.

A juventude brasileira, resultado das disputas entre diferentes projetos educacionais foi uma instituição nacional destinada a promover, dentro ou fora das escolas, a educação cívica (formação patriótica), moral (formação da personalidade) e física (fortalecer a saúde através de práticas esportivas, alimentares e higiênicas) da juventude; assim como da infância em idade escolar. Seu objetivo consistia em contribuir para que cada brasileiro pudesse bem cumprir os seus deveres para com a pátria. Enquadrava como os jovens, aqueles com idade de 11 a 18 anos e todos que estivessem matriculados em estabelecimentos de ensino, oficiais ou fiscalizados, deveriam, obrigatoriamente, estar inscritos na corporação.

Cabe salientar, que no decreto supracitado, há um destaque quanto à educação moral entre homens e mulheres, a estas deveria ser dada a “[...] consciência dos deveres que as vinculam ao lar, assim como o gosto dos serviços domésticos, principalmente dos que se referem à criação e à educação dos filhos”. Aos homens, a educação cívica deveria formar “o

amor ao dever militar, a consciência das responsabilidades do soldado e o conhecimento elementar dos assuntos militares” (parágrafo único do Decreto-Lei n. 2.072, 1940).

O destaque atribuído à mulher durante o século XX está atrelado também à presença cada vez mais significativa destas no espaço público até então predominantemente masculinizado. A modernização trouxe consigo novos espaços de sociabilidade, as famílias trocaram a vida fechada e isolada do mundo, outrora rural, pelas novas formas de reunião e de diversão social, porém as relações familiares continuavam a se pautar por um forte moralismo. Justamente no momento em que a urbanização abria novos espaços de atuação feminina, os intelectuais e políticos da época buscaram redefinir o lugar das mulheres na sociedade, pois acreditavam que o mundo público era um espaço ameaçador para as relações familiares.

Entretanto, o destino restrito à vida de boas mães e donas de casa, encontrava resistências em movimentos feministas geralmente silenciados pela historiografia oficial. Longe de serem reduzidas a meros componentes passivos da sociedade, nem todas as mulheres foram exemplos de perfeição de “rainhas do lar”, algumas delas manifestaram sua insatisfação com os papéis tradicionais que os homens destinavam as mesmas e lutaram em busca de seus direitos e de mudanças na sua posição social. Determinadas conquistas sociais femininas ganharam destaque principalmente no decorrer do século XX: o direito ao voto, o aumento da alfabetização feminina, o surgimento de mulheres profissionais, o trabalho como operárias na indústria e até desempenho em atividades consideradas masculinas, alteraram o predominante panorama social brasileiro e influíram nas relações familiares.

Assim, a possibilidade da mulher atuar em espaços antes destinados aos homens, como o setor de produção e bens de serviços alterou significativamente as condições de vida familiar. “Sua função reprodutora e seu tradicional papel nas tarefas domésticas levam a certa resistência a essa forma de socialização” (ARAÚJO, 1993, p. 73). Entretanto, este rompimento não garantiu à mulher uma melhora expressiva de qualidade vida, nem alterou substancialmente seu papel na sociedade, mas a impulsionou na busca pelo trabalho fora de casa.

Mesmo que a entrada da mulher no setor não-doméstico de trabalho não representasse uma melhora na sua posição social, e sim uma nova forma de servidão, há um avanço nos costumes na medida em que ela pode sair de casa e manter-se uma figura humana mais respeitável (ARAÚJO, 1993,p. 75).

Evidentemente, uma sociedade marcada pelo patriarcalismo não aceitou pacificamente essa mudança na postura feminina alegando, sobretudo, o fato de que as mulheres prejudicariam os serviços domésticos e a educação dos filhos. Inclusive, muitas foram hostilizadas verbal e fisicamente pelos homens. Fazia-se necessário lembrar as mulheres o seu papel natural de esposas, mães e donas de casa para que a situação não saísse do controle masculino e que o projeto de formação dos futuros cidadãos para o progresso, almejado pelo governo, alcançasse a sua finalidade.

Embora, a modernidade pretendida pelo governo brasileiro incluísse a educação das mulheres para atuarem na sociedade, essa atuação deveria estar em consonância com as funções consideradas convenientes, por parte da sociedade, a sua missão natural de ensinar e educar os filhos. Se por um lado o Brasil tentava acompanhar o progresso e a industrialização internacional, por outro a ideologia patriarcal tentava voltar a exercer o domínio de sempre.

As distinções entre os papéis femininos e masculinos, entretanto, continuam nítidas; a moral sexual diferenciada permanecia forte e o trabalho da mulher, ainda que cada vez mais comum, era cercado de preconceitos e visto como subsidiário do homem, o “chefe da casa”. Se o Brasil acompanhou, à sua maneira, as tendências internacionais de modernização e de emancipação feminina – impulsionada com a participação de mulheres no esforço de guerra e reforçadas pelo desenvolvimento econômico -, também foi influenciado pelas campanhas estrangeiras que, com o fim da guerra, passaram a pregar a volta das mulheres ao lar e aos valores tradicionais da sociedade (PINSKY, 2007, p. 608).

Nessa linha de pensamento, o magistério esteve entre as profissões benquistas daquela sociedade por representar o prolongamento da maternidade. A tradicional imagem feminina ligada ao seu papel familiar, suas funções domésticas, sua personalidade sentimental, o cuidado com a aparência física e o culto à beleza fizeram com que algumas ocupações fossem vistas, de forma universal e atemporal, como uma vocação profissional da mulher. Professora, enfermeira, parteira, telefonista, arrumadeira, costureira são algumas delas (ARAÚJO, 1993).

Esse discurso ideológico de limitar as mulheres ao papel de “rainhas do lar” encontrou apoio por parte de alguns membros de outras entidades, como a Igreja, os médicos e os juristas os quais trabalharam na elaboração de discursos que conformassem a mulher no papel que a ela foi destinado.

Nesse sentido, a medicina fundamentada no higienismo teve grande participação na construção do modelo mulher-mãe-dona de casa. Os médicos, nesse período, ganharam ainda mais credibilidade na sociedade, entre outros motivos, pois suas ideias estavam

fundamentadas cientificamente bem como, coincidiam com os interesses do Estado em relação à intervenção de medidas higiênicas como maneira de solucionar parte dos problemas sociais brasileiros, sobretudo nos grandes centros urbanos. Em outras palavras, o higienismo também serviu como estratégia governamental para educar a população.

Os médicos propagam suas idéias através dos jornais, das escolas e no contato direto com as famílias, disputando com elas o conhecimento científico contra a sabedoria popular sobre saúde. Convencidos de saber o que é adequado para prevenir doenças, ditam normas sobre o espaço da casa, a disposição dos banheiros, da cozinha (ARAÚJO, 1993, p. 192).

Sobre as ideias higienistas, Buriti (2011), afirma que elas marcaram a sociedade brasileira desde o século XIX e que encontraram como aliada a mulher e a mãe. Dessa forma, buscou “[...] conciliar as necessidades familiares ao interesse do Estado para moralizar e disciplinar os comportamentos domésticos mediante as normas de higiene e asseio pessoal” (BURITI, 2011, p. 34).

Segundo Góis Junior (2003) o higienismo é um movimento baseado, sobretudo no conhecimento científico-biológico que visa melhorar a saúde por meio do controle do comportamento com vistas à melhoria nas condições de vida da população. Preocupar-se com a saúde familiar também significava preocupar-se com a nação. A educação é apontada como o meio mais eficaz de transmitir conhecimentos voltados para esses princípios.

O higienismo, da década de 1940, associou-se aos novos saberes científicos, relacionados às condições biológicas de saúde física e mental, em amplo desenvolvimento no cenário nacional e internacional.

De igual forma, o enquadramento da mulher no tripé esposa, mãe e dona de casa, fundamentou-se em descobertas científicas que imputavam à natureza (e não à sociedade e a cultura) as diferenças entre homens e mulheres em relação ao espaço em que ambos poderiam ocupar. (SOARES, 2012).

A interferência do pensamento higienista na concepção educacional, aliado ao reforço da atuação feminina na casa e na família se faz perceptível em disciplinas como Educação Física e Economia Doméstica. Esta última inserida nos currículos escolares do ensino secundário em 1942, sob a gestão do Ministro da Educação, Gustavo Capanema. A introdução desta disciplina, com conteúdos voltados para os trabalhos domésticos no ensino secundário foi bastante apreciada, sobretudo, por médicos e políticos, como enfatizou Capanema:

[...] deverá este ensino tomar em consideração a natureza da personalidade feminina e a missão da mulher dentro do lar. Decorrerão naturalmente dessa diferenciação uma diversa orientação dos programas e a separação de classes (GUSTAVO CAPANEMA, EXPOSIÇÃO DOS MOTIVOS DA REFORMA CAPANEMA, 1942).

Nesse sentido, “Investiu-se na ideia de que mesmo em casa, a mulher deveria ter acesso aos recentes conhecimentos científicos, melhorando seu desempenho na vida familiar” (FREITAS, 2003, p. 214).

Jornais e revistas nacionais ao passo em que publicavam anúncios de produtos que ressaltavam os cuidados com a família ou com a casa, também traziam as novidades de produtos industrializados que facilitavam o trabalho doméstico ou ainda que colaborassem para um perfil de mulher que passara a frequentar o espaço público.

Em Sergipe, também se fizeram sentir as modificações que ocorriam nacionalmente ainda que numa menor dimensão e profundidade em relação aos Estados do Rio de Janeiro ou São Paulo, por exemplo. Assim como os governantes, a imprensa sergipana engajou-se na campanha pela modernização ao passo em que denunciavam os problemas que impediam o desenvolvimento estadual e transmitiam esperanças de melhorias.

Aracaju, uma pequena capital situada no Nordeste brasileiro e cenário desta narrativa é descrita por intelectuais e memorialistas como a cidade mais populosa de Sergipe e que embora ainda conservasse hábitos e valores provincianos, ganhou impulso em sua modernização e urbanização com serviços como arborização nos moldes burgueses, água encanada, luz elétrica e tráfego de automóveis particulares o que era um termômetro de riqueza e progresso, melhoria nas comunicações e na construção de estradas.

Projetada para ser capital do Estado, o município tinha em seu centro o lugar mais movimentado da cidade com uma grande concentração de estabelecimentos comerciais, clínicas particulares, transportes coletivos, mercado municipal, restaurantes, entre outros. Nesta década, os jornais noticiavam a agitação da população em torno dos cinemas Rio Branco, Guarany, São Francisco e Rex Vitória e a existência de bares, sorveterias, livrarias e cafés que também serviram de ponto de encontro de muitos aracajuanos.

O crescimento no número de escolas e vagas no ensino primário, ginásial, secundário e técnico (modalidades agrícola, industrial, normal e comercial) tornou-se evidentes nesse período. Essa expansão do ensino favoreceu o acesso não somente dos filhos da elite, mas também o ingresso dos estudantes filhos de trabalhadores. Segundo Nunes Mendonça (1958) no ano de 1943 existiam 635 escolas de diferentes modalidades distribuídas em todo o Estado,

sendo que 150 estavam sob administração municipal, 361 pertencia ao poder estadual e 124 eram particulares. Em 1948 o número de escolas subiu para 747, compreendendo 188 da rede municipal, 424 da rede estadual, 134 particulares e 1 de administração federal. Quanto ao ensino superior, foi também nesse período que o Governo Estadual criou duas casas de instrução superior públicas, primeiro a Faculdade de Ciências Econômicas mediante a Lei nº. 73 de 12 de novembro de 1948 e logo depois a Escola Superior de Química pela Lei nº. 86 de 25 de novembro do mesmo ano.

A busca de instrução por parte das mulheres era incentivada também pela imprensa:

A mulher na atualidade, com o domínio das indústrias, das ciências, das letras e das artes, enfim com a corrida vertiginosa do progresso precisa mais do que nunca de instrução”. “Pobre marido não ter em casa com quem emitir idéias! Infeliz filho não possuir uma mãe para o guiar nos seus estudos” (MELO, Maria das Graças Azevedo. *Jornal Folha da Manhã*, 12/8/1942).

Entre as instituições escolares que ocupavam o centro citadino, além do Atheneu Sergipense, estavam os colégios Nossa Senhora de Lourdes, Jackson de Figueiredo, Tobias Barreto e Escola Normal Rui Barbosa¹¹.

Dentre esses, o Colégio Nossa Senhora de Lourdes, o Atheneu Sergipense e o Tobias Barreto ofereciam o ensino feminino. O primeiro era uma instituição religiosa, fundada pelas Irmãs Sacramentinas e funcionou como educandário exclusivamente feminino. O segundo ofereceu o ensino público secundário para homens e mulheres. O terceiro, respectivamente, destacou-se pela militarização adotada. Havia ainda o Colégio Salesiano que inicialmente aceitava apenas meninos, mas depois as meninas também tiveram acesso. Conforme Freitas (2003), com a instauração da República houve um acentuado incentivo à escolarização das mulheres com crescimento de instituições femininas e mistas no Estado de Sergipe.

As propostas escolanovistas já estavam sendo aderidas no Estado. Tiveram nas ideias de Helvécio de Andrade¹², José Augusto da Rocha Lima¹³, Acrísio Cruz¹⁴ e José Antônio

¹¹ Para conhecer a História das instituições mencionadas, sugiro as leituras de Costa(2003), Pimentel (2014), Mangueira (2003) e Freitas (2003) respectivamente.

¹² Sergipano, atuou como médico, higienista e educador. Foi diretor da Instrução Pública de Sergipe, fundou e presidiu a Associação Sergipana de Educação (ASE). Além de ter sido responsável pela introdução do método intuitivo-analítico na escola sergipana bem como pela inserção dos princípios da Escola Nova. (VALENÇA, 2016).

¹³ Professor da Escola Normal, dos colégios Atheneu Sergipense (também exerceu o cargo de Diretor desta instituição), do Tobias Barreto e do Jackson de Figueiredo, foi membro do Conselho Consultivo de Educação, presidiu o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e foi um dos intelectuais que lutaram para inserir os princípios da modernidade pedagógica em Sergipe. (SOBRAL, 2010).

¹⁴ Foi Diretor da Instrução do Estado de Sergipe e contribuiu para instituição da Pedagogia moderna em Sergipe. (MACHADO, 1998).

Nunes Mendonça¹⁵ seus principais representantes. E, enquanto docentes da Escola Normal Rui Barbosa, contribuíram na formação de professores das décadas de 1930 a 1960 e na disseminação dos ideários da Escola Nova (NASCIMENTO e FREITAS, 2014). Augusto Maynard enviou alguns professores ao Rio de Janeiro e a São Paulo para conhecerem e participarem das discussões sobre os novos métodos pedagógicos. Inclusive, dentro dessa filosofia, criou-se o Jardim de Infância Augusto Maynard (1932)¹⁶ com o modelo de educação infantil tido como o mais moderno da época.

Todavia, friso que essas transformações nem sempre significaram resultados promissores. Dantas (2004) menciona, por exemplo, que mesmo com os esforços o Censo da época revelou que o índice de pessoas que não sabiam ler e escrever continuava elevado. Além disso, com o Estado Novo, a campanha pela renovação do ensino declinou em prol de maior valorização do ensino técnico.

Assim como em outros Estados da federação, Sergipe enfrentou problemas sociais que deram margem aos aspectos higienistas devido, entre outros motivos, ao aumento populacional e o crescimento da indústria, principalmente no setor têxtil. Os médicos ocuparam um lugar privilegiado na sociedade, vistos como responsáveis por identificar os elementos causadores da desordem urbana e encontrar possíveis soluções para o problema.

Instituições já existentes no Estado, como: o Hospital Cirurgia¹⁷, o Instituto Parreiras Horta¹⁸, o Hospital Infantil¹⁹, o Centro de Saúde²⁰, o Sanatório para Tuberculose²¹, entre outros, colaboraram no desenvolvimento de políticas relacionadas à saúde.

¹⁵ Considerado como um dos principais defensores da Escola Nova em Sergipe também atuou como docente da Escola Normal em Aracaju (SOUZA, 2003).

¹⁶ Sobre o tema consultar LEAL (2004).

¹⁷ Criado no governo de Graccho Cardoso por iniciativa da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Sergipe sob a presidência do doutor. Augusto Leite. Teve seu funcionamento a partir do dia 14/01/1926 e além dos serviços prestados à população, o hospital funcionou também como um “lôcus” de estudos e pesquisas. (SANTANA, 2001).

¹⁸ Considerado como o templo da ciência, o Instituto Parreiras Horta foi criado no governo de Graccho Cardoso no ano de 1924, com a finalidade de servir como laboratório de análise clínica, bacteriológica e química e também com um centro de pesquisas médicas. A responsabilidade pelo projeto, construção e organização do Instituto foi atribuída ao renomado clínico, dermatologista e cientista experiente, o Dr. Paulo de Figueiredo Parreiras Horta. Sua criação deu novos rumos à Medicina em Sergipe, sobretudo a Medicina Científica. (SANTANA, 2001).

¹⁹ Criado no governo de Eronildes de Carvalho em 1939, estava anexado ao patrimônio do Hospital Cirurgia e surgiu com o propósito de cuidar em instalações separadas dos adultos, esmeradamente das crianças. (COSTA, SANTOS, 2014).

²⁰ Situado no Palácio Serigy, era o local onde realizavam serviços destinados ao controle de doenças (COSTA, SANTOS, 2014).

²¹ Situado no município de Propriá/SE em 1937, consistia em um pavilhão isolado com objetivo de tratar casos de tuberculose (COSTA, SANTOS, 2014).

As transformações sociais sergipanas já estavam incorporando em suas práticas as “descobertas da bacteriologia com a superação da milenar etiologia miasmática; as noções de assepsia, de análise clínica, imunologia, vetores, transmissão de doenças, etc” (SANTANA, 2001, p. 25).

Sousa (2011) argumenta que o combate às epidemias na cidade de Aracaju, semelhante ao que ocorria em São Paulo e no Rio de Janeiro, constituía parte do projeto modernizador da capital sergipana.

Havia uma preocupação em criar novos hábitos (de como se sentar à mesa, caminhar, se vestir, se comportar dentro e fora de casa, por exemplo) e determinados cuidados com alimentação e o corpo, a fim de não atrapalhar o projeto de modernização. “Os critérios científicos, ou técnicos, não escondiam a explicação da falta de educação, desleixo e promiscuidade como fatores importantes para problemática da saúde” (SOUSA, 2011, p. 52).

Nessa perspectiva, os estudos de Cruz (2012) sobre os cabarés aracajuanos durante o Estado Novo, reforça essa apreensão dos higienistas. Vistos como locais de disseminação de doenças venéreas, os prostíbulo aracajuanos figuravam como temática principal na imprensa local que os associavam a termos pejorativos e corroboravam os valores do projeto civilizador, apoiados, sobretudo, por médicos e sanitaristas.

A existência dos prostíbulo aracajuanos também contribuiu para fortalecer a ideia de um ideal feminino, da mãe exemplar e da “rainha do lar”. As “moças direitas” não deveriam ficar na rua após as vinte e uma horas nem podiam usar maquiagem em tons escuros para não serem confundidas com as meretrizes.

Assim, os cabarés e as prostitutas foram elementos da sociedade que colaboraram para reafirmar as propostas higienistas e educacionais femininas. Ao passo em que demonstravam a maneira como as mulheres não deveriam portar-se e a importância de serem boas esposas, mãe e donas de casa e fortalecerem sua família evitando que os homens procurassem uma casa de prostituição.

Ademais, houve incentivo aos cuidados com a saúde do corpo, de modo a torná-lo forte, saudável e esteticamente bonito. “Nesse período, há a expansão dos clubes esportivos, o incentivo aos campeonatos, a criação de cursos como natação e remo” (COSTA, SANTOS, 2014, p. 74) e o estímulo à prática dos exercícios físicos. Observa-se, em jornais dessa época, diversas propagandas de medicamentos e cosméticos que buscavam motivar mulheres a cuidarem da aparência e do corpo.

Um “mister sublime”: institucionalização da Economia Doméstica nos currículos escolares do Ensino Secundário

Nos jornais *Folha da Manhã* e *Correio de Aracaju* havia uma intensa publicidade de cosméticos de embelezamento destinados ao público feminino para correção das imperfeições, entre eles estavam perfumes, pó-de-arroz, talco e brilhantina. A mulher não deveria ser apenas saudável, também deveria se manter jovem e bonita.

O culto à beleza identificava-se com os princípios médicos e higienistas, não à sedução. Havia um limite entre a vaidade das mulheres “direitas” e a libertinagem das mulheres de “conduta duvidosa”.

Figura 1 - Propaganda de remédios na imprensa sergipana



Fonte: Jornal *Folha da Manhã*, abril de 1942.

A propaganda a esquerda enfatiza o exame médico antes do casamento e o uso do “Elixir 914”, um medicamento preventivo. Para tanto, menciona os perigos causados pela Sífilis e depoimentos de dois médicos acerca do produto como forma de legitimar o mesmo. Já a publicidade da direita menciona o “Elixir de Nogueira” além de combater a Sífilis e a verminose servia para depurar o sangue e para lubrificar o organismo.

Destaco as palavras do jornal quando advertem: “é uma doença muito contagiosa para a família e para a raça”, nesse sentido nota-se a questão eugênica vinculada aos aspectos da saúde.

Havia ainda no referido jornal, a “Seção Feminina”, uma coluna destinada às mulheres e que aparecia normalmente uma vez por semana. Abordava temas como os cuidados com a beleza, a saúde, a família, as roupas, culinária, pensamentos, poesias e pequenos comentários do que ocorria no país de forma bem sucinta.

Em alguns trechos da matéria jornalística pertencentes à Seção Feminina, percebe-se o incentivo à saúde relacionado aos exercícios físicos femininos: “a higiene e a vida ativa, com desportos e alimentação inteligentemente estudada, são muito mais eficientes que o repouso prolongado” (Crônica da Sarita. Jornal *Folha da Manhã*, 8/4/1942). Ou ainda:

Não se esqueça de que a ginástica diária é a base de sua saúde, de sua beleza e de sua mocidade, tenha força de vontade para fazê-la diariamente com método e perseverança (Crônica da Sarita. Jornal *Folha da Manhã*, 29/8/1942).

Ademais, por meio da Seção Feminina, já era disseminada a ideia de que para ser boa mãe e esposa não era necessário estar “presa” ao lar. Melo (1942) argumentava na coluna do *Jornal Folha da Manhã* que outras mulheres reconhecidas, na época, já haviam comprovado na prática esse discurso, era o caso de Júlia Lopes de Almeida que foi uma grande escritora, mãe e esposa. De igual modo, a Dona Edith Mendes da Gama e Abreu uma baiana que foi brilhante jornalista, literata de renome da Academia Baiana de Letras, esposa e dona de casa perfeita. (MELO, Maria das Graças Azevedo. Jornal *Folha da Manhã*, 12/8/1942).

A seção “Indicador Profissional” que propagandeava clínicas e escritórios de profissionais como advogados e médicos, sendo estes últimos sua grande maioria, mencionava a Dra. Maria do Céu Santos Pereira²², médica de doenças de senhoras. A mesma atendia em seu consultório localizado na Rua João Pessoa e em sua residência (CORREIO DE

²² Nasceu em 12 de maio de 1913, em Aracaju/SE, filha de Manoel Cândido dos Santos Pereira e Eliphia de Castro Pereira. Formou-se pela Faculdade de Medicina da Bahia em 27 de novembro de 1927, ali registrada como a septuagésima mulher a formar-se naquela escola e retornou a Aracaju, ainda recém-formada, convidada pelo Doutor Augusto Leite para trabalhar no Hospital de Cirurgia, onde exerceu a ginecologia durante 30 anos e ajudou na criação do Serviço de Câncer daquele nosocômio, sendo uma das pioneiros da cancerologia em nosso Estado. Chegou ainda a exercer a atividade de anestesia neste hospital. Ganhou uma bolsa de estudos para a Escola Normal de Educação Física e Desportos da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro. Estabeleceu uma duradoura amizade com Maria Lenk, sua contemporânea de estudos e campeã mundial de natação. Diplomou-se em março de 1944 como médica especializada em Educação Física. Retornou a Aracaju, sendo contratada pelo Departamento de Educação do Estado para o Serviço de Educação Física, no governo do Doutor José Rollemberg Leite. Empréstou seu nome a um posto de saúde no município de Aracaju. É patrona da Cadeira vinte e sete da Academia Sergipana de Medicina. Faleceu em 14 de março de 1982, em Recife/PE, aos 68 anos (SANTANA, 2009).

ARACAJU, 1944). O que demonstra que, em Sergipe, algumas mulheres já exerciam profissões que transgrediam aquelas tidas como “aceitáveis” para a época.

Assim, as décadas de 1940 e 1950 do século XX, no Brasil e em Sergipe, trouxeram consigo os ideais republicanos de outrora: a busca do progresso da nação brasileira rumo à modernidade tendo a ciência como aporte de desenvolvimento, mas atingir tal fim era preciso superar os problemas sociais que afetavam a população brasileira. Com esse intento, investiu-se na mudança de hábitos e de comportamentos que dificultavam o avanço do país em direção à civilização. Nesse sentido, a educação aliada aos discursos médicos, higienistas, políticos e religiosos foram meios estratégicos utilizados nesse processo. E, tiveram na mulher, responsável pela família, seu principal desígnio. Uma mulher, porém que já começava a vivenciar as modificações advindas da então modernidade e cujas intenções a direcionava para novas possibilidades antes consentida, exclusivamente, aos homens.

2.2 A Reforma Capanema no Ensino Secundário brasileiro a partir da década de 1940

Ao analisarem a configuração do ensino secundário, por meio das legislações brasileiras, Pessanha e Brito (2014) identificaram diferentes denominações e sentidos atribuídos ao ensino secundário desde o século XIX até sua consolidação no século XX. Sendo assim, diante do leque de entendimentos possíveis, é importante esclarecer como ele estava estruturado dentro do período trabalhado nesta pesquisa (1944-1954).

As primeiras instituições de ensino secundário surgidas no Brasil foram instaladas ainda durante o Império, entre elas: o Liceu da Bahia (1836), Colégio Imperial de Pedro II (1837) no Rio de Janeiro e o Atheneu Sergipense²³ (1870), como pontua Haidar (2008). Desde então, este ramo de ensino esteve em meio aos principais debates entre intelectuais, políticos e educadores brasileiros. A partir da década de 1930, com a Reforma Francisco Campos (1931) e a Reforma Gustavo Capanema (1942) o ensino secundário adquiriu novas formas de organicidade, racionalidade e padronização.

Aos discentes da década de 1940, eram ofertados o ensino primário, secundário e superior. O ensino secundário, naquele momento, era o único que dava acesso ao ensino superior. Àqueles alunos que não tivessem interesse no ensino superior ou àqueles que não conseguissem adentrar no secundário (devido à rígida seleção para sua admissão) restaria o ensino industrial, agrícola ou comercial, cujo propósito principal era o de prepará-los para o

²³ Sobre a temática, consultar Dick (2001), Cunha Junior (2008) e Alves (2005) respectivamente.

trabalho. Segundo Souza (2008), essa estrutura condicionava uma educação voltada para as elites e outra para as camadas populares.

O ensino secundário foi o ramo em que o ministro Gustavo Capanema dedicou maior atenção durante a sua administração. Conforme Horta (1994), ele considerava o ensino nacional por excelência e aquele que acentuaria o caráter patriótico dos estudantes. Sua finalidade foi explicitada na Exposição dos motivos da Lei Orgânica do Ensino Secundário de 1/4/1942: “[...] o ensino secundário se destina à preparação das individualidades condutoras, isto é, dos homens que deverão assumir as responsabilidades maiores dentro da sociedade e da nação” (CAPANEMA, Gustavo. Exposição dos motivos da Reforma Capanema, 1942). Para tanto, era necessário formar a personalidade dos adolescentes, adaptar o ser humano às exigências da sociedade, socializá-lo e formar neles uma consciência patriótica.

Na condição de Ministro da Educação e Saúde, Capanema ficou conhecido pelas mudanças educacionais empreendidas por meio das Leis Orgânicas do Ensino Secundário ou historiograficamente conhecida por Reforma Capanema. Esta representou um conjunto de leis implementadas desde o ano de 1942 até 1946, foram elas: Lei Orgânica do Ensino Industrial (Decreto-Lei 4.073, de 30 de janeiro de 1942); Lei Orgânica do Ensino Secundário (Decreto-Lei 64.244, de 9 de abril de 1942) e Lei Orgânica do Ensino Comercial (Decreto-Lei 6.141, de 28 de dezembro de 1943). Com o fim do Estado Novo, Raul Leitão da Cunha foi o então ministro da educação e estabeleceu as seguintes leis: Lei Orgânica do Ensino Primário (Decreto-Lei 8.259, de 2 de janeiro de 1946); Lei Orgânica do Ensino Normal (Decreto-Lei 8.530, de 2 de janeiro de 1946) e a Lei Orgânica do Ensino Agrícola (Decreto-Lei 9.613, de 20 de agosto de 1946).

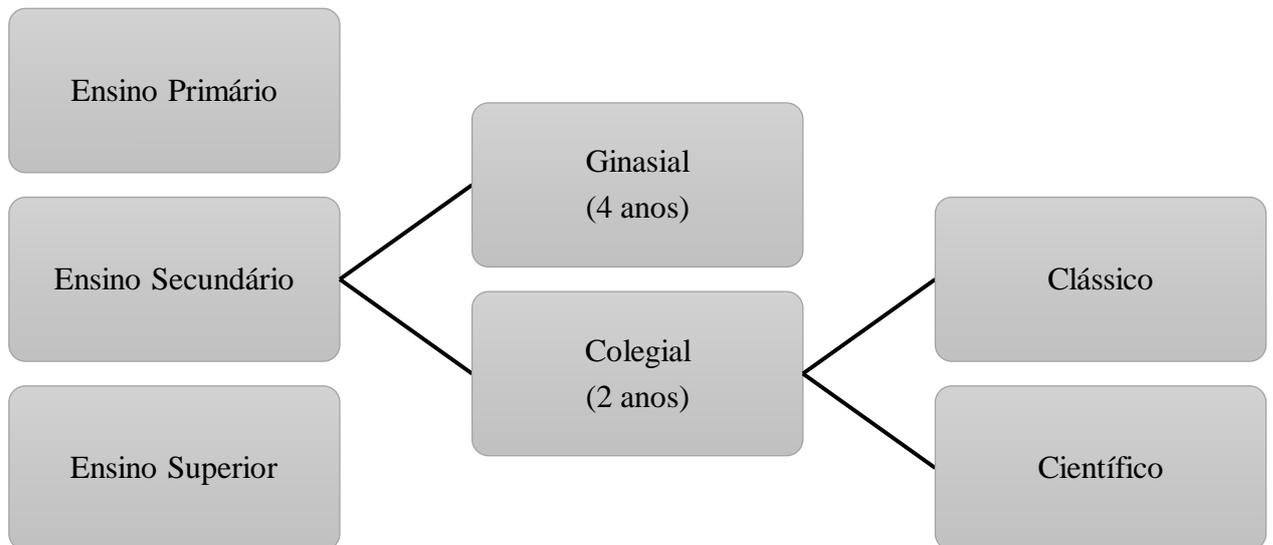
Pela Reforma Capanema, o ensino secundário ficou dividido em dois ciclos: o curso Ginásial de quatro anos, seguido do curso Colegial que compreendia o Clássico e o Científico (cada um com três anos de duração), no Colegial o aluno deveria optar por qual dos cursos estudar. O curso Clássico enfatizava o estudo das letras enquanto que o curso Científico priorizava o estudo das ciências. Em termos de currículo, possuíam disciplinas semelhantes: Português, Francês, Inglês, Espanhol, Matemática, Física, Química, História Geral e do Brasil, Geografia Geral e do Brasil e Filosofia. Diferenciando-se em duas disciplinas: o Grego (ministrado apenas para o clássico) e Desenho (apenas para o científico). A separação era uma maneira de respeitar a escolha de cada aluno conforme suas preferências de modo a direcionar a determinado setor dos estudos superiores.

Nesse sentido, a nomenclatura dos estabelecimentos de ensino também foram redefinidas. As instituições que possuísem apenas o ciclo ginásial eram chamadas de “Ginásio” e aquelas que tinham tanto o ginásio quanto o clássico e científico, eram denominados de “Colégio” (BRASIL, 1942. Art. 5º).

Com essa divisão em ciclos, Capanema pretendia que o ensino secundário pudesse servir de base para outros ramos do ensino (comercial, industrial, agrícola ou normal) de forma que sua finalidade não fosse apenas conduzir ao curso superior. Desse modo, ele também articulava melhor os níveis de ensino, um ponto que vinha sendo criticado desde a Reforma Francisco Campos.

Diante do exposto, o Ensino Secundário, a partir de 1942 ficou assim configurado:

Organograma 1 - **Ensino Secundário 1942-1961**



Fonte: Organograma elaborado pela autora a partir do Decreto-Lei 4.244, de 9 de abril de 1942.

A partir do organograma, o ensino secundário que condicionava o aluno ao ensino superior, deveria ser cursado em 4 anos de ginásial mais 2 anos do Colegial (Clássico ou Científico). Mas, o aluno também poderia optar em ir diretamente ao mercado de trabalho, cursando outras modalidades do ensino secundário (Normal, Agrícola, Industrial ou Comercial).

Em outras palavras, os cursos profissionalizantes (compostos pelo ensino normal, agrícola, comercial e industrial), ainda que não possuíssem o mesmo prestígio que o curso secundário nas modalidades Clássico e Científico, estaria no mesmo nível de ensino, ou seja, do grau secundário. Todavia, friso novamente que apenas o ensino secundário (ginasial + clássico ou científico) conduziria o aluno a qualquer curso de ensino superior. Situação que promoveu a permanência da dualidade do ensino secundário: de um lado, tinha-se a educação secundária normal e superior destinada às “elites condutoras do país” (BRASIL, 1942). De outro, o ensino profissional, mais procurado pelas camadas populares.

Com a Reforma Capanema, o ensino secundário era iniciado pelo curso Ginasial, o qual constituía um só curso de formação geral. Enquanto que os cursos clássico e científico seriam apenas uma forma de consolidar e aprofundar a educação já administrada no curso Ginasial. Sendo assim, para adentrar neste universo, o aluno inicialmente deveria continuar a prestar o exame de admissão e preencher os critérios pré-estabelecidos em lei, quais sejam: apresentar prova de não ter doença contagiosa e de estar vacinado, ter pelo menos 11 anos completos ou por completar até o dia 30 de junho, ter recebido satisfatória educação primária e ter revelado, através dos exames de admissão, aptidão intelectual para os estudos secundários (BRASIL, 1942. Art. 32).

No tocante à forma de avaliação, o ensino secundário tinha um caráter rigoroso que ao mesmo tempo em que colaborava para sua organização e qualidade também possibilitava maior seletividade. Tais avaliações correspondiam na lei aos exames de admissão, de suficiência e de licença. Os primeiros, definidos desde 1931 e mantidos na legislação de 1942, correspondiam à avaliação que o candidato teria que fazer para ter acesso ao ensino público secundário. Quanto aos exames de suficiência, criados em 1942, tinham por finalidade capacitar o aluno de qualquer série para a promoção à série imediata e habilitar o aluno da última série para prestação dos exames de licença. Já os exames de licença, também definidos em 1942, seriam prestados na conclusão dos estudos de primeiro e segundo ciclo, mas foram eliminados em 1946 pelo Decreto-Lei 9.303, de 27/5/1946. (SOUZA, 2008).

O currículo escolar também foi alterado e sua nova formatação conferiu ao ensino secundário a volta marcante da presença das humanidades. Dentro dessa dimensão, o curso Ginasial, demarcação deste escrito, seria composto pelas seguintes disciplinas escolares, conforme a Lei Orgânica do Ensino Secundário de 1942:

Quadro 2 - Disciplinas do Ensino Secundário conforme a Reforma Capanema (1942)

DISCIPLINAS	SÉRIES			
	1 ^a	2 ^a	3 ^a	4 ^a
Português	X	X	X	X
Latim	X	X	X	X
Francês	X	X	X	X
Inglês		X	X	X
Matemática	X	X	X	X
História Geral	X	X		
História do Brasil			X	X
Geografia Geral	X	X		
Geografia do Brasil			X	X
Ciências Naturais			X	X
Trabalhos Manuais (somente para homens)	X	X		
Economia Doméstica (somente para mulheres)			X	X
Desenho	X	X	X	X
Canto Orfeônico	X	X	X	X

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir do Decreto-Lei 4.244, de 9 de abril de 1942 e das leituras de Souza (2008) e Souza (2011)

Através da ênfase atribuída ao ensino do Latim e Francês (estava presente em todas as séries), é possível notar o caráter humanista da Reforma. Além disso, o ensino de Português representava a valorização da língua nacional como elemento de unificação da nação. Souza (2008) observa: “[...] o estudo da língua cumpria assim, um objetivo político como elemento promotor da identidade e da integração nacional” (SOUZA, 2008, p. 177).

Nessa Reforma foi dado um interesse maior ao ensino de História e de Geografia do Brasil e da América. Com a separação entre História Geral e História do Brasil houve um considerável aumento da carga horária no curso Ginásial. O ensino de História continha os elementos fundamentais para a formação que se pretendia dar ao educando, no sentido de levá-lo à compreensão da continuidade histórica do povo brasileiro, base do patriotismo.

Disciplina de destaque no governo Vargas, o Canto Orfeônico²⁴ tinha na figura de Heitor Villa Lobos seu principal representante e foi oficialmente adotado no ensino brasileiro durante a Reforma de Francisco Campos, mas com Capanema atingiu seu ápice. Santos (2012) aponta que a disciplina “[...] ganhou mais legitimidade, uma vez que passou a ser ministrada em todas as séries do curso ginásial” (SANTOS, 2012. p. 171). O número de conteúdos e o nível destes aumentaram consideravelmente em relação à Reforma de 1931. As concentrações orfeônicas tornaram-se frequentes e passaram a fazer parte dos ritos das festividades cívicas como o Dia da Independência, o Dia da Bandeira e outras datas de importância nacional.

A lei estabelecia, ainda, a Educação Militar, Religiosa e Moral e Cívica. Quanto à primeira, as diretrizes caberiam ao Ministério da Guerra e inclusive, foi outro mecanismo para transmissão da consciência patriótica. Em relação ao ensino religioso, as escolas teriam liberdade para incluí-lo em ambos os ciclos, cabendo à autoridade eclesiástica fixar os programas. No que concerne à Educação Moral e Cívica²⁵, a Lei era mais minuciosa em virtude da grande importância atribuída a esse ensino: ela não seria apenas uma disciplina específica, mas deveria estar presente no processo da vida escolar, em todas as circunstâncias, sempre enaltecendo o fervor patriótico, como também, deveria ser difundida através dos estudos de História e Geografia.

Capanema estabeleceu também sua posição em relação à educação feminina. Buscou normatizar o lugar dela, reforçando o papel da mulher como esposa e mãe, ideias defendidas também pela Igreja Católica e por vários setores sociais. A Lei de 1942 recomendava que as mulheres estudassem em estabelecimentos de ensino de exclusiva frequência feminina. Não aprovava a coeducação, defendida pelos escolanovistas, e definia que em caso de instituições mistas, as meninas tivessem aulas em salas separadas dos meninos. Bem como, incluía nos currículos escolares femininos a disciplina de Economia Doméstica:

Incluir-se-á, na terceira e na quarta série do curso ginásial e em todas as séries dos cursos clássico e científico, a disciplina de economia doméstica. A orientação metodológica dos programas terá em mira a natureza da personalidade feminina e bem assim a missão da mulher dentro do lar. (BRASIL, 1942. Art. 25)

Cabe destacar que inicialmente, a disciplina seria obrigatória para as 3^a e 4^a séries do curso Ginásial e em todas as séries do curso Clássico e Científico. Todavia, através do

²⁴ Sobre esta disciplina consultar SANTOS (2012).

²⁵ Sobre esta disciplina consultar BATISTA (2014)

Decreto-Lei 8.347, de 10 de dezembro de 1945, o referido artigo recebe nova redação e a Economia Doméstica torna-se obrigatória apenas para 3ª e 4ª séries do curso Ginásial, ficando dispensadas as alunas de outras séries do ensino secundário. Além disso, o novo Decreto-lei ficou mais flexível quanto à possibilidade de moças e rapazes estudarem na mesma sala de aula.

Outro ponto importante em relação ao currículo escolar do ensino secundário na Reforma Capanema, é que o mesmo diferenciava-se para meninos e meninas apenas com as disciplinas de Trabalhos Manuais e Economia Doméstica. As demais disciplinas eram comuns a ambos, inclusive com mesmo programa de ensino. Esta observação aparentemente ratifica o que foi mencionado por Capanema na exposição dos motivos de sua reforma, quando afirma que “[...] sob o ponto de vista do valor da preparação intelectual, o ensino secundário feminino permanecerá identificado com o ensino secundário masculino”. (CAPANEMA, Gustavo exposição dos motivos da Reforma Capanema, 1942).

Assim, é possível inferir que a preocupação em destacar a educação feminina na Lei Orgânica de 1942 estava mais relacionado ao fato de não desvincular a mulher do seu papel de mãe, esposa e dona de casa tripé fundamental da família, tida como base social da nação.

Face ao exposto, com a Reforma Capanema, “[...] a ninguém mais seria permitido estudar o que quisesse e onde quisesse, para uma determinada época submeter-se aos exames oficiais” (SCHAWARTZMAN, BOMENY e COSTA, 2000, p. 211). A orientação dada pelo governo ao Ministério da Educação visava regradar o cotidiano das instituições escolares na tentativa de padronizar todas as escolas do país.

As modificações curriculares promovidas com a Reforma Capanema, com a inclusão e exclusão de disciplinas, demonstram a estreita relação do conhecimento escolar promovido nas instituições com os interesses de determinados grupos sociais. Isso me leva a corroborar do pensamento de Goodson (1997) sobre o currículo como construção social, onde há seleção e hierarquização dos saberes estabelecidos, não somente conforme o período, o público escolar e as perspectivas pedagógicas, mas também de acordo com elementos ideológicos.

Como corolário da Reforma Capanema de 1942, o Ensino Secundário, ao qual me refiro nesta pesquisa, foi reformulado para ser “o todo poderoso império do meio”, para escrever como Dallabrida e Souza (2014). Caracterizado por um currículo humanista, nacionalista e conservador (este último qualificativo remete-nos à inserção de disciplinas específicas para homens e mulheres) seu funcionamento fazia com o mesmo, ainda que

equiparado a outras modalidades de ensino, continuasse a possuir o prestígio social de outrora.

2.3 Adequação do Atheneu Sergipense à reforma nacional do ensino secundário de 1942

Em 24 de outubro de 1870, ano em que a capital da Província completava seus 15 anos, Aracaju recebia um estabelecimento de ensino que muito contribuiria para educação da população de Sergipe: o Colégio Atheneu Sergipense. Ainda no governo do Presidente Tenente Coronel Francisco José Cardoso Júnior, a instituição tinha, entre outros fins, proporcionar aos sergipanos a instrução secundária, essencial para o acesso aos cursos superiores e o desempenho de variadas funções da sociedade.

Iniciou seu funcionamento com dois cursos: o de Humanidades (cuja finalidade, entre outras, era proporcionar a instrução necessária para o acesso aos cursos superiores ministrando as cadeiras exigidas nos Exames Preparatórios²⁶) e o Normal (destinado à formação do quadro do magistério primário). A existência simultânea de ambos conferiu aquela “Casa de Educação Literária” uma singularidade, já que centralizar as aulas desses dois cursos em um só lugar, representou um avanço para época (ALVES, 2005).

Desde sua criação até 1950 sofreu transformações tanto em suas instalações quanto em sua localização. Segundo Alves (2005), a instituição funcionou inicialmente numa casa oferecida pela Câmara Municipal. No ano de 1872, mudou-se para um prédio na Praça da Conceição (atual Praça Olímpio Campos). Já em 1926, ficou estabelecido em um suntuoso prédio na Avenida Ivo do Prado. E, por fim, em 1950 instalou-se na Praça Graccho Cardoso, onde permanece até os dias atuais. Ainda que com várias alterações de lugar, o Atheneu Sergipense sempre esteve na região central de Aracaju, à vista da sociedade e próximo aos demais edifícios de destaque.

Na temporalidade desta pesquisa, o Atheneu Sergipense esteve localizado em dois lugares: na Avenida Ivo do Prado²⁷ e na Praça Graccho Cardoso, onde se encontra atualmente. Considerando a importância das instalações físicas do ambiente escolar para construção de

²⁶ Exames que deveriam ser prestados por todos aqueles que quisessem ter acesso ao ensino superior. Eram regulamentados e fiscalizados pelo governo imperial que determinavam as bancas examinadoras e a lista de matérias que os alunos deveriam comprovar os conhecimentos (SOUZA, 2008).

²⁷ Onde hoje está localizado o Museu da Gente Sergipana.

sua cultura, traço breves palavras sobre a infraestrutura da instituição de modo a rememorar o cenário em que se passa grande parte da tessitura desta escrita.

Na década de 1940, o Atheneu Sergipense estava situado à Rua da Aurora em uma das mais belas e vastas avenidas da capital. Sua localização encontrava-se próximo ao centro da cidade, à ponte do Imperador, à Delegacia Fiscal, a Biblioteca Pública e aos prédios da Praça Fausto Cardoso – monumentos de destaque na história de Aracaju. “[...] era uma construção de grandes proporções, com uma fachada em estilo eclético, tão característico da Aracaju do período” (GUIMARÃES, 2012, p. 70).

Figura 2 - Prédio do Colégio Atheneu Sergipense na Avenida Ivo do Prado na década de 1940



Fonte: Arquivo Municipal de Aracaju

O Atheneu Sergipense era mantido pelo governo do Estado de Sergipe representado, no período, pela figura de Augusto Maynard Gomes²⁸. Em 1943, possuía 2.044.40 m² de área construída, 2 pavimentos, 14 sanitários, 17 salas, uma biblioteca com 1.440 obras,

²⁸ O tenente assumiu o governo em 1930, saiu em 1935 como major. Em 1942 voltava como coronel. O governante era natural de Rosário do Catete, município sergipano, e teve uma carreira voltada para o serviço militar desde sua juventude. Participou da Escola Tática de Realengo no Rio de Janeiro, militou na Revolta da Vacina contra o governo de Rodrigues Alves e nas Revoltas Tenentistas do Rio de Janeiro e de Sergipe. Foi militar na corporação do 28º Batalhão de Caçadores e defensor do oposicionismo no município de Aracaju, lutando pela conquista de reformas no sistema político brasileiro. Uma figura marcante para história política e militar do Estado de Sergipe, Augusto Maynard Gomes esteve à frente do governo estadual até o ano de 1945 antes da deposição de Vargas do poder. Morreu em 1957 no Rio de Janeiro no cargo de senador. (GUARANÁ, 1925); (DANTAS, 2004).

laboratórios para disciplinas de Química, História Natural e Física (LIVRO DE REGISTRO DO ATHENEU SERGIPENSE. Ref. 480 FASS09)²⁹.

Sobre a disposição da arquitetura interna do Atheneu Sergipense, Guimarães (2012) delinea traços marcantes:

Com vão central de duas portadas (inferior e superior), contava com sucessivas janelas de verga reta que sugerem inspirações neoclássicas, que muito dialogam com a finalidade do Atheneu Sergipense de oferecer o curso de Humanidades [...] As portas principais estavam dispostas estrategicamente nos cantos e no centro da edificação, com muretas que ofereciam segurança, e, com púlpitos, pareciam palestrar com os passantes. Elementos fitomórficos de fachada, guirlandas e anjos impressos nas colunas evocam um barroco tardio. As volutas de suporte, bem como os balaústres romanos na sacada, evocam o período rococó (GUIMARÃES, p. 70, 2012).

Conforme relatou Alves (2005) juntamente aos dados mencionados e a imagem exposta, observa-se que o prédio escolar, de fato, apresentava certa suntuosidade. Seus elementos decorativos “[...] revelam que fora cuidadosamente planejado para impressionar e atender aos anseios daqueles que clamavam por um prédio com estilo arquitetônico” (GUIMARÃES, 2012, p. 70-71).

A exuberância arquitetônica era importante para os republicanos na medida em que demonstrava a valorização que o Estado atribuía ao ensino, como também embelezava a cidade e atraía a admiração da população. “[...] a imponência arquitetônica pode ser entendida como um meio de atrelar a imagem da instituição ao poder político, ou seja, o meio de propaganda dos princípios do Estado Republicano” (SANTOS, 2013, p.38).

Nesse sentido, durante a República, a preocupação com a educação esteve representada também por meio da organização do espaço físico escolar. Era mais um elemento para compor o projeto educacional de um “novo homem” que se pretendia construir.

[...] a localização da escola e suas relações com a ordem urbana das populações, o traçado arquitetônico do edifício, seus elementos simbólicos próprios ou incorporados e a decoração exterior e interior respondem a padrões culturais e pedagógicos que a criança internaliza e aprende (VIÑAO FRAGO e ESCOLANO, 2001, p. 45).

²⁹ Optei por acrescentar a citação dos documentos do Arquivo Histórico do Atheneu Sergipense a notação arquivística, representada pelo código que identifica os documentos no acervo, com os seguintes elementos: n.º. do pacote + fundo + série + subsérie (esta última somente para correspondências) = (resultando no código de identificação documental).

Neste ponto, as edificações escolares passaram a receber atenção especial, sendo hoje objeto de estudo para alguns trabalhos científicos em razão da importância que a arquitetura escolar adquiriu nas funções culturais e pedagógicas ao possibilitar uma nova dinâmica na organização da cultura escolar em determinado momento histórico. “A arquitetura escolar pode ser entendida como um objeto de estudo revelador das práticas de ensino” (SANTOS, 2013, p. 40).

A preocupação com o espaço físico da escola também consistiu em um dos princípios defendidos pelos escolanovistas³⁰, sobretudo na figura de Anísio Teixeira quando ocupou o cargo da Diretoria Geral de Instrução Pública do Distrito Federal em 1931 (NUNES, 1990). Nessa época, a monumentalidade das construções representava um ideal de modernidade ou de República.

A estrutura de laboratórios, existente no Atheneu Sergipense, amparava-se no ensino pela observação e pelo “fazer”, ideais escolanovistas que permeavam o imaginário educacional das escolas desde a década de 1920. A escola deveria oferecer situações em que o discente por meio da visão (observação) e da ação (experimentação) pudesse construir seu próprio saber. Impulsionando, dessa forma, um novo movimento nas relações escolares (VIDAL, 2005). De modo que a educação brasileira estivesse acompanhando as discussões teóricas e as inovações práticas que se faziam na Europa e nos Estados Unidos.

No contínuo da estrutura do Colégio Atheneu Sergipense, em 1943, o mesmo possuía 48 professores, entre 39 homens e 9 mulheres, destas últimas apenas três estavam como professoras “catedráticas”³¹, as demais eram “contratadas” ou “designadas”, bem como todas elas não possuíam formação no ensino superior. Diferentemente do que se nota no grupo masculino, no qual era comum aos docentes terem formação em Engenharia, Medicina, Odontologia e Direito.

³⁰ Adeptos do movimento de renovação do ensino denominado de Escola Nova, propunham novos caminhos para a educação. No Brasil, desenvolveu-se principalmente na década de 1930. Por meio do Manifesto dos Pioneiros, brasileiros representados, sobretudo nas figuras de Fernando de Azevedo e Lourenço Filho, defendiam uma pedagogia mais coerente aos avanços científicos da época (HILSDORF, 2003).

³¹ Os termos com que se refere ao professor no ensino secundário eram diversificados: Professor, Docente ou Lente, podendo ser catedrático ou adjunto, auxiliar, interino. Em 1915, pela Reforma Maximiliano, foi criada a figura de “professor catedrático” para substituir o termo “professor ordinário” que regia a cadeira para o qual foi designado. O Professor Catedrático era aquele que estudou e se especializou em determinada área do conhecimento, embora também conhecesse bem as demais matérias e pudesse ser examinador de qualquer uma delas. Suas atribuições, direitos e deveres mudavam conforme as reformas educacionais. Em todos esses momentos, os termos “lente” e “catedrático” designavam que o Professor era Regente (dono) da cadeira e tinha um cargo vitalício, em contraposição ao termo, apenas, “professor” ou “assistente” que tinha um cargo por contrato. O professor contratado não dispunha dos mesmos privilégios dos professores catedráticos (ROMANELLI, 2007); (SOARES, 2015).

Percebe-se, ao elencar os dados supracitados, a predominância masculina na educação secundária mesmo em um período em que o magistério feminino estava em ampla ascensão. Para Almeida (1998), ainda que fossem instruídas, as mulheres não poderiam transcender os limites impostos pelas estruturas sociais. Em outras palavras, elas não poderiam concorrer profissionalmente e intelectualmente com os homens. Logo, mesmo não sendo unanimidade, a posição social da mulher não deveria ser equiparada a do homem.

O Colégio Atheneu Sergipense funcionava nos dois turnos (pela manhã, das 8h às 12h e à tarde, das 13h às 17h50) em regime de externato gratuito e com o curso Ginásial feminino e misto para o curso Clássico, no turno da manhã e curso Ginásial masculino e misto Científico no turno vespertino. A escola constava também com 70 funcionários que integrava a parte administrativa e os serviços gerais.

O ideário nacionalista defendido e disseminado pelo governo Vargas também passou a fazer parte dos discursos sergipanos, como pode ser percebido por meio das palavras do Professor Rinaldo Oliveira³², ao ser inaugurado, no Atheneu Sergipense, o retrato do exmo. Sr. Presidente da República:

O entusiasmo é todo da Pátria neste momento, porque mais uma vez sua integridade política foi defendida e a nacionalidade triunfou levando ao desespero aqueles que tentaram outra vez perturbar a paz da família brasileira e inibir destruindo, matando, o reerguimento do Estado Novo [...] É necessária a repercussão forte desta manifestação cívica, para que se saiba que Sergipe, mantendo as tradições de bravura e heroísmo dos nordestinos, compartilha e levanta alto seu grito, irmanando-se aos de protesto que se fazem ouvir dos confins da nação, numa afirmação corajosa de solidariedade ao Presidente da República (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SERGIPE, 24 de maio, 1938, p. 1230-1231.)

Do mesmo modo a então Professora de Português do referido Colégio, Ofenísia Soares Freire³³, ao discursar na Rádio Aperipê de Sergipe quando da passagem do aniversário do

³² Não foi localizado nos documentos do Atheneu Sergipense quem era o referido professor.

³³ Natural de Estância foi estudar em Aracaju aos 11 anos onde foi aluna interna do Colégio Nossa Senhora Sant’Anna e, posteriormente, estudante da Escola Normal Rui Barbosa, obtendo o grau de normalista em 1930. Em 1947, filiada ao PCB (Partido Comunista Brasileiro), foi candidata a Deputada Estadual, mas quem acabou vencendo as eleições foi o médico Armando Domingues. A Professora participou de um dos grandes episódios em Sergipe: a campanha “O petróleo é nosso”, comício organizado pelo professor Manoel Franco Freire. Lecionou em alguns estabelecimentos de ensino de Aracaju e encerrou suas atividades docentes no Atheneu Sergipense, em 1966, com sua aposentadoria. Além do Atheneu, a professora lecionou no Colégio Jackson de Figueiredo e no Colégio Tobias Barreto. Após sua aposentadoria não parou suas atividades, deu aulas em pré-vestibulares, ministrou cursos, participou da comissão julgadora de vários concursos literários, foi assessora do reitor na UFS, com Cargo de Revisora de Textos no período de 1984-1988, membro do Conselho Estadual de Cultura e da Educação, sócia do Instituto Histórico de Sergipe. A professora e intelectual, Ofenísia Soares Freire

Governo Eronildes de Carvalho³⁴, demonstra seu entusiasmo na educação e nos órgãos educacionais do novo governo brasileiro. Suas palavras apresentam-se imbuídas de uma ideologia patriótica própria do período. “[...] Cultivemos o sentimento de brasilidade e unidade nacional promovendo a campanha de educação a serviço do Brasil” (FREIRE, Ofenísia Soares. Diário Oficial do Estado de Sergipe, abril de 1941).

Em 11 de abril de 1942, era anunciado nas primeiras páginas do Jornal *Correio de Aracaju* a implantação da nova Lei Orgânica do Ensino Secundário. Desde então, iniciava-se uma série de mudanças no ensino sergipano de modo a ajustar as escolas aos novos princípios propostos por Gustavo Capanema.

Sergipe, sob o governo de Augusto Maynard mobilizou-se para adequar aquela “Casa de Educação Literária” às normas estabelecidas pela Reforma Capanema. Disse ele em telegrama enviado à diretoria do Atheneu Sergipense no ano de 1943: “Logo no início do ano letivo foi mister algum esforço para superar algumas dificuldades decorrentes da aplicação da nova Lei Orgânica do ensino secundário”. (MAYNARD, Augusto. Diário Oficial do Estado de Sergipe, 1943).

Dentre as dificuldades, destaca-se a contratação de professores para as novas disciplinas como Economia Doméstica e Trabalhos Manuais; a adequação da estrutura da instituição ao ensino com classes exclusivamente femininas, a mudança de nomenclatura da escola e o trabalho com os docentes a partir das normas educacionais vigentes.

Embora a transição para reforma do ensino secundário no Atheneu Sergipense tenha ocorrido ao longo do ano de 1942, quando ocorreu a implantação da lei a nível nacional, foi em 1943 que, de fato, o estabelecimento de ensino passou a funcionar dentro da maioria das normas definidas pela Reforma Capanema. “Aos alunos habilitados na quarta série do curso fundamental assegurar-se-á, a partir de 1943, o direito de matrícula na primeira série do curso clássico ou do curso científico”. (DECRETO-LEI 5024, de 3 de dezembro de 1942). Diferentemente do que ocorreu com a Reforma Francisco Campos (1931), a qual foi implantada no Atheneu Sergipense, somente em 1938, conforme analisou Souza (2011).

ocupou a cadeira n° 16 na Academia Sergipana de Letras, sendo a segunda mulher a fazer parte dos imortais da Academia (SOUZA, 2015).

³⁴ Foi Governador do Estado de Sergipe no ano de 1934-1937. Médico, formado pela Faculdade de Medicina da Bahia, Eronildes Ferreira de Carvalho defendeu a tese intitulada *Do ópio em terapêutica mental*, aprovada com distinção, e assim tornou-se membro da Sociedade Médica dos Hospitais da Bahia. Foi nomeado diretor-geral interino de Higiene e Saúde Pública de Sergipe e dirigiu os trabalhos de profilaxia da epidemia que ficou conhecida como gripe espanhola. (GUARANA, 1925)

Por meio do Decreto 32, de 6 de maio de 1942, o Atheneu Sergipense mudou sua nomenclatura (até então sob a denominação Ateneu Sergipense) passando a denominar-se Colégio de Sergipe de forma a se enquadrar no artigo 5º, §2º da Lei Orgânica do Ensino Secundário quando este definia que os estabelecimentos de ensino que oferecessem o curso Ginásial assim como o Clássico e o Científico deveriam receber o título de “Colégio”. No ano seguinte recebeu o termo “Estadual” ao seu nome, passando a denominar-se Colégio Estadual de Sergipe.

O Sr. Dr. Inspetor Federal junto a este colégio recebeu o seguinte telegrama: “comunico-vos novo regime curso secundário deve ser imediatamente adotado quatro primeiras séries acordo Decreto-Lei 4.245 e portaria ministerial 97. Novas instruções seguirão em breve. Lúcia Magalhães, diretora da Divisão do Ensino Secundário”. Em cumprimento a diretoria do Ateneu Sergipense avisa que para todos os efeitos, este Estabelecimento passará a denominar-se, de agora em diante, Colégio de Sergipe. (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SERGIPE, 7/5/1942).

Ao final do ano letivo de 1942, constava no Diário Oficial do Estado de Sergipe, a abertura das inscrições para os exames de admissão na primeira série do Curso Ginásial. A serem realizados, no mês de fevereiro com provas escritas de Português e Matemática e provas orais, nas quais também eram cobrados conhecimentos de Geografia e História do Brasil (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SERGIPE, 1942).

Para realização das provas exigia-se idade mínima de 11 anos completos ou a completar até junho do mesmo ano; taxa de pagamento para inscrição no valor de Cr \$15,00 (quinze Cruzeiros); atestado médico comprovando a vacinação e a ausência de doenças contagiosas e 2 fotos 3x4. No ato da matrícula todos esses documentos deveriam estar anexados a um requerimento de inscrição preenchido, ao certificado de aprovação nos exames de admissão e uma declaração, com firma reconhecida, dos pais ou responsáveis responsabilizando-se por quaisquer prejuízos causados ao edifício, mobiliário, material de gabinete ou biblioteca. (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SERGIPE, 1942).

Nos exames de admissão para entrada no ensino secundário, uma das mudanças em relação ao programa exigido pela Reforma Francisco Campos estava na ausência da disciplina de Ciências Naturais. Ademais, o Diário Oficial do Estado de Sergipe de 1942 também registra a falta de conteúdos como “sistema monetário brasileiro” em Matemática e “principais acidentes de Geografia Física dos continentes” no programa de Geografia.

Para ser aprovado no exame de admissão, o discente deveria atingir uma média igual ou superior a 5 no conjunto das disciplinas. O aluno que realizasse o exame em Dezembro e fosse reprovado poderia repeti-lo em Fevereiro.

Capanema, preocupado com a implantação da Lei Orgânica de 1942, no Estado de Sergipe, enviou telegrama ao Diretor do Atheneu Sergipense solicitando o empenho da instituição para esclarecer aos sergipanos quanto à escolha entre os cursos Clássico e Científico. Enfatizando que ambos dariam direitos iguais ao ingresso no ensino superior.

Assim sendo, as inscrições para os exames de admissão foram abertas entre os dias 23 e 30 de novembro de 1942, segundo dados publicados no Diário Oficial do Estado. Com 214 alunos na 1ª série, 156 alunos na 2ª série, 120 alunos na 3ª série e 85 na 4ª série, o Atheneu Sergipense recebeu naquele ano um total de 575 alunos e funcionou sob a nova legislação com os ciclos Ginásial e Colegial.

As novas diretrizes pedagógicas decorrentes da Lei Orgânica de 1942 também mobilizaram o setor administrativo e pedagógico do Atheneu Sergipense. O professor Felte Bezerra³⁵, então Diretor da instituição, faz uma convocação para os docentes catedráticos efetivos, interinos e substitutos e o Inspetor Federal para uma reunião extraordinária da congregação para discutir a adaptação da instituição a vigente Lei Orgânica do Ensino Secundário.

O diretor do referido colégio também tentou agilizar o processo de adaptação à Reforma Capanema, pedindo ao Departamento de Educação autorização para suspender as aulas do Curso Fundamental (implantado na Reforma Francisco Campos) a partir do momento em que fossem baixadas as novas instruções do Ministério da Educação e Saúde, bem como, solicitou que o mesmo convocasse o professorado para explicar-lhes as alterações impostas pela nova lei (LIMA, Rocha. Ofício, 1943 58FASS05).

Ainda no ano de 1942 houve a mudança da diretoria do Atheneu Sergipense. A partir de 1/7/1942, em momento solene, tomou posse como novo Diretor, designado pelo interventor Augusto Maynard, o Professor José Augusto da Rocha Lima em lugar do Lente Felte Bezerra, Rocha Lima manteve-se no cargo por pouco mais de dois anos quando foi substituído, em 19/2/1944, pelo Professor catedrático Joaquim Vieira Sobral (diretor pela

³⁵ Filho do Professor Abdias Bezerra, Felte Bezerra formou-se em Odontologia pela Faculdade de Medicina da Bahia, foi professor catedrático de Geografia e posteriormente ocupou o cargo de direção do Colégio Atheneu Sergipense. Também lecionou Antropologia e Etnologia do Brasil na Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe. Sobre o professor consultar OLIVEIRA (2016).

segunda vez do Atheneu Sergipense) e adjetivado como um professor amável e acolhedor nas palavras de Machado (2008).

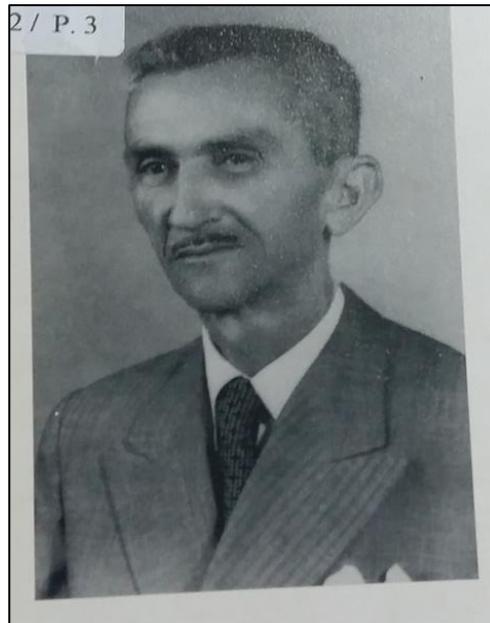
Rodrigues (2015) também menciona que Joaquim Vieira Sobral “[...] foi o chefe administrativo da instituição com maior número de elogios registrados no Livro de Visitas ao Atheneu Sergipense” (RODRIGUES, 2015, p. 103). E, na ocasião da criação do Grêmio Literário Clodomir Silva, a sala de reuniões recebeu, com maioria na votação dos sócios, o nome do Professor. A homenagem era uma forma de agradecimentos dos membros do Grêmio pelo apoio dado pelo professor a citada associação estudantil. Apoio este que permaneceu mesmo após a sua criação. (RODRIGUES, 2015).

Em ocasião do falecimento de Joaquim Vieira Sobral, Maria Thétis Nunes³⁶ que havia sido aluna e sua colega de trabalho quando ele foi Professor e Diretor do Atheneu Sergipense, deixou registrada a importância de seu legado para aquela “Casa de Educação Literária”. Entre palavras saudosas e afáveis mencionou as inovações pedagógicas trazidas por ele: Biblioteca para leitura e empréstimos aos estudantes desprovidos de recursos, cooperativa escolar, gabinetes para o ensino prático de ciências, o incentivo às atividades literárias foram incentivadas e o período aureo do Grêmio “Clodomir Silva”³⁷. (NUNES, Maria Thetis. Centenário do Nascimento do professor Joaquim Vieira Sobral, 1995). Além disso, o descreveu como um profissional compreensivo e empenhado naquilo que fazia.

As referências acerca de Joaquim Vieira Sobral revelam o reconhecimento do seu empenho pedagógico e administrativo para aquela “Casa de Educação Literária” bem como, demonstram o respeito perante a figura do referido professor.

³⁶ Nascida no município de Itabaiana, Maria Thetis Nunes fez seus estudos em Aracaju e formou-se em Geografia e História na cidade de Salvador. Foi aluna, professora catedrática e diretora (1952-1955) do Atheneu Sergipense. Também lecionou na Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe e escreveu alguns livros sobre a História da Educação sergipana e seus intelectuais. Além de ter sido membro da Academia Sergipana de Letras (OLIVEIRA, 2016).

³⁷ Associação estudantil com fins literários e culturais criada em 1934 por um grupo de 15 alunos do ensino secundário do Colégio Atheneu Sergipense (RODRIGUES, 2016).

Figura 3- **Joaquim Vieira Sobral**

Fonte: IHGSE

No tocante ao ensino feminino, como o Atheneu Sergipense era uma instituição que admitia classes mistas, com meninos e meninas em uma mesma sala de aula, teve que sofrer modificações de modo a separar turmas exclusivamente femininas das masculinas. O diretor, ainda no cargo, o professor Rocha Lima, através de ofício enviado a Divisão do Ensino Secundário, solicitava um prazo para adaptar as novas turmas, pois teria que providenciar salas de aula. Em resposta, o então ministro, Gustavo Capanema, resolveu permitir a título excepcional o funcionamento das mesmas até o fim do ano letivo corrente, ficando a partir de 1943, a exceção definitiva à separação dos sexos restrita exclusivamente aos estabelecimentos isolados.

Após resolver o problema de espaço para alocar, separadamente, as turmas femininas que passaram a funcionar em um prédio ao lado do referido Colégio onde funcionava a Escola Técnica do Comércio de Sergipe, o Diretor enviou correspondência à Divisão do Ensino Secundário:

Dando cumprimento ao disposto nos nº 1 e 2, do artigo 25 da nova lei orgânica do Ensino Secundário, foram, desde 15 do mês de Maio, separados os alunos do sexo masculino dos do feminino, ficando estes últimos instalados em um prédio contíguo ao Colégio de Sergipe, inteiramente adaptado ao perfeito funcionamento de todas as classes, em que se acham divididas as 4 séries. (CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA DO ATHENEU SERGIPENSE, 9 de setembro de 1942. Ref. 58 FASS05)

Desse modo, o Atheneu Sergipense passou a oferecer o ensino secundário ginásial com turmas exclusivamente femininas. A partir de 1950, o Atheneu Sergipense mudou-se para o atual prédio localizado na Rua Graccho Cardoso, tão suntuoso e moderno, para época, quanto a edificação anterior. As anotações nas próprias cadernetas de aulas indicam que as turmas femininas ficavam na parte superior do edifício, uma vez que são registrados em cadernetas desse período anotações como esta: “sala 6 – andar superior” (Caderneta de Economia Doméstica 4ª série “C”, 1953. CEMAS, 1061FASG1S04).

Diante do exposto, verifiquei que a Reforma Capanema começou a ser implantada no Atheneu Sergipense no mesmo ano em que foi promulgada em nível nacional - 1942. Contudo, apenas em 1943 o referido estabelecimento de ensino se adaptou a maior parte das modificações propostas pela Lei Orgânica de Ensino Secundário. Com alteração de nomenclatura, diretoria, formação de salas exclusivamente femininas e currículo, o Colégio enfrentou algumas dificuldades inerentes a uma transformação educacional, mas com o empenho do corpo docente e administrativo superaram os contratempos a fim de ajustar-se à referida Reforma.

2.4 Primeiros indícios da Economia Doméstica no Atheneu Sergipense

O ensino sistematizado sob a forma de Economia Doméstica originou-se em 1865 quando a Noruega tomou a primeira iniciativa, através do Ministério da Agricultura daquele país, seguida da Islândia em 1874. Nos Estados Unidos e na França, este conhecimento mostra-se no final do século XIX e início do século XX. Quanto ao Brasil, os indícios apontam para meados do século XIX, ainda que seus saberes já se fizessem presentes na educação feminina na esfera privada.

Os primeiros cursos brasileiros de Economia Doméstica, também denominados Curso de Família e do Consumidor ou Curso de Ciências Domésticas, tiveram o modelo francês em seus programas escolares, porém, após 1950, devido a acordos assinados entre Brasil e Estados Unidos, o modelo norte americano prevaleceu.

Uma série de ensinamentos do lar passaram para o âmbito da escola, não como uma “mera transposição de conhecimento”, segundo o pensamento de Louro (2013), mas com um aumento de complexidade e fragmentação dos conhecimentos dando-lhes uma roupagem escolar e didática.

Nesse sentido, buscou-se retirar do espaço doméstico um conjunto de práticas e conhecimentos que nele eram produzidos. Assim, “[...] os saberes domésticos foram transformados em saberes escolares, passando a ser saberes *sobre* o doméstico. Parte do que se ensinava em casa foi transportado para escola” (RODRIGUES, 2008, p. 67).

Durante um longo período da história brasileira a educação das mulheres esteve ligada ao ensino de primeiras letras por meio da Lei Imperial de 15 de outubro de 1827, que garantiu o direito legal à educação feminina. Conforme Bastos e Garcia (1999), a disciplina de economia doméstica já estava presente nos currículos femininos³⁸ brasileiros da instrução primária, compreendendo conhecimentos elementares de trabalhos de agulhas - bordado e costura - e, posteriormente outra gama de assuntos como cozinha, manutenção da roupa, higiene e cuidados com a limpeza da casa.

Os debates em torno do melhor tipo de educação que seria atribuída às mulheres brasileiras foi um dos assuntos que permearam o final do século XIX, quando a sociedade percebeu a importância do papel social que as mesmas exerceriam mediante as mudanças urbanas e sociais que ocorriam. Visando a construção de um perfil feminino devotado ao lar e à família, utilizaram a Economia Doméstica como o conhecimento responsável por prepará-las para o desempenho das funções as quais estavam destinadas (BASTOS e GARCIA, 1999).

Então, políticos, intelectuais e educadores buscaram estratégias de assegurar na educação feminina o desempenho da “missão natural da mulher como esposa, mãe e educadora dos filhos”. Entre as disciplinas a elas ensinadas, estavam: puericultura, psicologia e economia doméstica que, na realidade “representariam, ao mesmo tempo, a introdução de novos conceitos científicos justificados por velhas concepções relativas à essência do que se entendia como feminino” (LOURO, 2013, p. 448).

Bastos e Garcia (1999) averiguaram que o discurso fundador da Economia Doméstica no Brasil está relacionado ao primeiro livro de leitura “Noções de Vida Doméstica”³⁹ de Félix Ferreira⁴⁰. O mesmo foi destinado à escola primária, às aulas de sexo feminino no Imperial Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro e ao curso noturno feminino instalado no Colégio Pedro II. Conforme a obra, a educação feminina deveria restringir-se ao aprendizado

³⁸ As disciplinas escolares ensinadas, nesse período, eram diferentes para as meninas, com ênfase nos trabalhos de agulhas, além de leitura, escrita e as quatro operações e o dos meninos, que aprendiam ainda decimais e proporções e a prática manual de ofícios (BASTOS e GARCIA, 1999).

³⁹ A obra é uma adaptação, com acréscimos, do original francês homônimo da Madame Eugène Hippéau – Cours de l'économie domestique (1869) (BASTOS, GARCIA, 1999, p. 85).

⁴⁰ Foi funcionário da Biblioteca Nacional, dedicou-se às letras e ao jornalismo, escritor e atuou no comércio de livros. Dentre suas obras, destaco: Noções de Vida Prática (1879), A Educação da Mulher (1881) e A Exposição da História do Brasil (1882) (BASTOS e GARCIA, 1999).

de ser mãe e dona de casa de forma científica e racional. Condenava a mulher que vive para a sociedade e enaltecia àquela que vivia para o lar e para família.

O livro, quando adotado pelas instituições de ensino já mencionadas, representou uma luz para os educadores da época, tendo em vista que não havia livros de leitura apropriados para educação dos filhos. Desse modo, reverberou-se um discurso sob a perspectiva masculina acerca do que se tinha como aceitável para educação da mulher. Uma concepção cujos efeitos ecoam em nosso cotidiano e em nossa identidade histórica.

No século XIX, algumas famílias privilegiadas costumavam contratar professores para lecionarem o ensino domiciliar as mulheres. Dentro do rol de conhecimentos que deveriam ser aprendidos, além de leitura, escrita e conhecimentos gerais, estavam também trabalhos voltados para boas maneiras e prendas domésticas.

Todavia, Rodrigues (2008) sinalizou que ainda no século XIX, os conhecimentos de Economia Doméstica não figuravam apenas no ensino primário, pois já havia, no Distrito Federal, o Instituto Profissional para formação de moças com vistas a uma formação escolar doméstica. E que mesmo após múltiplas configurações nessa modalidade de ensino, algumas disciplinas estiveram voltadas para escolarização dos saberes domésticos.

Estudos comprovam⁴¹ que à mulher cabia o espaço privado sustentando seu papel social no tripé mãe-esposa-dona de casa. “O discurso é bastante conhecido: o lugar da mulher é o lar, e sua função consiste em casar, gerar filhos para pátria e plasmar o caráter dos cidadãos de amanhã” (MALUF; MOTT, 2001). Essa imagem feminina era fortalecida pela Igreja, pelo Estado, pela imprensa, pelos médicos de tal forma que a elas não lhes fosse permitido visualizar uma atividade fora do lar, já que esta deveria pertencer apenas aos homens.

E, mesmo quando as mulheres adentram ao espaço público, esperava-se delas que fossem, antes de tudo, boas donas de casa. Louro (2013) assinalou que “o domínio da casa era claramente o seu destino e para esse domínio as moças deveriam estar plenamente preparadas” (LOURO, 2013, p.446). Contudo, pesquisas revelam que algumas mulheres sergipanas não se limitaram às condições de vida impostas pela sociedade de então, optando por outros caminhos.

No Atheneu Sergipense, as mulheres também se fizeram presentes desde o final do século XIX, almejando a entrada no ensino superior. Oliveira e Teles (2006), ao estudarem

⁴¹ DEL PRIORE (2013), PERROT (2015), RODRIGUES (2008), FREITAS (2003), RAGO (1985), MALUF, MOTT (2001).

sobre os Exames de Preparatórios na referida escola observaram, no ano de 1889 e 1890, a participação de algumas alunas nesses exames. E, ao obterem aprovação ingressam no universo predominantemente masculino do ensino superior.

Á medida que ocorriam mudanças na conjuntura social, relativas, entre outros fatos, a passagem do sistema tradicionalmente agrário para o industrial a educação feminina, para além do espaço privado, tornou-se necessária. Contudo, isto atemorizava a então sociedade patriarcal, a qual temia que as transformações pudessem prejudicar as relações familiares.

Os discursos em torno da educação feminina revestiram-se de novos contornos com visões conservadoras. E, nesse sentido, “a ascensão da mulher ao mundo do trabalho, e às universidades e à condição de eleitoras não trouxeram rupturas imediatas nos papéis sociais desempenhados pelas mulheres” (FREITAS, 2003. p. 214). A nação precisava que elas tivessem uma efetiva participação na sociedade, sem entretanto, relegar seu papel na família e no gerenciamento das atividades domésticas.

Diante das novas circunstâncias elencadas, em 1922 realizou-se uma Conferência pelo Progresso Feminino, no Rio de Janeiro, evento presidida por Bertha Maria Júlia Lutz⁴², com a finalidade de discutir os rumos do ensino feminino. Contou com a participação de engenheiras civis, agrônomas, funcionárias públicas, professoras, senhoras da sociedade, representantes da delegação estrangeira argentina, como D. Júlia Lopes de Almeida, dentre outras. Como também houve a presença masculina representadas nas figuras dos senadores Lauro Miller e Lopes Gonçalves, os médicos Fernando Magalhães e Evaristo de Moraes (BONATO, 2006).

Entre os pontos discutidos na Conferência, destaco a defesa pela necessidade da inclusão do ensino em Economia Doméstica no ensino profissional, agrícola e doméstico. Definem como saberes necessários às mulheres:

Higiene domiciliar: aqui ela deve se conhecer os cuidados com o asseio individual, da casa e suas dependências e dos animais. Deve saber escolher e preparar os alimentos, seu valor nutritivo e econômico; se preocupar com o regime alimentar das crianças, dos adultos e dos enfermos;

Defesa social: na propaganda contra bebidas alcoólicas; nas medidas preventivas contra moléstias que mais diretamente afetam o lar e conseqüentemente a sociedade;

⁴² Uma dos expoentes na historiografia feminista brasileira. Natural de São Paulo, Bertha Lutz graduou-se em Ciências Naturais pela Universidade de Paris, a Sorbonne (1918) e em Direito no Rio de Janeiro. Trabalhou como funcionária pública no Museu Nacional, cargo conquistado via concurso público. Fundou a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (1922), com fins a promover a educação e profissionalização das mulheres. Participou da Comissão Preparatória do anteprojeto da Constituição promulgada em 1934, Liderou a luta pelo voto feminino. Forte defensora da Ciência, Bertha Lutz fundamentava suas ideias políticas no cientificismo de modo a propor um novo olhar sobre a produção do conhecimento (PINTO, 2003).

Preceitos da puericultura: dominar os cuidados com os recém-nascidos e as lactantes, bem como os necessários a segunda infância.

Medicina caseira: possuir noções práticas gerais sobre moléstias e seu primeiro tratamento, tomar pulsação e medir a temperatura, quais as vacinações defensivas, pesquisa de albumina, dar injeções hipodérmicas e intra-musculares, cuidar de feridas, contusões e queimaduras, aplicações de aparelhos de urgência em fraturas e luxações, socorros imediatos para asfixiados e envenenados.

Indústrias caseiras: na fabricação de conservas, queijos e manteigas, criação de aves e outros animais domésticos. Entre tantos outros afazeres que ela deve dominar (BONATO, 2006, p. 7).

Nessa linha de pensamento, a modernização do papel social da mulher, neste período, significou uma extensão das funções domésticas para o espaço público e a incorporação de trabalhos voltados para o bem estar social. De igual forma, alimentou-se a ideia de que as mesmas deveriam melhorar seu desempenho nos cuidados da casa e da família agregando conhecimentos científicos.

Na Conferência pelo Progresso Feminino a discussão também girou em torno dos dois tipos de mulher que seria destinado o ensino de Economia Doméstica: as moças ricas e as pobres. As primeiras tinham como dever de desempenharem da melhor forma seu papel de cuidar da casa. Já para as últimas, poderiam encontrar na Economia Doméstica sua salvação, pois tendo acesso aos conhecimentos poderiam encontrar “um bom marido” e manter um “bom casamento”. Como também ofereceria saberes para trabalharem como empregadas em casa de família (BONATO, 2006).

Assim, a educação doméstica foi reivindicada para compor a educação feminina de uma classe pobre que dificilmente conseguiria chegar ao ensino secundário ou superior. Ainda que a mesma não fosse negada para jovens que buscassem formação para o casamento e a maternidade. Por isso, coube à Liga pelo Progresso Feminino incentivar o ensino profissional doméstico durante a República em todos os colégios (BONATO, 2006).

Nota-se ainda que na Conferência pelo Progresso Feminino, a colaboração para a inclusão do ensino doméstico como fundamental à educação feminina partiu de mulheres com posição social elevada e, em sua maioria, com ensino superior, bem como de indivíduos do sexo masculino, sobretudo médicos, a fim de reforçar a concepção higienista vinculada aos conhecimentos propostos.

Ora, o que se observa diante do exposto é que os saberes sob a denominação de Economia Doméstica já permeavam a educação feminina ainda que não estivessem sistematizados sob essa nomenclatura, mas, sua presença torna-se ainda mais forte com a

chegada da República e a implantação do ensino doméstico para outras modalidades do ensino.

Porém, com destino especial às classes populares (por meio do ensino primário e profissional), às mulheres que trabalhavam no campo e nas indústrias, principalmente. Trazendo, desse modo, para o novo regime político, o hiato socioeducacional proveniente do Império. Contudo, uma questão vem à tona: por que inserir os conhecimentos domésticos no ensino secundário, cujas alunas supostamente não precisariam deles?

Bonato (2006) adverte que o debate em torno da inclusão do ensino doméstico, não esteve restrito apenas a problemática feminista, mas inseriu-se em uma realidade mais ampla que o país estava imerso, “sendo o analfabetismo, o alcoolismo, a mortalidade infantil, as doenças transmissíveis como tuberculose e a sífilis alguns dos flagelos que incomodavam aquela sociedade republicana” (BONATO, 2006, p. 12). Era preciso mudar o quadro considerado grave e a educação doméstica para as mulheres tornou-se um caminho viável. A República trouxe com ela o ideal de progresso e desenvolvimento que seria alcançado por meio de uma população educada e saudável. E a mulher foi a pedra de toque para atingir tais objetivos.

A inserção dos conhecimentos domésticos na educação mulheril consistia numa forma de intervenção feminina, por meio de conhecimentos científicos, mas que respeitava os limites a elas impostos pela sociedade predominantemente patriarcal. Além disso, era uma solução aceitável pela então sociedade, pois conseguia controlar, com o reforço da função social de mãe e dona de casa, as “resistências” femininas⁴³ que davam fortes sinais naquele período. Como também colaborar na busca por indivíduos saudáveis e moralmente educados.

Assim, em 1942, por meio da Lei Orgânica do Ensino Secundário Economia Doméstica também foi inserida no ensino secundário, quando ganhou mais notoriedade, como disciplina voltada para turmas femininas de 3ª e 4ª séries permanecendo na legislação educacional brasileira até 1961 quando houve a elaboração da Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB). Em 1946, também foi incluída no currículo do Ensino Normal com vistas à formação de professoras para o ensino primário. A partir de 1950 surge o primeiro curso superior de formação em Economia Doméstica.

Na década de 1940, a oferta de ensino para as mulheres estava configurada da seguinte forma: o ensino primário funcionava através de Grupos Escolares e escolas isoladas, o ensino

⁴³ Sobre as “resistências” as quais me refiro, relacionam-se as reivindicações por direitos políticos por parte de algumas mulheres, principalmente àquelas pertencentes a um grupo social mais elevado, por direitos políticos.

Porém, verifica-se que não há notas nem qualquer outra observação no campo de registro. Além do que livro de atas do Atheneu Sergipense, Economia Doméstica estava dispensada de provas e atribuições de notas mensais até que fosse expedida a respectiva regulamentação. Observei também que o livro de ponto dos funcionários comprova não existir docente designado para esta disciplina escolar até o ano de 1943.

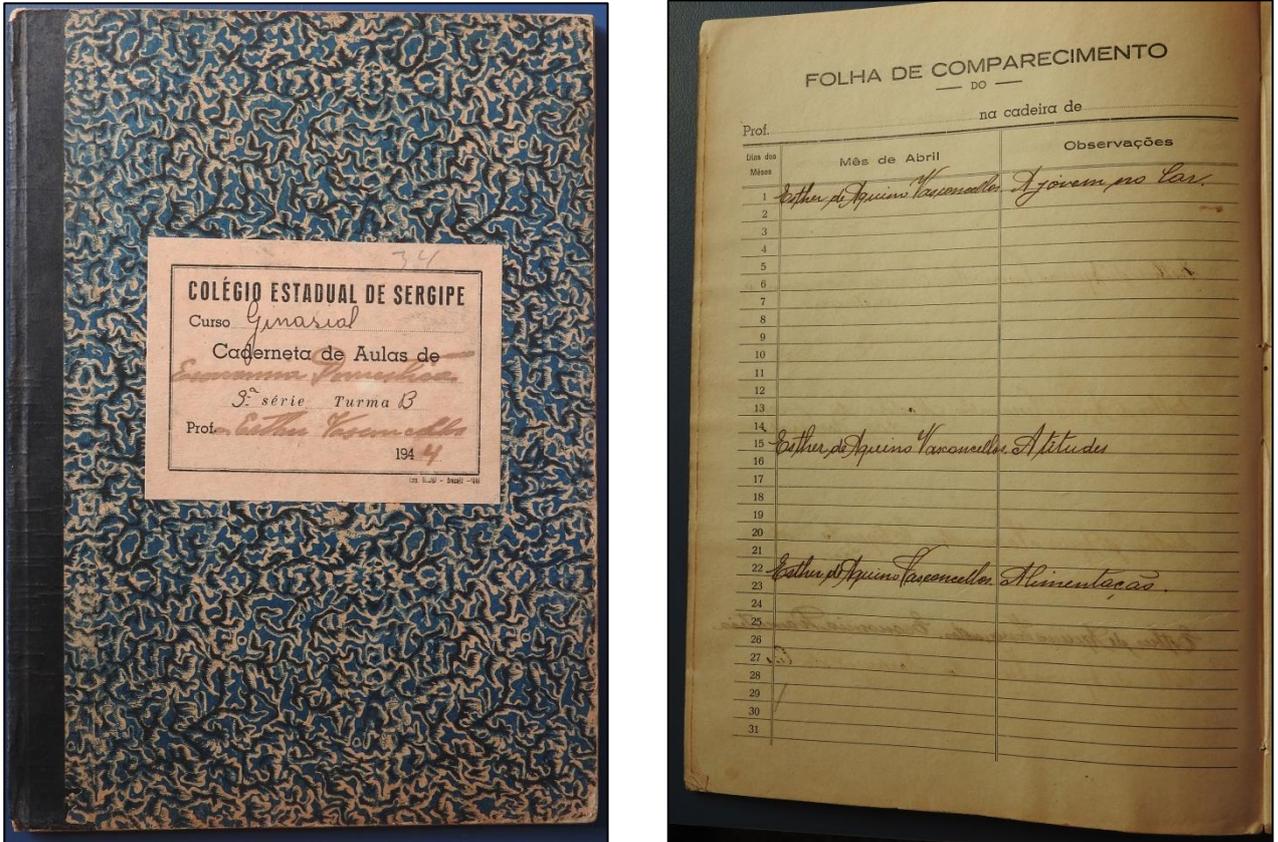
Ou seja, ainda que Economia Doméstica estivesse compondo o conjunto de disciplinas condizentes com a nova legislação educacional, a mesma não se encontrava em funcionamento no ano de 1943. Este ocorreu apenas em 1944, com a abertura da seleção para professoras da disciplina, como fica evidente na assinatura das docentes no livro de ponto do Atheneu Sergipense e nas cadernetas de notas devidamente registradas. Este dado leva-me a sublinhar que, o exercício de uma disciplina não são efetivados e nem tampouco são suprimidos do currículo escolar apenas com a publicação de uma lei ou decreto, mas por um conjunto de fatores atrelados à instituição educacional.

Ao ser incluída no currículo escolar do Atheneu Sergipense, Economia Doméstica deveria estar presente nos cursos ginásial, clássico e científico, conforme a Lei Orgânica de 1942. No processo de seleção para professoras da disciplina de Economia Doméstica, há o registro de que elas também assumiriam a disciplina nos cursos Clássico e Científico, porém não foi localizada nenhuma fonte, no Atheneu Sergipense, que comprovasse existência da disciplina em turmas do colegial. Também não sei informar o motivo de Economia Doméstica não ter sido lecionada nos cursos clássico e científico do Atheneu Sergipense no ano de 1944, já que havia turma para isso.

Porém, a partir de 1945, com a publicação do Decreto-Lei 8.347, 10 de dezembro, Economia Doméstica deixou de ser obrigatória para os cursos Clássico e Científico. E, nas cadernetas alusivas a esse período a disciplina permaneceu ausente dos currículos escolares do Atheneu Sergipense no curso Colegial.

Ainda nesse decreto, o governo desobrigava que as turmas femininas estivessem separadas das masculinas, mas deixava clara a preferência em continuar com um ensino de classes exclusivamente femininas. No caso do Atheneu Sergipense, não houve alterações nesse ponto até o ano de 1954, meninos e meninas estudavam em turmas separadas.

Figura 5 - Caderneta de Aulas do Atheneu Sergipense - 3ª série “B”, 1944, Ester Vasconcellos



Fonte: Caderneta de aulas, 1944. CEMAS (290FASS04).

Até o ano de 1943, no Atheneu Sergipense, os registros de notas eram descritos em um único livro, no qual constavam todos os nomes das disciplinas e suas respectivas notas no curso. É provável que, a partir de 1944 esse documento tenha sido substituído pelo Diário de Classe ou pela Caderneta de Aulas. Fisicamente, houve uma mudança considerável no documento, pois cada disciplina passou a ter o seu próprio Diário de Classe. Uma brochura, em formato retrato que apresentava, logo após a capa, folhas de comparecimento de cada mês com seus respectivos dias. Nestas folhas, o Professor assinava seu nome no dia em que a aula era ministrada, e ao lado de sua assinatura, escrevia o nome do conteúdo transmitido.

Em virtude das afinidades entre as disciplinas de Trabalhos Manuais e Economia Doméstica, como: ensinam conhecimentos práticos para vida cotidiana, foram inseridas no currículo escolar do Atheneu Sergipense a partir da mesma legislação e com a mesma banca examinadora para contratação de professores, destinam-se a um público específico e são lecionadas por docentes em comum, questionei-me se teriam elas algum ponto em comum na

sua origem. Isso porque Chervel (1990) argumenta que atrás de uma única denominação pode se esconder duas ou três disciplinas distintas e, sendo assim, a evolução da terminologia às vezes é esclarecedora.

Ao pesquisar sobre a disciplina de Trabalhos Manuais em São Paulo, Santos (2014) sustenta que quando emergiu no cenário educacional brasileiro, no início do século XX, a disciplina Trabalhos Manuais era destinada aos meninos e meninas, mas seus conteúdos diferenciavam-se. Enquanto os meninos aprendiam trabalhos práticos mais voltados para os ofícios do cotidiano, as meninas aprendiam os serviços domésticos.

A autora pontua ainda que o conhecimento da disciplina supracitada “[...] proporcionava precisão do olhar e destreza dos músculos da mão. No aspecto mental, permitia maior atenção, interesse, além de transmitir o senso da cultura estética” (SANTOS, 2014. p. 50).

Porém, a demanda por novos saberes, condizentes com o mundo moderno que emergia, sobretudo com os ideários republicanos de educação, implicaram também em alterações curriculares, o que fez com que os conteúdos antes separados, mas sob uma mesma matéria, também se tornassem disciplinas distintas. Assim, Trabalho de Agulhas (nova denominação disciplinar) passou a ser ensinado para meninas e Trabalhos Manuais para meninos.

Chervel (1990) explica que as transformações culturais da sociedade colaboram para mudança nas finalidades das disciplinas, que por vezes precisam ser readaptadas. A transformação do público escolar, como demonstra ser o caso de Trabalhos Manuais, também obriga a disciplina a se moldar ao novo cenário.

Provavelmente, a origem da disciplina Economia Doméstica no currículo escolar esteja relacionado à disciplina Trabalho de Agulhas, mas com uma nova configuração, conteúdos e finalidades (dado o âmbito em que foi implantada) ainda que guarde muitas semelhanças com os conhecimentos de outrora.

Apenas a título de observação sobre as diferenças conteudistas entre as disciplinas, os assuntos registrados nas cadernetas de Trabalhos Manuais de 1944 do Atheneu Sergipense no curso Ginásial, bem como no programa oficial de ensino da disciplina estão voltados para trabalhos com madeira e metais, aparafusar, pregar, pintar, soldaduras, como fazer pasta de gesso e argamassas de cimento e de areia fina, dentre outros (CADERNETA DE TRABALHOS MANUAIS DO ATHENEU SERGIPENSE, 1945. 262FASS04) Quanto aos de Economia Doméstica tem-se: noções de puericultura, primeiros socorros, higiene, como

cuidar da casa e da família. Esta última disciplina será mais cuidadosamente discutida na próxima seção.

Por conseguinte, ainda que apresentem algumas similitudes, Trabalhos Manuais e Economia Doméstica, durante a vigência da Reforma Capanema, constituíram conhecimentos distintos, com aspectos e saberes específicos condizentes ao seu público alvo e as suas finalidades.

Diante do exposto, observei que os conhecimentos domésticos sempre estiveram presentes no cotidiano feminino, contudo nem sempre sob a forma sistematizada de uma disciplina escolar. Quando às mulheres foi possível adentrar ao espaço público, principalmente no final do século XIX, tais conhecimentos tentaram se fazer presentes por meio de cursos e disciplinas que, aliados às concepções científicas, higienistas e conservadoras colaboraram com a ideologia da busca de uma sociedade saudável e educada rumo à modernidade. Por isso, a importância do ensino doméstico, o qual também pretendia evitar que a mulher fosse desvincilhada totalmente do papel para o qual se concebia como natural: serem mães, esposas e donas de casa.

3 ORGANIZAÇÃO DO SABER ESCOLAR DOMÉSTICO

Para ouvir suas vozes – *as palavras das mulheres* –, é preciso abrir não somente os livros que falam delas, os romances que contam sobre elas, que as imaginam e as perscrutam – *fonte incomparável* –, mas também aqueles que elas escreveram (PERROT, Michelle. 2015, p. 31).

Crescentes números de estudos⁴⁴ demonstram que o uso dos manuais escolares ou livros didáticos como fonte histórica tem adquirido espaço nas pesquisas brasileiras, dentre outros motivos, “pela multiplicidade de olhares que ele pode impelir sobre eles” (CHOPPIN, 2001, p. 14). Ao passo em que portam crenças, valores e comportamentos que circulam ou circularam em determinado tempo, colaborando na difusão de discursos que estejam em conformidade ao imaginário de uma época.

Ao analisar os manuais escolares é possível ter noção, de forma mais detalhada, do tipo de conhecimento que se pretendia lecionar em uma dada disciplina escolar facilitando a compreensão dos conteúdos que são elencados nos programas curriculares oficiais.

Nesta seção busquei debruçar-me sobre as palavras escritas por literárias, em livros didáticos de Economia Doméstica em circulação no período que a disciplina de mesmo nome esteve inclusa nos currículos escolares, com a finalidade de expor os principais conhecimentos relativos ao citado saber educacional.

Ademais, menciono quem foram as primeiras docentes de Economia Doméstica do Atheneu Sergipense responsáveis por colocar a disciplina em funcionamento e de que maneira elas ingressaram na instituição.

3.1 Atrações do lar: um giro pelos conhecimentos em Economia Doméstica

A partir da análise de livros didáticos que estiveram entre aqueles que circularam no período delimitado por esta pesquisa, é possível enxergar a disciplina na produção didática e conhecer o que se pretendia com o ensino de Economia Doméstica como saber escolar do curso Ginásial. Sob esse prisma, examinei duas obras (ambas escritas por mulheres e ainda sem estudos) referente à disciplina Economia Doméstica no secundário ginásial: “Noções de Economia Doméstica” de Isabel de Almeida Serrano e “Economia Doméstica – terceira e quarta série” de Marina G. Sampaio de Souza.

⁴⁴ MUNAKATA (2012), CHOPPIN (2002),

A escolha pelos manuais supracitados consiste no período em que foram publicados, pois condiz com a delimitação temporal deste escrito. Além disso, localizei o nome de uma das obras - “Economia Doméstica –terceira e quarta série do curso ginásial”- em um livro,

que registrava as obras, seus respectivos autores e a quantidade disponível, pertencente à biblioteca do Atheneu Sergipense (LIVRO DE REGISTRO, CEMAS, 1167FASG108).

Quanto ao manual “Noções de Economia Doméstica”, embora sem nenhuma evidência que comprove sua utilização pelos integrantes daquela “Casa de Educação literária”, identifiquei, por meio de outras fontes, que possivelmente a mesma tenha sido veiculada no estado de Sergipe.

Entre os motivos que me levaram a essa dedução está o prestígio alcançado nacionalmente pela Editora a qual o livro foi publicado (Companhia Editora Nacional), bem como a existência em Aracaju de livraria que comercializava obras desta mesma editora. Era o caso da Livraria Regina⁴⁵, da qual o Atheneu Sergipense possuía algumas notas fiscais de compra de livros e materiais de papelaria (CORRESPONDÊNCIA, 1950. 1179FASG1S05).

Segundo Santos (2004), a Regina organizava os livros em “Coleções” e “Estantes” e a Estante para Moças tinha 369 volumes (300% a mais na quantidade em relação a outros temas) o que indicava uma grande venda porque era uma literatura muito procurada. A citada livraria era a única de Aracaju, no período, que prestava intermediação para aquisição de livros de outras livrarias ou editoras de várias partes do Brasil e, entre seus fornecedores estava a Companhia Editora Nacional (a mesma da obra “Noções de Economia Doméstica”).

Santos (2004) verificou ainda que, entre seus clientes estavam o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE), professores e bibliotecas de instituições. Além disso, comercializava livros de várias nacionalidades principalmente os espanhóis, italianos, franceses como também da bibliografia nacional, sobretudo, Direito, Administração, Contabilidade e os livros didáticos.

Assim, as obras mencionadas são analisadas a partir da perspectiva de que os mesmos constituíram um objeto responsável por transmitir a uma dada geração os saberes julgados necessários serem perpetuados em um determinado momento histórico. Ele propaga “[...] de maneira mais ou menos sutil, um sistema de valores morais, religiosos, políticos, uma ideologia que conduz ao grupo social de que ele é a emanção” (CHOPPIN, 2002. p. 14).

Entretanto, Choppin (2002) adverte que os manuais não podem ser analisados como fontes isoladas, mas juntamente com documentos, provenientes de dentro ou fora da escola, que auxiliem a desvelar o cenário social de sua produção e seus usos.

⁴⁵ Livraria, papelaria e tipografia, a Regina também funcionou como ponto de encontro vespertino de vários intelectuais, estudantes e escritores sergipanos como Mário Cabral, Felte Bezerra e Silvério Fontes. (SANTOS, 2004).

Mas o que caracterizaria um livro didático? Alain Choppin, pesquisador francês dedicado ao estudo do livro escolar, distingue quatro grandes tipos de livros escolares, organizados de acordo com sua função no processo de ensino-aprendizagem:

- aqueles “utilitários da sala de aula” (CHOPPIN, 2002, p. 16), isto é, obras produzidas com a finalidade de auxiliar no ensino de uma determinada disciplina por meio de apresentação de um conjunto extenso de conteúdos do currículo, de acordo com uma progressão, sob a forma de unidades ou lições, favorecendo tanto um uso coletivo (em sala de aula), quanto individual (em casa ou em sala de aula).
- os paradidáticos (obras complementares)
- os livros de referência (dicionários, gramáticas, atlas e etc.)
- as edições escolares de clássicos (obras clássicas).

As obras “Noções de Economia Doméstica” e “Economia Doméstica – terceira e quarta séries” são tomadas como possíveis leituras individuais realizadas pelas professoras, inserindo-se na primeira categoria mencionada. Uma vez que as docentes, na ausência de uma formação superior em Economia Doméstica, precisavam de leituras que as subsidiassem em suas aulas. Já que somente em 1951, com a Portaria nº 613, 19 de junho, foi criado o primeiro curso para formação do magistério em Economia Rural Doméstica o qual passou a funcionar apenas em 1954 na cidade de Uberaba/Minas Gerais. Ferreira (2014) esclarece que o mesmo era mantido pela União e destinava-se à formação de mulheres para a atuação nas escolas agrícolas profissionalizantes ou para ministrar aulas nas disciplinas de educação doméstica, no nível secundário.

Nesse esteio, sabendo que o livro de Isabel Serrano foi publicado três anos após a implantação da lei e um ano após a institucionalização de Economia Doméstica no Colégio Atheneu Sergipense, além de ter sido reproduzido pela Companhia Editora Nacional, renomada editora no período e que também esteve presente em outros livros contidos na biblioteca do Colégio Atheneu Sergipense, é provável que tenha sido uma das referências de leitura das professoras que lecionaram nesse educandário.

Ademais, Tomé (2013) adverte que muitos manuais do século XIX que objetivavam demonstrar normas socialmente aceitas e o bom andamento do lar, foram divulgados e propagados como leitura indicada entre as bibliotecas das Escolas Normais a partir de 1920. Sendo, muitas vezes, utilizado nas aulas de Educação Moral e Cívica, Economia Doméstica e Higiene.

Antes de adentrarmos na análise dos conteúdos expressos no livro “Noções de Economia Doméstica”, considero de igual importância tecer uma breve biografia da literata aqui retratada – Isabel de Almeida Serrano - de modo a apreender seu perfil e o seu papel na sociedade.

Levando em consideração o período histórico vivido por Isabel Serrano, tempo no qual a mulher ainda era bastante reclusa aos cuidados do lar e da família, parece razoável afirmar que a mesma possuiu uma carreira notória como profissional. Por meio de sua narrativa é possível perceber o traquejo da escritora com conhecimentos de outras áreas como Filosofia e História o que torna seu texto eloquente.

Figura 6- Isabel de Almeida Ramos Serrano



Fonte:http://www.guia.heu.nom.br/genealogia/JoaoLuizAlmeida_MariaBernardaVieiraMachado.html

Nascida na Fazenda Independência, em Castelo (Espírito Santo), no dia 20 de outubro de 1890, a normalista lecionou Economia Doméstica em vários colégios do Rio de Janeiro, além de ter ensinado em escola municipal e para filhos de militares da Fundação Osório. Assim como, dirigiu o Jardim de Infância de Cachoeiro de Itapemirim, de 1956 a 1959.

A autora também publicou outras obras: “Quando Você Casar (1963)”, “Rainha do Lar (1953)”, “O Natal (1963)” e “Armadilha para Pássaros Vermelhos - Contos Folclóricos de Guarapari (s/ data)”. Escreveu crônicas sobre lendas, fatos e curiosidades em jornais como *Correio do Sul*, *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã*, *Jornal A Gazeta* e publicou artigos em revistas como *O Cruzeiro* (Rio de Janeiro) e *O Lar* (São Paulo).

Seu esposo, Mário Serrano que ocupou o cargo de Secretário de Governo no Espírito Santo, quando da interventoria de Jones dos Santos Neves (21/01/1943 a 27/10/1945). Exerceu atividades de escritor, professor e autor de vários livros, com destaque para os de literatura infantil.

Nesse período, Isabel foi nomeada a primeira presidente da Legião Brasileira de Assistência (LBA)⁴⁶, que ajudou a fundar. Faleceu em 1994, aos 93 anos quando residia em Guarapari, no estado do Espírito Santo, sendo sepultada em Cachoeiro do Itapemirim (ES) onde viveu sua infância (SERRANO, 2009).

Observa-se que Isabel de Almeida Serrano teve sua vida entrelaçada com a política do período por meio de seu esposo, inclusive ocupando funções de destaque. Além disso, a sua formação de normalista e sua experiência como Professora completaram sua bagagem como escritora de livros e artigos dedicados ao público feminino.

O livro “Noções de Economia Doméstica”, que alcançou doze edições, foi publicado pela Companhia Editora Nacional a partir de 1945, três anos após a implantação da Lei Orgânica de 1942 que instituía a disciplina Economia Doméstica nos currículos escolares, mas somente em 1946, na segunda tiragem, a obra adaptou-se ao programa oficial de Economia Doméstica, mesmo ano da expedição do programa da disciplina através da Portaria Ministerial nº 14, de 7 de janeiro.

A Companhia Editora Nacional, considerada por Toledo (2004) como uma editora de destaque no mercado brasileiro no século XX, entre outros motivos, por ter produzido um vasto leque editorial incluindo diversas coleções de livros importantes para cultura brasileira, como a Biblioteca Pedagógica Brasileira e a Biblioteca das Moças. A Companhia Editora Nacional também foi responsável por publicar autores renomados como Fernando de Azevedo, Celso Furtado, Gilberto Freyre e Anízio Teixeira.

A editora supracitada especializou-se no mercado de livros escolares durante toda sua existência. No entender de Toledo (2004), a articulação entre a Companhia Editora Nacional e a própria história da educação no Brasil aconteceu também pelo envolvimento dos intelectuais que pensaram os problemas da educação estarem no quadro da mesma.

⁴⁶ Entidade filantrópica criada em 1942 por Darcy Vargas, então esposa do presidente Getúlio Vargas. A LBA tinha sede no Rio de Janeiro e postos de atendimento nas capitais e cidades brasileiras administradas pelas primeiras damas. Seu objetivo era prestar auxílio aos soldados e seus familiares na Segunda Guerra Mundial (SIMILI, 2008). Perdurou mesmo depois da guerra prestando assistência a famílias carentes, quando foi extinta em 1995 no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso.

Essa participação de intelectuais como autores, tradutores, editores ou mesmo consultores, fez com que muitos títulos – livros didáticos para alunos, ou para formação de professores, livros teóricos da Pedagogia ou Psicologia, por exemplo – que a Nacional fez circular carregassem em seu bojo os debates e as inovações do campo da educação (TOLEDO, 2004, p.6).

Dentro dessa dimensão, é possível perceber que o livro de Isabel Serrano foi publicado em uma editora, que naquele período histórico, esteve envolvida diretamente com as mudanças que passavam na educação brasileira possuindo uma grande relevância na circulação de livros escolares.

Uma análise sob o ponto de vista físico do livro, sem pretender aprofundar-me ou esgotar o tema, tornam-se elementos importantes de serem mencionados, pois fornecem indícios interessantes sobre as propostas curriculares.

Assim, sob a perspectiva materialista, o livro possui 239 páginas, em formato “retrato”, medindo 19,5 x 14,5, com encadernação “em costura”. Por ser um livro pequeno e leve, é de fácil manuseio. A capa contém recursos simples de composição sendo constituída de cores suaves, com a imagem de um cômodo da casa desenhado em branco. A contracapa traz a propaganda de um livro de receitas. Nota-se que a capa já revela a intenção da autora e dos editores de fornecer pistas do conteúdo que será abordado no livro, não constituindo, portanto, um mero ornamento visual.

O nome da autora aparece em caixa alta sem serifa⁴⁷, na parte superior com uma cor que dá destaque. De igual forma, o nome do livro que fica na parte inferior do lado direito, também em caixa alta, mas em tamanho maior.

Os assuntos são indicados por um número seguido do título em caixa alta. O texto é bem legível, com um tamanho de fonte compreensível, na cor preta. A obra possui pouquíssimas imagens (13 no total), todas em preto e branco, sem legenda e, geralmente, com uma função motivadora: representa uma passagem concreta daquilo que foi dito (MENEZES, 2001).

⁴⁷ Na tipografia, as “serifas” são os pequenos traços ou barras que ocorrem no fim das hastes das letras de um ou de ambos os lados.

Figura 7 - Capa e Contracapa do livro "Noções de Economia Doméstica" (1946)



Fonte: Acervo Pessoal de Sayonara Almeida, 2016.

No que tange ao seu conteúdo, o exemplar – *Noções de Economia Doméstica* – apresenta-os conforme segue o programa oficial da disciplina Economia Doméstica das 3^a e 4^a séries, mas também foi preservado alguns pequenos textos complementares e sugestões da primeira edição, conforme esclarece a autora nas páginas iniciais do livro.

Entre as leituras inclusas no livro, estão:

Quadro 3- Leituras contidas na obra "*Noções de Economia Doméstica*" (1946) para as turmas de 3ª série e 4ª séries

TÍTULO DO TEXTO	AUTORIA	REFERÊNCIA
3ª SÉRIE		
A Poesia da Vida	Júlia Lopes de Almeida	<i>Livro das Noivas</i>
Conselhos a uma noiva	Júlia Lopes de Almeida	<i>Livro das Noivas</i>
Um Jardim	Maria Eugênia Celso	Artigo do <i>Jornal do Brasil</i>
Rui Barbosa e as roseiras	Francisco de Assis Barbosa	Artigo intitulado "Rui Barbosa na Intimidade" do jornal <i>Correio da Manhã</i> , 1944.
A mesa	Júlia Lopes de Almeida	<i>Livro das Noivas</i>
As Princesas também trabalham	Isabel de Almeida Serrano ⁴⁸	
4ª SÉRIE		
Pequenas indústrias domésticas I, II e III	Isabel de Almeida Serrano	
Cumprimentos	Carmem D'Ávila	<i>Livro de Boas Maneiras</i>
O apêrto de mão	Carmem D'Ávila	<i>Livro de Boas Maneiras</i>
A cortesia fora de casa	Carmem D'Ávila	<i>Livro de Boas Maneiras</i>
O doente	Júlia Lopes de Almeida	<i>Livro das Noivas</i>
A dona de casa Enfermeira	Isabel de Almeida Serrano	
Oswaldo Cruz	Isabel de Almeida Serrano	
O clube dos 4 HH	Isabel de Almeida Serrano	

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir de SERRANO, 1946.

Alguns dos textos elencados são passagens retiradas do *Livro das Noivas* de Júlia Lopes de Almeida⁴⁹ (1862-1934) ou D. Júlia, como ficou conhecida, foi uma das articuladoras das reuniões literárias que culminaram com a fundação da Academia Brasileira de Letras; produziu algumas obras dirigidas e centradas em mulheres brancas, escolarizadas e burguesas do Rio de Janeiro de sua época e ainda teve relevante participação política no movimento feminista brasileiro. (COSTRUBA, 2009)

O *Livro das Noivas* é destinado às mulheres, sobretudo àquelas que estão a caminho do altar. Porém, sua obra perpassa também as funções maternais e os lides domésticos. Embora escrito para as moças da época dos oitocentos, o livro e seus ensinamentos ainda permaneceram em circulação nas décadas seguintes. O papel de destaque em sua obra

⁴⁸ Os textos cuja autoria está com o nome da própria autora do livro não consta explicitamente no livro. Porém, como todos os outros textos de Serrano (1946) faz a devida referência, provavelmente aqueles que ela não os faz é porque foi a mesma quem escreveu, juntamente com o livro.

⁴⁹ A escritora Júlia Valentina da Silveira Lopes era natural do Rio de Janeiro. Filha de Antônia Adelina Pereira, nascida em Lisboa e do médico português Valentim Lopes (COSTRUBA, 2009).

encontra-se na intimidade com que a autora conduziu sua escrita de modo a se incluir como mulher que também vivenciava aquilo que escrevia. Com uma narrativa reflexiva o livro traz, em sua primeira parte, alguns ensaios, como: “O dia do casamento”, “Saber ser pobre”, “A roupa branca”, “A poesia da vida”, “Os doentes”, “Os livros”, “Belas artes”, “Concessões para a felicidade”, “Os bailes”, “As jóias”, “Os pobres”, “Falta de tempo”, “Carta a uma noiva”, entre outros temas.

Já no livro *Boas Maneiras* de Carmem D’Ávila, uma senhora sobre a qual não é muito fácil encontrar referências, aborda normas de comportamento e regras de bom tom, com intuito de moldar determinadas atitudes. É o caso do texto “O aperto de mão” no qual a autora busca convencer a leitora de que mesmo com as contrárias campanhas de alguns higienistas é preciso que o aperto de mão seja feito, pois indicava um gesto de elementar delicadeza. Além disso, com suavidade ironizava alguns dos princípios higienistas, como o beijo, considerado no discurso higienista como transmissor de doenças:

O beijo de saudação foi sempre usado em todos os ritos; e os cumprimentos *beijocativos*, que perduraram até o século XVII, só desapareceram quando a Sr.^a D. Higiene começou a imiscuir-se nos tratados de civilidade (D’Ávila, Carmen apud SERRANO, 1946, p. 171).

Decerto, a obra “Noções de Economia Doméstica” congrega em um único livro não apenas os conteúdos concernentes à disciplina escolar Economia Doméstica, mas também inclui algumas leituras voltadas para as mulheres no período em voga. À medida que apresenta outras literaturas e seus respectivos autores nos textos complementares, permitindo apreender o que se tinha como “hábitos adequados” para o público feminino.

Quanto aos exercícios, considerados por Chervel (1990) como “[...] a contrapartida quase indispensável” (CHERVEL, 1990, p.204) aos conteúdos explícitos. Eles executam uma função de controle que, segundo o autor, “sem o exercício e seu controle, não há fixação possível de uma disciplina”. “O sucesso de uma disciplina depende fundamentalmente da qualidade dos exercícios aos quais ela pode se prestar” (CHERVEL, 1990, p.204).

Sendo assim, as atividades que constam no livro de Serrano, além de práticas, também tinham as que se situavam ao final de alguns conteúdos de modo a revisar e fixar o assunto dado e geralmente eram subjetivas.

EXERCÍCIO

- 1- Como devem ser guardados: a carne, o peixe e os cereais?
- 2- Como se reconhece o peixe fresco?
- 3- Quais são os principais cuidados que o leite exige?
- 4- Por que não se deve cozinhar os alimentos em demasia?
- 5- Como podem ser esterilizadas as verduras? (SERRANO, 1946, p. 113)

EXERCÍCIOS PRÁTICOS

- 1- Preparar alguns sachês para um armário de roupa. Podem ser feitos em organdi com a forma de almofadinhas ou de bonecos.
- 2- Organizar um inventário de objetos de uso pessoal. Deve ser feito primeiramente a lápis, junto ao móvel que os contém, e, depois, transcrito em uma caderneta especial. A utilidade desse inventário é despertar o espírito de método. Com o inventário pode qualquer pessoa verificar, a qualquer momento, o que possui, o que lhe falta, e o que lhe cumpre consertar ou adquirir. (SERRANO, 1946, p. 92).

Há de salientar nos exercícios de culinária não só o aprendizado prático da disciplina, mas a preocupação da mulher em cozinhar bem. “O paladar se mostra um aliado na economia doméstica, na saúde das finanças, na prosperidade do corpo” (BURITI, 2011, p. 37). Como também os cuidados higiênicos na preparação e conservação dos alimentos, por isso aprendiam o valor nutritivo destes, como conservá-los e o cuidado com as vasilhas, o ambiente e os horários das refeições visando também a saúde.

Em relação aos exercícios práticos, o programa oficial da disciplina menciona que cabe ao Professor realizar demonstrações práticas nas aulas, e levar as alunas a fazerem exercícios, em classe e em casa:

3ª Série

Caberão os seguintes exercícios, especialmente: Trabalhos de agulha – pontos, remendos, bainhas; execução de pequenas peças de utilidade prática; trabalhos de crochê, tricô e bordado simples.
Trabalho relativos à alimentação – sopas simples e mingaus; processos triviais de preparação de verduras, frutas, legumes e outros vegetais; preparo de sobremesas. (VECHIA e LORENZ, 1998, p.379).

As práticas de incitação e motivação desempenham um papel também muito importante, pois elas fazem com que os alunos se interessem pelo que está sendo transmitido. Para Chervel (1990),

Não se trata tão de somente preparar o aluno para a nova disciplina, mas de selecionar, aliás com igual peso, os conteúdos, os textos, as narrações mais estimulantes, na verdade de levar-lhe a se engajar espontaneamente nos

exercícios nos quais ele poderá expressar sua personalidade (CHERVEL, 1990, p.205).

Na 4ª série, os exercícios práticos indicados pelo programa da disciplina eram coletivos, realizados por grupos de alunas, e anuais sendo voltados para práticas de puericultura com a confecção de enxovais para crianças recém-nascidas, destinados a maternidades e creches. Além disso, sugeria visitas a centros de puericultura, creches, jardins de infância, preventórios e hospitais infantis.

A feitura desses pequenos enxovais permitirá prolongar os exercícios dos trabalhos de agulhas constantes do programa da série anterior, e oferecerá ensejo para exercícios de cálculo de despesas e de seu registro. Os problemas de alimentação da criança permitirão prolongar os exercícios de culinária, que deverão servir, nesta série, como temas para discussão sobre o valor dietético dos alimentos e sua classificação (VECHIA e LORENZ, 1998, p. 380).

Ainda sugere pequenos exercícios que oportunizem exemplos reais do arranjo da mesa, redação de convites, modo de receber os convidados e apuro das maneiras sociais por meio da organização de merendas ou de um chá.

Sobre a importância de aprender o conhecimento da ciência doméstica, Serrano menciona nas páginas iniciais do seu livro: “ciência de tamanho relevo e tão grande complexidade” (SERRANO, 1946, p.13).

Cada profissão possui a sua técnica especializada. Por que somente a mãe de família, a dona de casa, não se especializará na técnica e na ciência de uma das mais elevadas e complexas funções sociais, qual a de formar e dirigir o seu lar, ser mãe e ser esposa, estruturando o caráter dos homens e das mulheres que irão constituir a sociedade de amanhã? (SERRANO, 1946, p. 13)

Contempla com aplausos a inclusão do estudo da economia doméstica nos programas oficiais. Aquela disciplina que, a seu ver, levaria as mulheres a melhor se conhecerem e executarem as funções para as quais foram designada desde a infância.

Um dia, por certo, teremos que preparar a mesa com pratos e talheres de tamanho normal, servindo almoços e jantares “de verdade”. Muito provavelmente teremos que vestir e cuidar de bonecas de carne e osso, bonecas que terão almas pelas quais seremos responsáveis (SERRANO, 1946. p. 15).

Serrano (1946) defende que a harmonia e a felicidade do lar relacionam-se aos cuidados femininos. Afirma com veemência, a importância que as mulheres possuem como colaboradoras da família e da sociedade, pois, segundo ela, de nada adiantariam as árduas pesquisas científicas para o conhecimento do valor nutritivo dos alimentos, por exemplo, se a

rotina e a ignorância das mães de família prejudicasse a execução prática, resultante dos métodos do conhecimento científico.

É por meio desse discurso, de uma mulher cuidadosa com a higiene da habitação, do vestuário, da alimentação, da gerência das finanças e do patrimônio familiar bem como, com a estética da casa em prol da formação de “homens de bem”, fisicamente fortes, cultos, educados e de boa fibra moral que a autora traça sua narrativa sobre a Economia Doméstica.

Organizada de igual modo à ordem estabelecida pelo programa oficial da disciplina escolar, a obra de Serrano (1946) separa os conteúdos pertinentes à 3ª e 4ª séries, ambas divididas em dez unidades.

Deste modo, na 3ª série, as estudantes deveriam aprender sobre o objeto da economia doméstica conhecendo sobre a importância da família e os papéis bem definidos que cabiam à mulher e ao homem na formação dos indivíduos e na constituição de um lar harmônico.

Economia Doméstica é definida por Serrano (1946) como a maneira de administrar uma casa de forma a obter o máximo de aproveitamento dos bens adquiridos com o mínimo de gastos. Seu estudo compreende um conjunto de conhecimentos sistematizado de regras adquiridas pela técnica e pela razão. “Resulta de conhecimentos científicos, do emprêgo dos métodos peculiares a cada uma das ciências que para ela contribuem, da determinação das leis e da sua aplicação aos casos concretos” (SERRANO, 1946, p. 23).

Quanto à higiene e habitação da família, as alunas deveriam compreender que para os membros da família sentirem-se bem em casa era necessário mantê-la em ordem, com higiene e estética. Por isso, aprendiam cada compartimento da casa, como ornamentá-la e higienizá-la. Tudo feito obedecendo a um critério lógico:

A arrumação obedecerá a um critério lógico, separando-se os objetos por espécie. Por exemplo, roupa em um determinado móvel, livros e papéis em outros, louça, talheres, etc, em seus lugares respectivos, e assim com tudo quanto existia na casa, de modo que, a qualquer momento, qualquer objeto possa imediatamente ser localizado. (SERRANO, 1946, p. 34)

Conhecimentos sobre pisos, paredes, tetos e seus respectivos modos de limpeza, bem como iluminação, combate aos bolores e insetos na casa também compunha o aprendizado na disciplina de Economia Doméstica. “O olhar começa a ser educado para procurar a pele suja, a poeira dos móveis, a cardina das roupas, os cabelos despenteados, o mau hálito, as atrofias higiênicas” (BURITI, 2011, p. 39).

Seguindo o programa da disciplina, na 4ª série, o livro traz conteúdos que abrangem a contabilidade doméstica, no qual eram ensinados o equilíbrio financeiro entre receitas e

despesas a fim de alcançar boa harmonia nas relações entre os membros da família. Para tanto, as alunas deveriam, entre outras noções, aprender a registrar as despesas “com absoluta pontualidade e exatidão” (SERRANO, 1946, p. 150) nos livros caixa. O que demonstra princípios de praticidade e organização.

Figura 8: Modelo de Livro Caixa utilizado em Economia Doméstica

DATA		DEVE	HAVER
Out. 1	Dinheiro em Caixa.....	3.000,00 Cr\$	Cr\$
	Pago de passagens.....		3,00
	Pago de jornal.....		0,40
	Pago de compras no armazém..		75,00
	Pago de compras na quitanda..		10,00
	Pago 1½ quilo de carne.....	97,40	9,00
Out. 2	Saldo em Caixa.....	2.902,60	
	Pago aluguel de casa.....		700,00
	Pago C/ Leiteria.....		70,00
	Pago C/ Lavadeira.....		70,00
	Pago C/ Padaria.....		88,00
	Pago Salário da empregada....		150,00
	Pago C/ Jardim de Infância....		40,00
	Pago C/ Colégio Sto. Antônio..	1.198,00	80,00
Out. 3	Saldo em Caixa.....	1.704,60	

Fonte: SERRANO, 1946, p. 150

Bem como, deveriam saber distinguir as despesas obrigatórias do lar, as necessárias e as supérfluas:

Há, naturalmente, despesas obrigatórias: aluguel de casa, alimentação, roupa, condução, iluminação, etc. Porém há outras que não são necessárias: perfumes caros, excesso de mesa e de indumentária, certas diversões, joias, objetos de arte, viagens de recreio, espetáculos, etc. (SERRANO, 1946, p.154).

Ademais, as alunas deveriam ser ensinadas como cuidar das crianças, conhecendo os direitos das mesmas e a obrigação dos pais. O conteúdo abrangia desde os cuidados com o recém-nascido, a alimentação (aleitamento, horário das refeições, etc) até o primeiro ano de vida do infante. Consistia na maior parte dos conhecimentos destinados à 4ª série.

Os preceitos higiênicos são os elementos mais enfatizados durante todo o conteúdo, evitando que a criança pudesse adoecer e vir a morrer “[...] a criança na primeira infância é extremamente frágil. A mortalidade infantil o prova” (SERRANO, 1946, p. 185). Além disso, “o que se estabelecer como higiene para infância servirá para mais tarde, quando adulto” (SERRANO, 1946, p.185). Dentre os conteúdos abordados, há o destaque para higiene

individual explicando minuciosamente como devem ser tratados a pele, os cabelos, os dentes, as mãos, as unhas e os pés.

Nas cidades, essas regras devem ser observadas com rigor ainda maior que no campo. Com efeito, na cidade há uma grande aglomeração humana. Fala-se com muita gente. Usam-se a cada momento notas e moedas de dinheiro. A poeira sobrecarrega a atmosfera; enche-se de bactérias. No campo o ar é incomparavelmente mais puro e o contato com as outras pessoas é muito menos frequente (SERRANO, 1946, p. 220).

A maneira correta de amamentar a prole, os horários adequados de sono e das refeições, bem como a atenção a quantidade e a qualidade da alimentação infantil representavam um conjunto de cuidados metodicamente organizados em prol do desenvolvimento de indivíduos sadios.

Portanto, para que a mulher pudesse cuidar dos filhos ela deveria conhecer também noções básicas do valor nutritivos dos alimentos, os principais sintomas e tratamentos de algumas doenças, primeiros socorros e vacinação, mas os cuidados iam além do físico, adentrando também a preocupação psicológica: “[...] tôdas as circunstâncias e fatos relativos aos primeiros anos de vida influenciam poderosamente na formação do caráter e do tipo psicológico do indivíduo” (SERRANO, 1946, p. 198). Para Serrano (1946) tudo que ocorria, desde a arrumação da casa até os hábitos dos membros da família eram fatores que influenciariam a formação da personalidade do infante.

Cabia ainda à disciplina orientar a mulher sobre o papel social dela o qual que não deveria se limitar à atividade doméstica, mas também a outros setores, como no magistério e no serviço social de forma a estabelecer a paz e a concórdia entre os seres humanos. Para tanto, era destinada uma unidade sobre a assistência social enfatizando meios e formas de desempenhar o serviço social, além de apresentar instituições de assistência à infância e à maternidade.

Cabeça, Coração, Mãos e Saúde são palavras que sintetizam perfeitamente, segundo Serrano (1946), o que deve ser a dona de casa e ao que deve ela prestar o máximo de atenção. Em outras palavras, um pensar claro e mais reto, um coração leal, mãos que trabalhem mais e saúde pessoal perfeita contribuem para que a vida da comunidade e da pátria seja cada vez melhor.

A obra de Isabel de Almeida Serrano, ainda que pudesse parecer com os manuais de boas maneiras, presentes no século XIX, está muito mais caracterizado como um livro escolar, destinado a veicular o conhecimento de uma disciplina. Não só sua estrutura dividida

em unidades, exercícios, textos complementares, como também a própria expressão exposta na primeira página do livro: “de acôrdo com os Programas para Curso Ginásial do Ensino Secundário” confirmam essa afirmação.

No tocante à obra *Economia Doméstica – terceira e quarta –séries*, também é caracterizado como um livro didático, de autoria de Marina G. Sampaio de Souza cuja biografia não foi localizada. Para não me tornar repetitiva, em virtude de seus conteúdos serem os mesmos trabalhados por Serrano (1946), considerarei mais pertinente ater-me a uma análise do livro que ressalte os aspectos diferenciados que o livro de Souza (1954) trouxe em relação ao de Serrano (1946).

Publicada pela Editora do Brasil⁵⁰ e em sua 5ª edição, a obra de Souza (1954) faz parte da Coleção Didática do Brasil – Série Ginásial, constituindo o volume 118. No tocante à sua materialidade é caracterizada como uma brochura, em formato retrato medindo 21cmx15cm, sendo um pouco maior do que o livro de Serrano (1946). A capa não apresenta nenhuma gravura, apenas o nome da autora na parte superior, o nome do livro centralizado, com letras maiores que as demais expressões concedendo maior destaque ao título da obra e o nome da editora localizado na parte inferior com as cores das letras seguindo as cores da capa: amarelo e marrom. Na contracapa consta apenas o nome da coleção a qual pertence o livro na parte inferior com as mesmas cores da capa.

⁵⁰ A fundação da sociedade anônima Editora do Brasil ocorreu em 1943 através de ex-funcionários que pediram demissão da Editora Nacional cuja especialidade também era a produção de livros didáticos. Assim, Carlos Costa Pasquale, Alfredo Gomes e Manoel Neto criaram a Editora do Brasil com objetivo inicial de editar e divulgar obras didáticas de caráter cívico de real valor segundo consta no documento de registro do nascimento da editora. Em 1949, a Editora do Brasil possuía dois catálogos: um de livros didáticos (Coleção Didática do Brasil), e outro de livros de leitura (Coleção infanto-juvenil). A lista de livros didáticos tinha 70 autores, compreendendo todas as disciplinas obrigatórias para o ensino secundário (ginásial e colegial). Foi durante a década de 1970 que a Editora do Brasil, dentre as mais de 60 existentes no país naquele período, figurou como uma das mais importantes editoras brasileiras. (BRAGHINI, 2012).

Figura 9: Capa e Contracapa do livro “Economia Doméstica – Terceira e quarta séries” (1954)

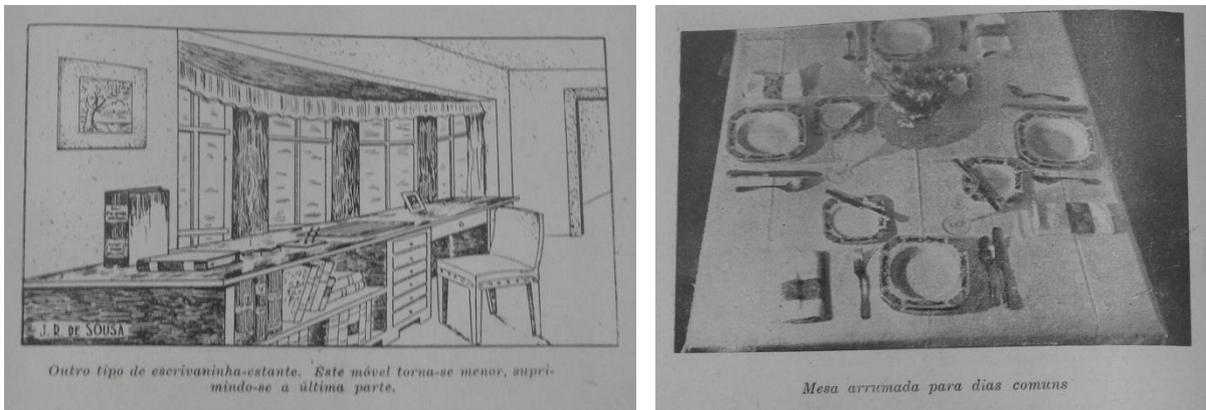


Fonte: Acervo Pessoal de Sayonara Almeida, 2016.

Sua encadernação é costurada e colada com 152 páginas numeradas na posição superior à direita, sendo um livro “fino” e de fácil manuseio. Apenas com uma breve dedicatória da autora na página inicial, a obra inicia-se de imediato com o índice. O qual é dividido em 10 e 11 unidades para terceira e quarta série respectivamente, com os conteúdos constantes no programa oficial da disciplina de Economia Doméstica. De igual modo à obra de Serrano, Marina Souza intitula as unidades e os subtítulos exatamente iguais ao programa oficial, de modo que não deixe escapar nenhum conteúdo.

De maneira bastante objetiva e sucinta a autora escreve os conteúdos abordados na disciplina utilizando-se de muitas imagens (um total de 29), todas em preto e branco acrescidas de uma legenda explicativa das mesmas, como uma forma de demonstrar visualmente aquilo que foi escrito. Desse modo, segundo Menezes (2011), as ilustrações adquirem uma função de “facilitação redundante”, pois representam uma mensagem já exposta com clareza suficiente pelo texto.

Figura 10: **Imagens do Livro de Economia Doméstica**



Fonte: SOUZA, 1952, p. 17 e 47

Logo nas primeiras páginas do seu livro, Marina Souza (1954) ao argumentar sobre a necessidade da Economia Doméstica nos currículos escolares, faz o leitor perceber que algumas mulheres daquela época já não aceitavam o papel social de “rainhas do lar” desvirtuando-se desse caminho. O perfil feminino daqueles tempos havia se modificado e a inserção da disciplina era uma forma acertada de lembrar a missão feminina na sociedade.

Nos dias atuais, quando notamos o desinteresse das mulheres pelo seu lar, esquecidas da grande responsabilidade que assumiram ao constituí-lo, entregando seus filhos a uma serviçal, em geral analfabeta, não só o próprio lar, mas os futuros lares dos filhos [...] Nunca foi tão oportuna, portanto, a inclusão, no currículo ginásial, desta disciplina (SOUZA, 1954, p. 14).

Esta realidade de não aceitação do papel de “rainha do lar” já ocorria desde o século XIX, entretanto, por meio da leitura do livro de Serrano (1946), isto não é perceptível. Serrano (1946) defende veementemente o ideal feminino de boas mãe e esposa induzindo o leitor a compreender a importância do conhecimento que a nova disciplina traria às mulheres de então. Ela justificava a necessidade de Economia Doméstica nos currículos escolares como uma maneira de tornar a função da dona de casa cada vez mais eficaz e organizada.

As mudanças social e econômica em que a disciplina Economia Doméstica estava imersa na década de 1950, é destacada por Souza (1954) quando a autora comenta sobre a habitação da família. Segundo ela era perfeitamente natural “[...] é quase certo mesmo, que a mulher atual não possa conseguir uma casa igual àquela que sonhou para estabelecer seu lar” (SOUZA, p. 15, 1954). Pois,

Nos nossos dias, quando a tendência para diminuir os cômodos de uma casa, tanto em dimensões quanto em número, transformando amplas e confortáveis residências em exíguos apartamentos, é cada vez maior, é necessário que a mulher aprenda a aproveitar com inteligência e acêrto as peças disponíveis. (SOUZA, p. 15, 1954)

Ao final de algumas unidades, principalmente nos conteúdos da 3ª série, Souza (1954) apresenta alguns conselhos e sugestões acerca do assunto abordado. Por exemplo, nas unidades IV, V e VI que englobam os cuidados, organização e limpeza do vestuário, incluindo cama e mesa, a autora sugere:

- As fazendas de côres vivas devem ser sempre passadas pelo avesso;
- Se alguma peça de roupa ficou encardida, ferva-a com rodelinhas de limão;
- Para evitar que o ferro grude na roupa ao passa-la junte à goma um pouco de sabão de côco;
- Para limpar o cinto de couro branco, esfregue-o com uma boneca de pano previamente embebida no leite (SOUZA, p. 59, 1954).

Já em relação ao preparo dos alimentos Souza (1954) assinala:

- Se a sopa ficou muito gorda ponha algumas folhas de alface para retirar o excesso de gordura. Retire-as antes de servir.
- Não ponha alimentos quentes em seu refrigerador, o gasto de energia elétrica será muito maior;
- O cheiro de cebola das mãos sai perfeitamente esfregando-as com sal;
- Ao retirar a fôrma do forno use um pano sêco, o pano molhado em contato com o calor soltará vapor e queimará as mãos (SOUZA, p. 74, 1954).

No tocante aos exercícios, eles só aparecem, como sugestão, ao final do último conteúdo da 3ª série - “noções de bordado”. São apenas exercícios práticos sobre trabalhos que podem ser realizados “pelas alunas (ou pelas donas de casa)” (SOUZA, p. 88, 1954). Entre as sugestões estão, por meio do bordado, tricô e crochê, realizar: abafadores de chá; jogos individuais para mesa de refeições; sacos para pão; mostruário dos pontos principais de bordado, tricô e crochê; enfeites de lã para carrinho de bebê; capa para o livro do telefone, para o álbum de fotografias, para livro de receitas culinárias, etc.

Em relação às noções de enfermagem ou aos primeiros socorros, o livro de Souza (1954) aborda um número muito maior de doenças e maneiras de socorrê-las, comparado ao de Serrano (1946). Dentre elas ressaltou: afogamento, asfixia, insolação, choque elétrico, corte,

enforcamento, fraturas, hemorragia, hemoptise⁵¹, hematêmese⁵², luxações, picadas de insetos, queimaduras e métodos de respiração artificial. Estas noções conferem um aspecto mais técnico e científico ao conteúdo.

Os conhecimentos de serviço social em Souza (1954) estão muito vinculados aos aspectos religiosos:

Quando o “Criador” incubiu-a da sagrada missão da maternidade, deu-lhe, também, uma enorme capacidade de sofrer, perdoar e, sobretudo, maior espírito de caridade e talvez mais aguçada ainda a capacidade de descobrir, adivinhar o sofrimento alheio (SOUZA, p. 148, 1954).

Diferente de Serrano (1946), Souza (1954) argumenta que embora o Serviço Social fosse praticado por pessoas que realizavam cursos especializados para exercer tal função, essas atividades também deveriam ser feitas por “almas caridosas, por corações transbordantes de piedade cristã”.

Ao finalizar a obra, tanto Serrano (1946) quanto Souza (1954) assinalam “como deve a mulher concorrer para um mundo melhor”, interessante perceber que a primeira frisa sobre a contribuição da mulher enquanto mãe e dona de casa, mas também demonstra a importância de sua colaboração no magistério, sobretudo no ensino primário. Já para última, nota-se a indicação de outra profissão, além do magistério: a de enfermeira.

As colocações expostas nos parágrafos anteriores leva-nos a perceber que na década de 1950, a mulher também era bem vista em profissões como a enfermagem e a assistência social e não apenas no magistério como outrora.

Nota-se que ambos os livros escolares, traziam orientações e conselhos que pretendiam informar às suas leitoras, os cuidados que deveriam seguir nos ambientes públicos e privados e buscava inculcar, por meio de sua leitura, normas e regras de controle sobre comportamento social.

Entretanto, a leitura e análise que fiz das duas obras em questão, me fizeram entender que o livro de Serrano (1946) foi escrito para um perfil de mulher que aceitava a condição de “rainha do lar” e que vivenciava aquilo como natural e aceitável, sendo importante ter conhecimentos mais intensos nos afazeres domésticos de modo a contribuir com a saúde e bem estar da família. Ao passo em que, a narrativa de Souza (1954), faz apreender que a mulher já não concordava com tanta facilidade da condição de cuidar apenas do lar, portanto, a autora tenta convencer o leitor de que esses princípios não poderiam ser esquecidos. Para

⁵¹ Sangue proveniente dos pulmões (SOUZA, 1954).

⁵² Hemorragia proveniente do estômago (SOUZA, 1954).

ela, adquirir o ensinamento de Economia Doméstica representaria praticidade para manter o lar organizado e limpo mesmo que a mulher tivesse outra profissão.

A “mulher” de Serrano (1946) é preocupada com cada detalhe de uma casa e dos membros que nela residem, ela vive para isso. A “mulher” de Souza (1954) precisa conhecer os elementos da casa porque um dia possuirá uma, mas deve ser de forma rápida e prática, pois, aparentemente, ela não se dedica somente a cuidar de uma casa.

Embora as duas obras forneçam informações em comum sobre o saber escolar que constituía a Economia Doméstica, é evidente a mudança comportamental da mulher na década de 1940 e 1950. O que demonstra que a disciplina precisou adaptar-se às transformações do próprio perfil feminino, de modo a não fugir de sua finalidade.

Destarte, os conteúdos de Economia Doméstica explícitos nas obras de Serrano (1946) e Souza (1954) exprimem conceitos de higiene, organização, controle financeiro, saúde, condutas, conhecimentos científicos, psicológicos, sociais e estéticos considerados válidos para a educação feminina daquele dado momento histórico.

3.2 “Titãs da sabedoria”⁵³: as primeiras professoras de Economia Doméstica

Fazendo alusão à mitologia grega, pondero que os professores estão para composição de uma disciplina escolar tal qual os deuses para com os gregos. Considerado como detentor do conhecimento, cabia ao docente conduzir a relação aluno-professor rumo a planejamento dos saberes a serem ensinados e a conseqüente produção de conhecimento.

Eram profissionais, cada um do seu jeito, personagens de admiração, carinho e respeito fossem eles sisudos, exigentes, maternais, elegantes ou mesmo reprovadores.

Os professores da Escola Normal e do Atheneu eram os mais reverenciados. Eram catedráticos e haviam comprovado seus saberes e competências em concursos muito rigorosos que a imprensa não deixava de registrar em notas de elogios. Além de tudo, alguns deles eram figuras eminentes no estado. O Colégio Atheneu, por exemplo, tinha um professor que havia sido governador do estado⁵⁴ (GRAÇA, 2002, p. 104).

A participação do professor no entender de Goodson (1991, 2001) é um elemento fundamental na construção histórica de uma disciplina, por ser ele quem a coloca em prática.

⁵³ Expressão utilizada por Graça (2002) para referir-se aos professores(as) sergipanos (as) (GRAÇA, 2002, p. 91).

⁵⁴ Graça (2002) referia-se a o professor de matemática, José Rolembert Leite que governou Sergipe de 1947-1950.

Assim sendo, proponho-me a verificar o percurso para seleção e ingresso das primeiras professoras de Economia Doméstica no Atheneu Sergipense.

Com a inclusão de Economia Doméstica e de outras disciplinas no currículo a partir da Lei Orgânica de 1942, foi necessária a realização de concursos para prover tais cadeiras. Assim sendo, no dia 26 de março de 1944 foram divulgados no Diário Oficial de Sergipe os termos do edital de abertura das inscrições para prova de habilitação para admissão como Professor contratado das seguintes disciplinas: Matemática, Física, História Geral, História do Brasil, Português, Latim, Geografia Geral, Geografia do Brasil, Espanhol, Trabalhos Manuais e Economia Doméstica. As inscrições eram realizadas na secretaria do Atheneu Sergipense e encerravam-se no dia 5 de abril do mesmo ano (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SERGIPE, 1944).

Como requisito para participação do processo de habilitação, os candidatos deveriam ter nacionalidade brasileira, idade mínima de 21 anos e quitação com serviço militar (em caso de serem do sexo masculino). A seleção ocorria em duas partes, por meio de uma prova escrita com assuntos referentes ao programa da cadeira e o ciclo ao qual o candidato inscrevia-se, em seguida havia uma prova didática com uma aula de 50 minutos dada em presença de uma banca examinadora, designada pelo Diretor do Atheneu Sergipense, sobre um assunto (que estivesse entre o programa da cadeira) sorteado com antecedência de 24 horas. Era considerado habilitado o candidato que obtivesse nota superior a cinco em cada parte do processo. Sendo convocados como professores aqueles com maior aproveitamento ao final das duas etapas (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SERGIPE, 1944).

O livro de inscrições da habilitação dos candidatos a professores contratados, registra em 3 de abril de 1944, a participação de Maria da Paixão Fraga, Irmã Maria Vicentina, Carmem de Aguiar Menezes e Irmã Rosalba J. C. Menezes como candidatas às cadeiras de Economia Doméstica e Esther de Aquino Vasconcellos como candidata também a cadeira de Trabalhos Manuais no 1º e 2º ciclo do ensino secundário. Na data seguinte, compareceu à secretaria do Atheneu Sergipense, Anita Novaes Mendonça para inscrever-se a vaga de Economia Doméstica no 1º ciclo do curso secundário. Já Lais da Costa Brandão inscreveu-se tanto para Trabalhos Manuais como para Economia Doméstica nos 1º e 2º ciclos. (LIVRO DE INSCRIÇÃO DA HABILITAÇÃO DOS CANDIDATOS A PROFESSORES CONTRATADOS DO ATHENEU SERGIPENSE, CEMAS, 486FASS06).

Quadro 4 - Candidatas ao concurso para provimento da vaga para as disciplinas de Economia Doméstica e Trabalhos Manuais

Candidatos	Economia Doméstica	Trabalhos Manuais	1º ciclo do secundário	2º ciclo do secundário
1. Ana Bastos		X	X	
2. Anita Novaes Mendonça	X	X	X	X
3. Carmem de Aguiar Menezes	X		X	X
4. Esther de Aquino Vasconcelos	X	X	X	X
5. Irmã Maria Laura		X	X	
6. Irmã Maria Vicentina	X		Não especificado	Não especificado
7. Irmã Rosalba J.C. Menezes	X		Não especificado	Não especificado
8. Lais da Costa Brandão	X	X	X	X
9. Maria da Paixão Fraga	X		Não especificado	Não especificado
10. Maria José Ribeiro Teles		X	X	
11. Maria Ygnez Pitombeira		X	X	
12. Matilde Soares Silva		X	X	

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir do Livro de Habilitação de candidatas a professores contratados e Correspondências do Atheneu Sergipense (1944)

O quadro demonstra 7 candidatas à cadeira de Economia Doméstica e 8 para a de Trabalhos Manuais, sendo que esta última possui 3 candidatas que concorreram à habilitação das duas cadeiras.

Além disso, verifica-se a presença de duas religiosas que concorriam à vaga de Economia Doméstica. As freiras, desde o final do século XIX já se encarregavam de algumas tarefas necessárias à sociedade “particularmente no campo da educação, da saúde e da assistência social”. Afora as mulheres pobres, as freiras foram as primeiras a exercerem uma profissão, quando ainda a maioria da população feminina era “do lar” (NUNES, 2013, p. 482). O que revela uma aproximação entre as finalidades da disciplina com a formação e interesse das mesmas. Inclusive, podendo notar a presença de Irmãs Sacramentinas também na Unidade

de Economia Doméstica do Colégio Agrícola Benjamin Constant, em Maroim, após o fechamento do Colégio Nossa Senhora de Lourdes (NASCIMENTO, 2003).

Contudo, deve-se assinalar que as freiras também colaboravam com a Igreja Católica ao propagar seus valores e ideais em meio à educação pública, que naquele momento já era laica. A expansão de instituições religiosas na educação sergipana, especialmente da educação feminina, já era uma realidade, mas voltava-se para estabelecimentos privados. Entre seus objetivos estava disseminar a concepção de “sagrada família” que pela ótica da Igreja Católica estava sendo esquecida, sobretudo em virtude do laicato promovido pela República.

Salientando que a Igreja Católica defendia um modelo de formação conservadora, no qual as mulheres deveriam ser instruídas para se transformarem em boas esposas e mães de família devidamente “adestradas”, pois, segundo a concepção do catolicismo determinados comportamentos ligados à religião eram imprescindíveis para a harmonia entre homens e mulheres.

Em meio aos registros de inscrição das candidatas, convém frisar que a proponente Ana Bastos inscreveu-se para a cadeira de Trabalhos Manuais “secção feminina” levando ao entendimento de que essa disciplina estava presente no currículo escolar feminino. Entretanto, como já foi mencionado Trabalhos Manuais estava inserida no currículo das turmas masculinas de 1ª e 2ª série. Talvez, as dúvidas iniciais quanto às distinções entre as disciplinas ou mesmo sobre o próprio processo de modificação da estrutura do ensino secundário a partir da Lei Orgânica de 1942, podem ter permitido esse equívoco. Tendo em vista que não foi localizada, no Atheneu Sergipense, nenhuma outra fonte que indique a presença dessa disciplina em turmas femininas.

Outro dado importante a salientar é que mesmo sendo uma disciplina voltada para o público masculino, não houve candidatos homens no processo para cadeira de Trabalhos Manuais, ou seja, uma disciplina tipicamente masculina foi lecionada por mulheres. Este dado nos revela que mesmo com a predominância masculina no corpo docente do Atheneu Sergipense dessa época, a inserção feminina prolongava-se até o magistério secundário, consolidando a tradição feminina na docência e promovendo alterações sociais consideráveis em Sergipe.

O aumento do número de mulheres que exerciam o magistério foi significativo, sobretudo porque, conforme já mencionado, era uma atividade aceitável para época. Vista pela sociedade como uma extensão das funções maternas femininas e consideradas pelas mulheres, como uma forma de emancipar-se. Entretanto, o fato delas integrarem o corpo

docente de colégios renomados não modificava a concepção patriarcal do período, pois quem continuava a liderar os principais cargos administrativos eram os homens. Estes tinham mais facilidade de alcançarem cargos maiores na área educacional (direção, inspeção, funções técnicas e administrativas) e, portanto, abandonavam a sala de aula.

A saída da mulher para o mercado de trabalho e seu maior acesso a uma melhor escolaridade teve grande expansão desde o final da Primeira Guerra Mundial quando houve divulgação da imprensa sobre a participação, de um tanto delas, na guerra, principalmente na Europa e nos Estados Unidos. Somado a isto, as reivindicações feministas por maiores oportunidades possibilitaram algumas novas profissões para as brasileiras. No entanto, as ofertas disponíveis para as mulheres eram limitadas àquelas que estavam próximas do que se considerava uma extensão das atribuições femininas: professora, enfermeira, datilógrafa, secretárias, telefonista, operárias das indústrias têxteis, entre outras.

A imprensa sergipana, por exemplo, em alguns exemplares, divulgava a profissão de enfermagem, noticiando cursos para enfermeiras e propalando em suas matérias jornalísticas a participação de várias mulheres, de outros estados, nos cuidados com os soldados que chegavam da guerra. As matérias geralmente utilizavam como motivação argumentos emotivos relacionados aos filhos e o sentimento materno. Para a sociedade do período:

É um dever para o qual a mulher, que tem as virtudes natas do amor e de todos os sacrifícios precisa estar preparada. Ser enfermeira é realizar, na guerra, êsse grande dever. Dever histórico. Dever sagrado. Dever de duas religiões – a do Cristo e a da Pátria. Dever da mulher brasileira (MAGALHÃES, Agamenon. *Jornal Folha da Manhã*, 10/4/1942).

No contínuo do processo de seleção de docente de Economia Doméstica para o Atheneu Sergipense, houve a divulgação da banca examinadora pelo Diretor Geral do Departamento de Educação do Estado de Sergipe, o senhor Acrísio Cruz e ocorreu por meio da portaria n.116 publicada no Diário Oficial de Sergipe no dia 5 de abril de 1944. Assim, foram designadas para banca de Economia Doméstica e também de Trabalhos Manuais as professoras: Cecília de Oliveira Maria, Dalva Bonfim Campos e Ana Araújo de Souza⁵⁵.

As provas escritas de Economia Doméstica marcadas para um sábado, dia 22 de abril de 1944 às 10 horas, foram transferidas, juntamente com a de Trabalhos Manuais, para o dia 26 de abril, uma quarta-feira do corrente ano, conforme aviso divulgado pelo Atheneu Sergipense no Diário Oficial do Estado. Provavelmente, a mudança deve-se ao fato da

⁵⁵Não foi localizado nenhuma referência sobre estas mulheres.

substituição na banca examinadora, da professora Dalva Bonfim Campos por Eudóxia de Oliveira Sampaio que por motivo de doença teve que se afastar do processo seletivo.

O resultado da avaliação para o exercício do magistério na disciplina aqui estudada foi divulgado aos dez dias do mês seguinte à realização das provas, sendo aprovadas as candidatas Ester de Aquino Vasconcellos, com média 9,1 e Anita de Novaes Mendonça, que obteve média 9,0 (LIVRO DE HABILITAÇÃO DE CANDIDATOS A PROFESSOR CONTRATADO DO ATHENEU SERGIPENSE, 1944. 486FASS06).

No livro de atas do Atheneu Sergipense e em ofício do Diretor da instituição, Joaquim Vieira Sobral, à diretoria do Departamento Nacional de Educação, consta a designação de D. Anita Novaes Mendonça (40 anos) sob o número de registro 23.741 para professora de Economia Doméstica das turmas de 3ª e 4ª séries “A” do curso ginásial (1º ciclo) e 1ª e 3ª séries do curso clássico (2º ciclo) no ano de 1944. Com 4 aulas semanais e remuneração de Cr \$ 15,00 por aula (LIVRO DE HABILITAÇÃO DE CANDIDATOS A PROFESSOR CONTRATADO DO ATHENEU SERGIPENSE, 1944. 486FASS06).

Do mesmo modo, solicitava o Diretor, a contratação de D. Ester de Aquino Vasconcellos⁵⁶, 53 anos, natural de Riachuelo e filha do comerciante Gervásio Vasconcellos⁵⁷, para lecionar Trabalhos Manuais nas turmas da 1ª série “B” e “C” e da 2ª série “A”, “B” e “BI”⁵⁸ do curso Ginásial. Como também a disciplina de Economia Doméstica na turma da 3ª série “B” do curso ginásial; na 2ª série do curso clássico e nas 1ª, 2ª e 3ª séries “A” do científico. (SOBRAL, Joaquim Vieira. Ofício, 1944. 44FASS05).

Todavia, informou Joaquim Vieira Sobral, via ofício, ao Departamento Nacional de Educação que em virtude da impossibilidade de harmonizar o horário de aulas, a Professora D. Ester de Aquino Vasconcelos não conseguiria dar as aulas na 2ª série “BI” do curso Ginásial. E, por conta disso, solicitava a convocação de D. Maria José Ribeiro Teles, aprovada no processo de habilitação com média 5,1 para lecionar nesta turma com um total de 2 aulas por semana (SOBRAL, Joaquim Vieira. Ofício, 1944. 44FASS05).

Nos Diários Oficiais do Estado de Sergipe eram constantemente publicados, pelo Departamento de Educação e pelos inspetores, sob a forma de “aviso”, que não seria permitida a admissão de docentes no Atheneu Sergipense que não estivessem registrados no

⁵⁶ Parecia haver rumores de que Ester Vasconcellos recebeu promessas de casamento de Fausto Cardoso (participante ativo da política republicana em Sergipe, foi Deputado em duas legislaturas no Estado), mas em entrevista, a Professora negou esta informação mencionando apenas sua admiração por ele. (SOUZA, 1985).

⁵⁷ Segundo Souza (1985) foi um dos chefes do governo Fausto Cardoso em Riachuelo.

⁵⁸ Na fonte utilizada, a grafia da série encontra-se escrita exatamente da mesma forma e nas pesquisas não consegui encontrar o motivo desta nomenclatura diferenciada em relação às outras séries.

Departamento Nacional de Educação, seja como titular da cadeira, como auxiliares ou assistentes. Como também está presente em algumas correspondências, encaminhadas ao diretor do Atheneu Sergipense. Entretanto, alguns ofícios solicitando o número de Registro no Departamento de Educação de professores recém habilitados no concurso, demonstram que a instituição persistia em admitir docentes que ainda não tivessem o número de Registro no Departamento Nacional de Educação.

A situação mencionada ocorria porque neste período para lecionar no ensino secundário era importante o Professor possuir um número de Registro no Departamento Nacional de Educação (correspondia a uma licença para ensinar) e o curso secundário completo. Ainda que o Registro não fosse obrigatório, ele era exigido como um requisito dos estabelecimentos de ensino que se submetessem à inspeção federal⁵⁹, caso do Atheneu Sergipense.

Sobre o Registro de professores no Departamento Nacional de Educação, Dias (2008) explica que até as primeiras décadas do século XX, não havia a formação em um curso superior e a especialização para ensinar uma única disciplina. Esta situação começou a modificar com a Reforma Francisco Campos, em 1931, ao instituir no Decreto n. 19.890 a necessidade de formação docente para esse nível de ensino e o Registro dos professores secundários no Departamento Nacional do Ensino. O Decreto n. 19.890 de 18 de abril de 1931 previa também a instalação da Faculdade de Educação, Ciências e Letras para a formação de novos professores do ensino secundário e a habilitação daqueles com inscrição provisória, tanto em Pedagogia como nas disciplinas específicas. Contudo, as mudanças não ocorreram como previsto nas leis e os profissionais liberais, sobretudo médicos, engenheiros e advogados, continuaram nos anos seguintes a exercer a atividade docente nas escolas.

Enquanto não houvesse professores diplomados em uma instituição de ensino superior, os requisitos para que exercessem a profissão em estabelecimentos oficiais de ensino secundário seria o Registro (provisório) destes, concedidos pelo Conselho Nacional de Educação. Era conferido o Registro em até seis disciplinas, assim um mesmo Professor poderia atuar em diversas áreas do ensino. A criação desse Registro representou um momento decisivo do processo de profissionalização da atividade docente, uma vez que colaborou para

⁵⁹ A Lei Orgânica do Ensino Secundário de 1942 previa em seu artigo 75 a inspeção sobre as instituições de ensino reconhecidas (àquelas mantidas pelos Municípios ou por pessoa natural ou pessoa jurídica de direito privado, e que hajam sido autorizadas pelo Governo Federal.) e equiparadas (mantidas pelos Estados ou pelo Distrito Federal, e que hajam sido autorizadas pelo Governo Federal.) com objetivo de assegurar a ordem e a eficiência escolar. (BRASIL, 1942).

a definição de um perfil de competências técnicas que serviu como base para o recrutamento de professores. “Pela criação do Registro, o Estado instituiu procedimentos de habilitação e critérios para o ingresso na carreira” (DIAS, 2008, p. 29).

Por lei, para requerer o Registro provisório no Departamento Nacional de Ensino era necessária a apresentação de prova de identidade, idoneidade moral, certidão de idade e de aprovação em instituto oficial de ensino secundário ou superior nas disciplinas em que pretendiam se inscrever, títulos e diplomas científicos, trabalhos publicados e prova de exercício regular no magistério por pelo menos dois anos (BRASIL, 1931).

Essa preocupação com o recrutamento de professores para lecionarem no ensino secundário, está relacionado à expansão deste ramo de ensino. Notoriamente, é possível perceber a interferência do Estado sobre as atividades dos professores ao observar que a Lei Orgânica de 1942 postulava que a inspeção sobre esta modalidade de ensino não seria realizada apenas do ponto de vista administrativo, mas também com o caráter de orientação pedagógica.

Segundo correspondência enviada ao Diretor do Atheneu Sergipense pela Diretora da Divisão de Ensino Secundário, para requerer o número de Registro era necessário o (a) candidato (a) apresentar um documento comprobatório de que foi julgado (a) apto (a) na prova de habilitação a que se submeteu ou provar que a disciplina a qual lecionaria fez parte do currículo normal do ginásio que o (a) candidato (a) frequentou (SOBRAL, Joaquim Vieira. Ofício, 1944 58FASS05).

O processo de habilitação para assumir as disciplinas de Economia Doméstica e Trabalhos Manuais, representou uma forma temporária de fazer funcioná-las conforme a nova legislação educacional. Contudo, o Diretor do Atheneu Sergipense parecia insatisfeito com tal medida ao insistir em regularizar a situação dessas disciplinas por meio da criação de uma cadeira e o provimento de professores efetivos para estas, uma vez que, conforme as alegações de Joaquim Vieira Sobral, Canto Orfeônico e Educação Física que também haviam sido criadas no mesmo período já possuíam professores efetivos.

Porém, até o ano de 1954, verifiquei que as professoras Anita Mendonça e Ester Vasconcellos mantiveram-se como docentes de Economia Doméstica sob a designação de “contratadas” e não houve novo concurso.

Suponho que o fato de Economia Doméstica ter sido “esquecida” pode estar relacionado ao grau de importância atribuída a ela no ensino secundário em relação às outras

disciplinas e no currículo escolar daquele momento. Ou ainda, poderia relacionar-se à dificuldade de encontrar professores para lecioná-las.

Logo, as primeiras professoras de Economia Doméstica do Atheneu Sergipense foram nomeadas por meio de concurso com prova escrita e didática para ocuparem cargo temporário até que fosse realizado concurso para Professor efetivo da instituição. No processo, participaram apenas candidatas mulheres, com destaque para duas religiosas que, provavelmente, viam na disciplina uma forma de propalar os ideais católicos nas escolas públicas, naquele momento, laicas.

A Banca Examinadora, alterada no decorrer da seleção foi composta por três professoras: Cecília de Oliveira Maria, Eudóxia Oliveira Sampaio e Ana Araújo Souza. As candidatas Ester de Aquino Vasconcellos e Anita Novais Mendonça foram as professoras nomeadas com nota 9,1 e 9,0, respectivamente.

3.3 Os Conteúdos de Economia Doméstica nos Registros das Cadernetas Escolares do Atheneu Sergipense

Ao expor os principais componentes para o entendimento de uma disciplina escolar, Chervel (1990) demonstra a importância de estudar os conteúdos explícitos da mesma, tendo em vista que “é esse componente que chama prioritariamente a atenção, pois é ele que a distingue de todas as modalidades não escolares de aprendizagem, as da família ou da sociedade” (CHERVEL, 1990, p.202).

Dentro dessa perspectiva, em 1944, Economia Doméstica começava a ganhar forma no Atheneu Sergipense, pois estava em seu primeiro ano de funcionamento. Ainda não havia um programa da disciplina que as professoras pudessem seguir. Portanto, as docentes tiveram papel preponderante na configuração inicial de Economia Doméstica, a qual era lecionada uma vez por semana em cada turma. Sob esse prisma, visualizemos os primeiros conteúdos selecionados por Ester Vasconcellos para compor a disciplina na 3ª série e aqueles selecionados por Anita Mendonça, no ano seguinte, para 4ª série:

Quadro 5: Conteúdos de Economia Doméstica da 3ª série "B" em 1944

3ª Série “B” – Ester de Aquino Vasconcellos – 1944⁶⁰	
1. A jovem no lar;	14. Orçamento doméstico;
2. Atitudes;	15. O trabalho manual;
3. Alimentação;	16. Emprego do tempo;
4. Cuidados com o vestuário;	17. Hábitos da vida;
5. Modelo do mapa das despesas;	18. Arte culinária;
6. Etiqueta do lar;	19. Contabilidade Doméstica (2 aulas);
7. Arranjos do lar;	20. Receitas;
8. Asseio a ordem (3 aulas);	21. Receitas de biscoitos;
9. Deveres da mulher no lar;	22. Idem bolos;
10. A utilidade do trabalho manual;	23. Idem salgadinhos;
11. Contabilidade Doméstica;	24. Idem frios
12. Importância dos trabalhos manuais;	25. Orçamento doméstico;
13. A ornamentação do lar;	---

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir da caderneta escolar do Atheneu Sergipense (290FASS04).

O quadro 5 evidencia que o conhecimento de Economia Doméstica escolhido pela professora, para a 3ª série, enfatizava o comportamento feminino, os cuidados com o lar, o exercício da Culinária, Contabilidade Doméstica (noções de Economia) e trabalhos manuais como costura ou bordado. Além da atenção dedicada ao refinamento a qual se expressa por meio de conteúdos como “etiqueta” e colabora para distinção e hierarquização dos indivíduos.

A maneira de portar-se em relação a outrem é constante nos registros das cadernetas de aulas como poder ser verificado também em quadros posteriores. Esse cuidado era necessário possivelmente, em virtude da nova socialização que ganhava a mulher. Antes restrita ao ambiente de sua casa, a modernização levou as mulheres, sobretudo as casadas, a um convívio social mais amplo ao lado do marido, marcando presença em bailes, teatros, cafés e demais acontecimentos da vida social. Essas mulheres precisavam aprender a comportar-se em público, a conviver de maneira educada, a serem boas anfitriãs nos frequentes saraus que se tornaram parte integrante dos hábitos sociais daquela época. Essa dedicação permitia que a mulher colaborasse no projeto familiar de mobilidade social como esposas modelares e boas mães.

⁶⁰ Todos os conteúdos expostos nos quadros desta seção foram escritos exatamente da mesma forma do documento original.

Da esposa do rico comerciante ou do profissional liberal, do grande proprietário investidor ou do alto funcionário do governo, das mulheres passa a depender também o sucesso da família, quer em manter seu elevado nível e prestígio social já existentes, quer em empurrar o *status* do grupo familiar mais e mais para cima (D'INCAO, 2013, p. 229).

Ademais, ter a postura séria que impusesse respeito era uma atitude que diferenciava as mulheres de “boa conduta” daquelas cuja sociedade depreciava. Um mau comportamento implicaria na própria honra feminina como na do seu marido e da sua família. Em outras palavras, no espaço público era importante adotar determinadas condutas femininas a fim de preservar a ordem familiar.

Agir sob as regras das “boas maneiras” caracterizava o indivíduo como “bem educado”. “A pessoa bem educada é sempre bem educada, em qualquer circunstância, na vida íntima, na vida social, na vida profissional, nas suas relações com seus superiores os iguais e os inferiores” (SERRANO, 1942, p. 165).

Na 4ª série (quadro 6), novamente há o estudo da contabilidade doméstica sob o registro de “Livro de inventário, receita e despesa”, “Equilíbrio orçamentário. Déficits”, “Pagamento aos empregados e fornecedores”, “Compras a prestação e suas desvantagens”. A puericultura é contemplada entre os conteúdos selecionados, bem como o conhecimento culinário com a “Organização de receitas” e a “Cozinha através dos tempos”. O comportamento feminino na igreja aparece entre os saberes da disciplina, como também o conteúdo da Eugenia e da preparação da noiva para o casamento.

Nota-se a presença do conteúdo “Contabilidade Doméstica” tanto na 3ª quanto na 4ª série. Nesta época, saber como economizar era uma recomendação importante para as mulheres, administradoras do lar. Elas deveriam saber gerenciar as despesas de modo que não fosse preciso ter que pedir dinheiro ao marido constantemente. Muitos mais que isso, também era de bom tom que elas colaborassem com a utilização dos trabalhos manuais, sobretudo a costura de sua própria roupa e da sua família, por meio da reforma de uma roupa velha ou da confecção de uma roupa nova evitando gastos e conservando o vestuário.

Além da economia que representavam os trabalhos manuais, estes poderiam também se converter em fonte de receita, ainda mais legítima por ter sido gerada em casa, sem expor a público as eventuais necessidades sofridas pela família (MALUF e MOTT, 2001, p. 418).

Por isso, ter uma esposa que dominasse a arte da costura, do crochê ou do bordado era algo muito valorizado para época. Alguns desses trabalhos de costura foram posteriormente comercializados colaborando assim para renda complementar da família, além de favorecer o convívio com as amigas e a vizinhança.

Ademais, é importante ressaltar que nesse período havia grande incentivo ao consumo. Jornais e revistas propagandeavam diversificados produtos industrializados para o público feminino, principalmente aqueles voltados para os cuidados com a beleza. Provavelmente, a contabilidade doméstica destacou-se também como uma forma de controlar as mulheres quanto ao consumismo.

Quadro 6: Conteúdos de Economia Doméstica da 4ª série "B" em 1945

4ª Série "B" – Anita Novais Mendonça – 1945

1. Alimentação que se deve adotar no verão, isto é, no nosso clima (2 aulas);	15. Cozinha através dos tempos;
2. Atrações do lar: relações e vizinhança;	16. Organização de receitas;
3. Puericultura: sua divisão;	17. Como preparar pratos para um banquete;
4. Eugenia: histórico	18. Enxoval de uma noiva. Peças indispensáveis;
5. Cantinas e Creches;	19. Livro de inventário, receita e despesa, caderneta;
6. Caracteres do recém-nascido normal;	20. Equilíbrio Orçamentário. Déficits;
7. Arguição;	21. Atitude na igreja;
8. Vestuário do recém-nascido, banho, primeiros cuidados;	22. Prova Parcial;
9. Alimentação natural, mista e artificial;	23. Pagamento aos empregados e fornecedores;
10. Alimentação nos primeiros meses do recém-nascido;	24. Arguição;
11. Vestuário e a moda;	25. Livros adotados em um lar: inventário, receita e despesa;
12. Doenças mais frequentes da primeira infância, meios de evitá-las;	26. Compras a prestação e suas desvantagens;
13. Enxoval do recém-nascido;	27. Objetos de uso doméstico que se pode obter com prestação
14. A noiva, seu enxoval. Exposição de presentes;	---

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir de caderneta de aula do Atheneu Sergipense, 1945 (274FASS04).

No que tange aos conteúdos alusivos à noiva e aos elementos que a rodeiam, resalto que o casamento foi alvo de preocupação dos discursos de modernidade que se iniciava. Tendo em vista, as novas possibilidades que a urbanização trazia para homens e mulheres, como as opções de lazer e o trabalho feminino, já se disseminava o fim de algumas relações matrimoniais e a esquivia de homens e mulheres pelo casamento (MALUF e MOTT, 2001). Assim, buscou-se fortalecer a importância do matrimônio, instituição basilar da sociedade, de modo a afastar os riscos da vida pública e desagregar a organização doméstica.

Constata-se ainda em 1944 (ver quadro 5), a ausência de um sistema avaliativo. Não há menção de nenhuma forma avaliativa no espaço destinado ao registro de aulas e nem notas na caderneta escolar, apenas “presença” ou “ausência” das alunas. De forma geral, as alunas assistiam regularmente as aulas sendo muito poucos os registros faltosos.

Já no ano de 1945 (quadro 6), observa-se duas arguições e uma prova parcial. Sobre esse ponto, destaco que na Ata do Atheneu Sergipense, em 1944, o Diretor Joaquim Vieira Sobral, mencionou que Trabalhos Manuais, Música e Economia Doméstica estavam dispensados de provas e atribuições de notas mensais até que fosse expedida a respectiva regulamentação (SOBRAL, Joaquim Vieira. Atas, 1942. CEMAS, 413FASS01). Porém, a mesma só foi expedida em 1946. Ainda assim, a Professora Anita Mendonça fez o registro de “Provas Parciais” na caderneta de aula da 4ª série “B”, contudo, não havia nenhuma transcrição de notas.

Conforme exposto, em 1946, foi divulgado o Programa Oficial de Economia Doméstica por meio da portaria ministerial n.14, de 7 de janeiro do mesmo ano:

TERCEIRA SÉRIE

A) INTRODUÇÃO

Unidade I – **Objeto da Economia Doméstica** – 1. A importância da vida em família e o nobre papel que nela compete à mulher. 2. A necessidade da economia doméstica e os estudos que comporta.

B) ARRANJO E HIGIENE DA HABITAÇÃO

Unidade II – **A habitação da família** – 1. Dependência da casa e arranjo de cada uma, com o sentido de torna-la agradável e adequada a seus fins. 2. Móveis e utensílios. 3. Ornamentação.

Unidade III – **A higiene da casa** – 1. Pisos, paredes e tetos. 2. Iluminação e arejamento. 3. Poeiras e emanações. 4. Combate aos bolores e aos insetos e outros animais daninhos. 5. Cuidados especiais com relação à cozinha, aos dormitórios, ao banheiro e ao gabinete sanitário. 6. A água potável.

C) PREPARO, CONSERVAÇÃO E USO DAS ROUPAS

Unidade IV- **Roupa de cama e mesa** – 1. Modalidade e tipos. 2. Enxovais. 3. Arranjo das camas; cuidados higiênicos. 4. Arranjo das mesas

Unidade V – **Peças de vestuário** – 1. Importância higiênica do vestuário. 2. Vestuário masculino e feminino. 3. Vestuário infantil.

Unidade VI – **Lavagem e passagem das roupas** – 1. Processos de lavagem. 2. Lavagem de roupa branca, de tecidos de linho, de lã, de estampados e peças finas. 3. Rol de roupa.

D) PREPARO, CONSERVAÇÃO E USO DOS ALIMENTOS

Unidade VII – **A alimentação e sua importância** – 1. Alimentação e nutrição. 2. Alimentos plásticos, energéticos e protetores. 3. Função própria de cada espécie de alimento: protídios lipídios, glicídios. 4. Os sais minerais, as vitaminas e os hormônios.

Unidade VIII – **Subnutrição e estados de carência** – 1. Adequação da alimentação às idades. 2. Idem ao gênero de trabalho. 3. Valor calórico e protetor.

Unidade IX – **Origem e preparo geral dos alimentos**- 1. Alimentos de origem vegetal e de origem animal. 2. Processos gerais da conservação e da preparação. 3. Alimentos frescos e de conserva. 4. Valor nutritivo dos alimentos habitualmente usados e sua eventual substituição.

Unidade X – **Uso dos alimentos** – 1. Regime alimentar; padrões de dieta. 2. Refeição normal. 3. Horário das refeições. 4. Cuidados especiais na alimentação das crianças. 5. Uso do leite, frutas e doces.

EXERCÍCIOS PRÁTICOS

Na conformidade das instalações didáticas de que disponha o estabelecimento, deverá a professora realizar demonstrações práticas, nas aulas, e levar as alunas a fazer exercícios, em classe. Indicará também exercícios convenientes para realização em casa das alunas. No desenvolvimento do programa, caberão os seguintes exercícios, especialmente:

Trabalhos de agulha – pontos, pespontos, remendos, bainhas, serzidos e caseados; execução de pequenas peças de utilidade prática; trabalhos de crochê, tricô e bordado simples.

Trabalhos relativos à alimentação – sopas simples e mingaus; processos triviais da preparação de verduras, frutas, legumes e outros vegetais; idem das carnes e pescado; preparo de sobremesas.

QUARTA-SÉRIE

A) CONTABILIDADE DOMÉSTICA

Unidade I- **Orçamento doméstico** – 1. Necessidade da contabilidade doméstica; orçamento mensal e registro de despesas; equilíbrio entre receita e despesa. 2. Cotas proporcionais para despesa com habitação, alimentação, vestuário, assistência médica, educação dos filhos, diversões e previdência. 3. Cálculo de despesas para uma família padrão.

Unidade II – **Registro de despesas** – 1. O caderno da dona de casa e como escritura-lo. 2. Equilíbrio, saldo devedor, saldo credor. 3. Necessidades de senso prático e rigoroso de economia da dona de casa. 4. As despesas obrigatórias do lar, as necessárias e as supérfluas.

Unidade III- **Relações no lar** – 1. O equilíbrio financeiro, como condição imprescindível da harmonia doméstica. 2. Relações entre os membros da família, com base na afeição e na compreensão da vida em comum. 3. Tratamento entre cônjuges, e entre pais e filhos. 4. Tratamento de empregados e fornecedores. 5. Relações sociais.

B) NOÇÕES DE PUERICULTURA

Unidade IV – **A criança** – 1. A criança, primeiro ornamento e tesouro do lar. 2. Direitos naturais e sociais da criança. 3. Deveres dos pais e demais parentes para com as crianças, na sua criação e educação.

Unidade V – **Recém-nascido** – 1. Condições normais do recém-nascido, primeiros cuidados. 2. Desenvolvimentos nas primeiras semanas e meses, peso e estatura normais. 3. Preceitos higiênicos quanto ao asseio, sono e vestuário.

Unidade VI – **A alimentação da criança** – 1. Aleitamento natural, artificial e misto. 2. Maneira correta de amamentar. 3. Horário de sono e refeições nos quatro primeiros meses. 4. Alimentação nos meses seguintes. 5. Cuidados especiais em relação à quantidade e qualidade dos alimentos.

Unidade VII – **Cuidados higiênicos gerais da criança** – 1. Hábitos higiênicos quanto ao sono, alimentação e funções de exoneração. 2. Necessidade de sol e ar livre. 3. Desmame, sua importância biológica e psicológica. 4. Vestuário e os brinquedos. 5. Dentição.

Unidade VIII- **A criança depois do primeiro ano de vida**- 1. Desenvolvimento da manipulação, da marcha e da linguagem. 2. Relações da criança no ambiente familiar. 3. Cuidados gerais para sadio desenvolvimento da criança, normas desse desenvolvimento. 4. Recreação e repouso.

Unidade IX – **Moléstias da primeira infância** – 1. Cuidados higiênicos e assistência médica. 2. Principais doenças infantis e meios de evitá-las. 3. Vacinas.

Unidade X – **Noções de enfermagem** – 1. Saúde e doença. 2. Cuidados de assistência médica: exame médico periódico. 3. Socorro de urgência.

C) NOÇÕES E SERVIÇO SOCIAL

Unidade XI – **A mulher e o Serviço Social** – 1. A solidariedade social e o espírito feminino. 2. Meios e formas do serviço social. 3. Instituições de assistência à infância e à maternidade. 4. Como deve a mulher concorrer para um mundo melhor.

EXERCÍCIOS PRÁTICOS

Para melhor motivação dos princípios e práticas da puericultura, organize a professora “projetos” anuais, constantes da feitura, por grupos de alunas, de enxovais para crianças recém-nascidas, destinados a maternidade e creches.

Terá assim oportunidade para levar suas discípulas à fixação das noções do programa, interessando-as ao mesmo tempo na participação de obras de serviço social. A feitura desses pequenos enxovais permitirá prolongar, da melhor forma, os exercícios do trabalho de agulha constantes do programa

da série anterior, e oferecerá ensejo para exercícios de cálculo e despesas e de seu registro.

Os problemas de alimentação da criança permitirão prolongar os exercícios de culinária, que deverão servir, nesta série, como temas para discussão sobre o valor dietético dos alimentos e sua classificação. Onde seja possível, cada turma deverá visitar centros de puericultura, creches, jardins de infância, preventórios e hospitais infantis.

Outros pequenos exercícios são recomendados como, por exemplo, a organização de merendas, ou de um chá, que num grupo ofereça a outro. Haverá assim oportunidade para exemplos reais do arranjo da mesa, redação de convites, modo de receber os convidados e apuro das maneiras sociais (VECHIA e LORENZ, 1998, p. 378-380).

O programa da disciplina demonstra que as alunas da 3ª série deveriam ter conhecimento do que consistia a Economia Doméstica de modo a compreender sua importância e necessidade; aprender noções de higiene com a casa, a família, as roupas e os alimentos. O saber compreendia não apenas o preparo de uma refeição, mas englobava o conhecimento de cada alimento, seus devidos usos e valor nutritivo tendo em vista uma vida saudável.

Já na 4ª série, segundo o programa, as discentes deveriam conhecer a Contabilidade Doméstica – a aprendizagem deste conteúdo perpassava não só noções de Matemática como também Economia e, sobretudo, a Administração Financeira como função primordial da mulher medida que proporcionaria a harmonia familiar. Os cuidados higiênicos também se faziam presentes, mas centralizados na criança por meio da Puericultura, diferentemente da 3ª série cujos cuidados estavam voltados para a casa e para a família de modo geral. Os conhecimentos de Puericultura já eram disseminados em cursos, manuais, revistas e em disciplinas dos cursos normais desde o início da República como forma da mulher contribuir para evitar a mortalidade infantil. Muitas normalistas ao concluírem o ensino levavam esse aprendizado para as escolas primárias tornando um saber bastante divulgado no meio feminino (FREITAS, 2003).

A alimentação, o asseio da criança e de seu ambiente, o acompanhamento de seu crescimento e desenvolvimento físico e psíquico, na saúde e na doença, e ainda a educação e disciplina do lactente estavam fortemente presentes entre as funções maternas. Válido mencionar que as mulheres também apreendiam nesse conteúdo noções de enfermagem embasadas em conhecimentos científicos. Somado a todo o conhecimento já exposto, cabia

também aprender o papel da mulher na sociedade e formas de contribuir com ela por meio do Serviço Social.

Em meio ao desenvolvimento das ciências, as preocupações higienistas facilitaram que os conhecimentos da Psicologia científica e da Psiquiatria adentrassem no Brasil e colaborassem para higiene mental do indivíduo.

A Psicologia, assim como a Eugenia, tornou-se um dos fundamentos científicos do movimento higienista e, marcadamente, a base científica da higiene mental (MANSANERA, SILVA, p. 135, 2000).

A criança nesse sentido foi um alvo muito importante para os higienistas que não se preocupavam apenas com os cuidados físicos como também a saúde mental: “recomendavam um acompanhamento cuidadoso na fase da infância, por ser esse o momento da formação do psiquismo, o momento em que se estruturaria a personalidade” (MANSANERA, SILVA, p. 129, 2000). A Economia Doméstica, por meio dos cuidados com a infância também foi responsável por disseminar tais conhecimentos.

Goodson (1997 e 2008) adverte que é preciso confrontar o currículo definido oficialmente com aquele realizado nas escolas, pois aquilo que “está prescrito não é necessariamente o que é apreendido, e o que se planeja não é necessariamente o que acontece” (GOODSON, 2008, p. 78).

Com efeito, ao comparar o roteiro de conteúdos do programa com aqueles selecionados por Ester de Aquino Vasconcellos em 1944, na 3ª série “B”, verifica-se que os assuntos registrados por ela voltavam-se mais para as atividades domésticas como a organização da casa, regras e comportamentos femininos. Não é possível (dada a forma abrangente com que foram grafados os conteúdos bem como, as limitações das fontes) perceber um saber mais científico sobre a alimentação ou a higiene, por exemplo.

Na caderneta da 4ª série “B” de 1944 do Atheneu Sergipense, percebe-se que a Professora centralizou a disciplina mais para o conteúdo da contabilidade doméstica, bem como a Puericultura, mas não deixou de lado o comportamento feminino, a preparação da noiva para o casamento e a culinária. Também contemplou temas que não constam no programa como “Eugenia: histórico”.

Sobre a eugenia⁶¹ no Brasil, esta esteve ligada diretamente às preocupações nacionais quanto ao estado de saúde, saneamento, higiene e deve ser vista como parte de um entusiasmo generalizado pela ciência como ‘sinal’ de modernidade cultural. Seu movimento esteve vinculado a uma série de congressos e conferências e à legislação social sobre bem-estar infantil, saúde materna, direito de família, controle de doenças infecciosas e imigração.

Ao investigar uma revista responsável por veicular temas abordados na disciplina de ‘Biologia Educacional’, inserida nos estudos das escolas normais paulistas, Viviani (2015) demonstra a circulação da ideologia do movimento eugenista na década de 1940, como o debate sobre a obrigatoriedade do exame pré-nupcial. Do mesmo modo, são frequentemente considerados assuntos voltados para áreas da higiene escolar, da puericultura e da genética humana. As práticas ensinadas nessa disciplina foram fundamentais na construção de perfis de atuação social, em referência às crianças, mães e donas de casa, bem como de um ideal de desempenho profissional considerado moderno.

Conforme o quadro 6, nota-se ainda a ausência de uma sequência lógica de organização dos conteúdos, como pode ser observado, por exemplo, quando a Professora leciona duas aulas sobre contabilidade doméstica e antes mesmo de concluir os assuntos referentes ao tema ela insere “atitude na igreja” e depois retoma ao tema inicial. Essa falta de encadeamento coeso também acontece na 3ª série “B” (1944).

Levando em consideração o que defende Chervel (1990) quando argumenta que os conteúdos escolares devem estar em sintonia com os objetivos educacionais, inicialmente Economia Doméstica no Atheneu Sergipense demonstrou estar direcionada para a perspectiva tradicional do tripé dona de casa-mãe-esposa. Quando o que se almejava atingir, conforme o programa era um conhecimento mais específico e aprofundado acerca de aspectos técnicos, científicos e higiênicos da função da mulher na casa e na família em consonância com as transformações sociais que ocorriam.

Presumo que a ausência de docentes especializados em Economia Doméstica também pode ter contribuído para que os conteúdos fossem lecionados de maneira “rasa” e tímida mediante aos conhecimentos científicos. Nascimento (2004) assinala que os primeiros professores licenciados em Economia Doméstica só chegariam em Sergipe, por volta da

⁶¹Para Góis Junior e Garcia (2011), a Eugenia adquiriu diferentes concepções a depender da mentalidade de cada período histórico. Nas décadas de 1930 e 1940, o termo era entendido como a “higiene da raça”, pois havia uma relação entre Eugenia e Higienismo, contudo ambos possuíam características próprias. Enquanto os higienistas estão mais apegados aos pressupostos sanitaristas para manutenção da saúde tendo um caráter ligado à prevenção e controle de diversas doenças, os eugenistas preocupavam-se com a noção de raça e com a miscigenação com o objetivo de estudar a influência da herança genética nas qualidades físicas e mentais dos indivíduos.

década de 1980 para ensinarem nos cursos técnicos de Economia Doméstica. A partir desse período, verificou-se uma mudança na forma como os conteúdos eram trabalhados e discutidos.

Chervel (1990) defende ainda que os conteúdos devem ser distribuídos adequadamente conforme o desenvolvimento cognitivo dos educandos e ainda ater-se ao “tempo pedagógico”. Nesse sentido, na caderneta da 3ª série “E” de 1946 (quadro 7), verificou-se que os conteúdos registrados correspondiam aos conteúdos elencados no programa, mas com algumas modificações como a inserção ou supressão de determinados assuntos ou a inversão desses (conteúdos que deveriam estar na 4ª série e surgem na 3ª e vice versa).

Quadro 7 - Conteúdos de Economia Doméstica do Atheneu Sergipense - 3ª série "E" em 1946

3ª Série “E” – Anita Novais Mendonça – 1946

1. Economia Doméstica e sua importância na vida em família	11. Os pratos herdados do branco, do índio e do negro;
2. Habitações: função da habitação;	12. Contabilidade doméstica (2 aulas);
3. Mobiliário;	13. Livro inventário e sua utilidade;
4. <i>Arguição</i>	14. Vestuário e o clima;
5. Iluminação, ventilação;	15. <i>Arguição</i> ;
6. Alimentação e sua importância (2 aulas);	16. Alimentos energéticos e vitaminas;
7. Evolução da cozinha brasileira (2 aulas);	17. Sais minerais, as vitaminas, gorduras, açúcares (2 aulas);
8. Receita de bolos e tortas;	18. Subnutrição e estados de carência;
9. Cardápio para um jantar de cerimônia;	19. <i>Arguição</i>
10. Receitas dos pratos do jantar de cerimônia da aula anterior;	20. Alimentos frescos e de cenoura.

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir da caderneta de aula do Atheneu Sergipense (CEMAS, 90 FASS04).

Ressalto novamente a presença do conteúdo de “Contabilidade Doméstica” na 3ª série quando esse assunto, conforme programa, só deveria ser ensinado na 4ª série. Em outras palavras, mesmo com a implantação do programa da disciplina, determinadas temáticas persistiram em continuar em detrimento de outras que deveriam estar presentes.

Essa mudança na disposição dos conteúdos demonstra que a seleção de assuntos realizada pelas professoras, a partir do programa oficial da disciplina, nem sempre estavam

condizentes com a ordem elencada no programa nem com o desenvolvimento cognitivo do aluno conforme pontuou Chervel (1990).

Quadro 8- Conteúdos de Economia Doméstica do Atheneu Sergipense - 3ª Série "C" - 1947

3ª Série "C" – Anita Novais Mendonça – 1947	
1. Economia Doméstica sua adaptação e fins;	10. “Teste”
2. Habitação. Higiene das habitações: paredes e piso;	11. Processo de lavagem dos tecidos de linho, lã e peças finas; 12. Água Potável. Doenças transmitidas pela água. Processos práticos para esterilizar a água;
3. Alimentação e sua importância;	
4. Alimentação – alimentos básicos, energéticos; (3 aulas)	13. “Teste”;
5. Arguição;	14. Cardápio para pessoas que fazem trabalho leve e moderado;
6. A mesa brasileira;	15. Algumas receitas de “creme” e “tortas”;
7. Vestuário e o clima;	16. Alimentos frescos e de cenoura;
8. Propriedades essenciais dos bons tecidos;	17. “Teste”;
9. Arguição	18. Algumas receitas de cremes e bolos.

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir da caderneta de aula do Colégio Atheneu Sergipense (CEMAS, 244FASS04).

A presença do conteúdo “água potável” (quadro 8) embora não fizesse parte do programa oficial sugere, mais uma vez, os cuidados higiênicos e a preocupação com o saneamento básico – um dos problemas característico de lugares que se apresentam em crescente urbanização. Mesmo após a melhoria de saneamento básico empreendidas no governo Graccho Cardoso⁶², a população aracajuana continuava em expansão num descompasso com as melhorias de rede de água e esgoto. O consumo de água de má qualidade ocasionava diversas doenças que precisavam ser combatidas. Conhecer os benefícios da água correta a ser ingerida e as consequências de seu mau consumo consistia em uma medida profilática e interventiva.

⁶² As redes de abastecimento de água e de esgoto da capital estavam em situação deplorável. A população e a imprensa reclamavam da constante falta de água e sua má qualidade, como também as doenças causadas devido a ela (SANTANA, 1998).

Quadro 9 - Conteúdos de Economia Doméstica do Atheneu Sergipense - 4ª Série "D" - 1947

4ª Série "D" – Anita Novais Mendonça – 1947	
1. Contabilidade Doméstica;	10. Evolução da Cozinha brasileira;
2. Pagamento aos empregados e fornecedores. Gratificação aos creados;	11. "Teste";
3. Como registrar o livro de tabela geral para as despesas mensais e anuais;	12. Continuação do exercício;
4. Puericultura;	13. Noções de Enfermagem;
5. Divisão da Puericultura;	14. Envenenamento pelos ácidos cáusticos lizal, ácido fénico etc. Primeiros cuidados antes da chegada do médico;
6. Características do recém-nascido normal;	15. "Teste";
7. Enxoval do lactante e problemas relacionados com os mesmos;	16. Mordeduras de cães. Socorros urgentes;
8. Arguição;	17. Recapitulação de alguns pontos dados;
9. Alimentação na infância;	18. Reunião da 4ª série.

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir de caderneta de aula do Colégio Atheneu Sergipense (CEMAS, 229FASS04).

No ano de 1947, a Professora Anita Mendonça demonstra em seus registros ter adequado melhor os conteúdos conforme as séries. "Contabilidade Doméstica", por exemplo, aparece conforme sugere o programa oficial - na 4ª série e na 1ª unidade.

Pela primeira vez na caderneta, desde a criação da disciplina no Atheneu Sergipense, o conteúdo sobre "noções de enfermagem" é mencionado. Contemplando inclusive conhecimentos sobre formas de socorrer.

As anotações também revelam que possivelmente um dos "testes" aplicados correspondia a exercícios realizados em sala, já que foi registrado em uma aula "teste" e na aula seguinte "continuação do exercício".

Quadro 10 - Conteúdos de Economia Doméstica do Atheneu Sergipense - 4ª Série "C" - 1948

4ª Série "C" – Anita Novais Mendonça – 1948	
1. Contabilidade Doméstica;	9. Condições normais do recém-nascido;
2. Equilíbrio entre receita e despesa;	10. Cardápio do mês;
3. Orçamento mensal e registro das despesas;	11. Entrega de “testão” para atribuição de nota do mês anterior;
4. Cálculo de despesas para uma família-padrão;	12. Noções de Enfermagem;
5. O livro “caixa”, Livro “Inventário”, cadernetas mensais de armazém e Rol de Roupa;	13. Técnico de aleitamento maternal;
6. “Teste”;	14. Doenças transmissíveis comuns para crianças;
7. Puericultura (noções);	15. “Teste” para atribuição de notas do mês de outubro.
8. “Teste” para atribuições de notas do mês de maio;	

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir da caderneta de aula do Colégio Atheneu Sergipense (CEMAS, 230FASS04).

Com o crescimento da industrialização, determinadas indústrias, principalmente nas décadas de 1940 e 1950 aproveitaram-se da ciência e da legitimidade médica para propagandear o uso do leite artificial (leite em pó e leite de vaca) na alimentação infantil. Com argumentos como a impossibilidade de produção de leite de algumas mães, a boa formação do cidadão e a autoridade dos médicos, disseminou-se a ideia do aleitamento artificial em detrimento do leite materno que foi considerado fraco e insuficiente para o bebê (BOSI e MACHADO, 2005). Diante dos discursos propalados, era fundamental que as mulheres tivessem conhecimentos acerca das possibilidades oferecidas pelas indústrias alimentícias, ao passo em que reforçava o papel da mãe neste processo, de modo a garantir a saúde do infante.

Quadro 11- **Conteúdos de Economia Doméstica do Atheneu Sergipense - 4ª Série "D" - 1948**

4ª Série "D" – Anita Novais Mendonça – 1948	
1. Apresentação do Programa;	12. Receitas dos pratos do jantar de cerimônia;
2. Contabilidade Doméstica e sua finalidade;	13. "Teste";
3. Cálculo de despesas para uma família-padrão;	14. Entrega de "testes" para atribuição de notas;
4. "Teste";	15. Sono e alimentação das crianças;
5. Tratamento dos empregados e fornecedores;	16. Aleitamento maternal;
6. Noções de Puericultura;	17. Vestuário próprio aos recém-nascidos;
7. "Teste";	18. "Teste";
8. Higiene natal e neo-natal;	19. Nutrição da criança;
9. Características do recém-nascido normal;	20. Técnicas do aleitamento maternal;
10. Provas Parciais (2 aulas);	21. Doenças transmissíveis;
11. Jantar de Cerimônia;	22. "Teste"

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir da caderneta de aula do Colégio Atheneu Sergipense (CEMAS, 229FASS04).

O registro "apresentação do programa" sugere que seja o programa oficial da disciplina, o que comprova a utilização do mesmo pela Professora Anita Mendonça. Os quadros 10 e 11 evidenciam também a diferença na quantidade de avaliações de uma turma para outra. Enquanto a 4ª "C" fez três avaliações, a 4ª "D" fez o dobro. Essa diferenciação aparece desde o ano de 1944, quando a disciplina passou a funcionar no Atheneu Sergipense. Ou seja, não se seguia um padrão para quantidade de avaliações a serem realizadas pelas turmas. Assim, as alunas da 4ª série "C" não aprenderam exatamente da mesma forma que a 4ª "B" ainda que tivessem a mesma Professora.

Levando em consideração que os conteúdos lecionados também não eram rigorosamente iguais, assim como a quantidade de alunas e o desenvolvimento da turma, isto poderia levar as professoras a adotarem posturas específicas frente as particularidades de cada uma.

Em 1949, na 3ª série "D" a Professora Ester Vasconcelos registrou na caderneta:

Quadro 12- Conteúdos de Economia Doméstica do Atheneu Sergipense - 3ª série "D" em 1949

3ª Série “D” – Ester de Aquino Vasconcellos – 1949

1. Apresentação de programa de Economia Doméstica para a 3ª série do curso ginásial de acordo com a portaria nº 14 de 7 de janeiro de 1946.	12. Higiene da cama e dos quartos de dormir;
2. A filha. Deveres da filha no lar.	13. A mesa. Sua preparação. Fazendas apropriadas;
3. A sociedade e a jovem.	14. Corte e costura. Molde básico. Trabalhos manuais;
4. Vantagens da Economia Doméstica.	15. <i>Arguição</i> ;
5. A moda.	16. Alimentação e sua importância;
6. Relações no lar. Tratamento entre pais e filhos. Tratamento de empregados.	17. Sais minerais. Vitaminas, hormônios;
7. Tratamento dos fornecedores.	18. Adequação da alimentação as idades e ao gênero de trabalho;
8. Deveres sociais.	19. Alimentos de origem vegetal e de origem animal;
9. Enxovais.	20. Receitas de salgadinhos;
10. Enxovais, arranjo das camas, cuidados higiênicos.	21. Receitas de pratos com peixes;
11. <i>Arguição</i>;	22. Receitas de pudins e cremes.

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir da caderneta de aula do Colégio Atheneu Sergipense (CEMAS, 257FASS04).

O registro da caderneta na 3ª série “D” de 1949, “apresentação de programa de Economia Doméstica para a 3ª série do curso Ginásial, de acordo com a portaria nº 14 de 7 de janeiro de 1946” deixa claro que a Professora Ester Vasconcellos seguia, ainda que não fosse na íntegra, o programa prescrito da disciplina.

Mesmo após a existência de um programa para Economia Doméstica, havia inserção de conteúdos que não estavam no referido programa, tais como: “pratos herdados do branco, do índio e do negro”, “Receitas de salgadinhos”, “Cardápio para um jantar de cerimônia”, “Corte e costura. Molde básico. Trabalhos Manuais”. Entretanto, mesmo sem constar entre os conteúdos da unidade, esses conhecimentos eram exigidos sob a forma de exercícios práticos. Possivelmente, por isso as docentes também os ensinavam.

Mas, além disso, é importante salientar que cozinhar bem era uma das prendas domésticas mais bem vistas como garantia de conquistar o esposo e manter o casamento (PINSKY, 2013), conhecer receitas diferenciadas era, portanto, tarefa primordial para a

mulher. Não é por acaso que muitos livros destinados ao público leitor feminino geralmente continham várias receitas de jantar, lanches, café da manhã, a exemplo do “Livro das noivas” de Júlia Lopes de Almeida, amplamente comercializado no período.

Goodson (2001) frisa que para compreender os significados do currículo é preciso ir além dos seus objetivos visíveis, dado o caráter social e político do currículo estar presente nas práticas escolares, as quais contam com rupturas, conflitos e ambiguidades.

O cotidiano vivido pela maioria da população recém-urbanizada caracterizava-se pelo excesso de trabalho, alimentação deficiente, alcoolismo, moradias insalubres, doenças causadas por falta de água potável e higiene além de outras enfermidades que na época eram fatais, como, por exemplo, a sífilis, a febre tifóide e a tuberculose, dentre tantos outros males. Tal situação não passava despercebida aos higienistas.

Embora tendo seu auge no início do século XX, a análise dos conteúdos lecionados na disciplina de Economia Doméstica, leva-me a corroborar com as ideias defendidas por Góis Junior (2003) ao afirmar que o Movimento Higienista ou Sanitarista, não se esgotou nos anos de 1930 ou 1940, como tradicionalmente é divulgado, mas com algumas ressignificações, dadas as mudanças de condições, prosseguiu até o fim do século XX.

Na década de 1940, a política higienista buscava os cuidados higiênicos de cada indivíduo consigo próprio e com seus próximos. A partir da década de 1950, conforme Góis Junior (2003), o movimento higienista adere à individualização, as questões sociais e coletivas ficam em segundo plano. “A saúde passa a ser considerada uma questão de educação e conscientização em vez de ser um caso de polícia, há uma mudança de estratégia de convencimento, mas não de ideal” (GOIS JUNIOR, 2003, p. 166). Isso é o que vai diferenciar o “velho” do “novo” higienismo.

Sobre o conteúdo “a moda”, grafado na 3ª série “D” de 1949 (quadro 12), além da importância que esta tinha como elemento colaborador da beleza feminina, também se verifica sua aproximação com os cuidados higiênicos. Neste período discutia-se sobre vestuário que não “machucasse” o corpo feminino, como os antigos espartilhos. A indicação das roupas femininas estava associada à leveza, à sensação de bem estar e não apenas à estética.

Conforme acentua Lacerda (2015) “o cuidado higiênico com o corpo transformou a moda e a moda transformou hábitos higiênicos do corpo” (LACERDA, 2015, p.32) Um exemplo disso foi a necessidade de roupas mais leves, curtas e menos apertadas para se ter um

corpo mais saudável e higienizado. Ou ainda, a prática do banho de mar levou à conveniência de depilação dos pelos corporais o que posteriormente representou maior higiene e sedução.

No contínuo da análise dos conteúdos, verifica-se:

Quadro 13 - Conteúdos de Economia Doméstica do Atheneu Sergipense - 4ª série "B" em 1953

4ª Série “B” – Ester de Aquino Vasconcellos – 1953

1. Influencia da mulher na vida	13. As despesas obrigatórias do lar, as necessárias e as supérfluas;
2. Orçamento doméstico	14. A alimentação. Adequação da alimentação as idades;
3. Sociabilidade	15. A criança. Direitos da criança brasileira;
4. Teste	16. Teste
5. Relações no lar	17. Arte culinária. Sua importância. Preparação dos alimentos;
6. A mesa. Preparação da mesa para um banquete;	18. Receitas de salgadinhos;
7. Contabilidade Doméstica	19. Suflê de camarões e salada margarida;
8. Arguição;	20. Receitas de biscoitos;
9. O lar - importância do amor ao lar próprio;	21. Teste
10. Predicados para uma dona de casa;	22. Recapitulação
11. Asseio, ordem;	---
12. Divisão do tempo. Horas de trabalho e recreio;	---

Fonte: Quando elaborado pela autora a partir da caderneta de aula do Atheneu Sergipense (CEMAS, 1102FASG1S04).

Contrariamente ao que propõe o programa da disciplina na 4ª série, a maior parte do conteúdo não estava voltado para a Puericultura e também não há menção a “Noções e Serviço Social”, “Noções de Enfermagem” havendo conteúdos referentes à 3ª série, como “receitas” e “asseio e ordem” e diversos outros que não estão prescritos, como “predicados para uma dona de casa”, “o lar – importância do amor ao lar próprio”, “Divisão do tempo. Horas de trabalho e recreio”.

Verifiquei também em 1953, ao comparar os registros em turmas diferentes da 4ª série que nem todos os conteúdos que eram lecionados pela Professora Ester Vasconcellos, em uma

turma (4^ªB”) também o era para outra turma (4^a “C”) assim como o método avaliativo do mesmo modo que ocorreu com a Professora Anita Mendonça (rever quadros 10 e 11).

Quadro 14- Conteúdos de Economia Doméstica do Atheneu Sergipense - 4ª série "C" em 1953

4ª Série “C” – Ester de Aquino Vasconcellos – 1953

1. Influência da mulher na vida	12. As despesas obrigatória do lar. Das necessária e das supérfluas;
2. A mulher e o lar	13. Alimentação. Adequação da alimentação as idades;
3. Decadência e florescência (da mulher em dia) da sociedade devido a atitude moral da mulher	14. Sugestão para confecção dos alunos;
4. Teste	15. A criança. Direitos da criança brasileira;
5. Relações no lar	16. Teste
6. A mesa. Preparação da mesa para um banquete	17. Arte culinária e sua importância. Preparação dos alimentos;
7. Contabilidade Doméstica	18. Receitas de salgadinhos;
8. Pequenas economias	19. Suflê de camarões e salada margarida;
9. Registro e despesas	20. Receitas de biscoitos;
10. Teste	21. Teste
11. Divisão do tempo. Horas de trabalho. Recreio;	22. Recapitulação

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir de caderneta de aula do Atheneu Sergipense (CEMAS, 1061FASG1S04).

Em relação aos conteúdos registrados sob o título “Divisão do tempo. Horas de Trabalho. Recreio”. Eles revelam que algumas mulheres já não se dedicavam apenas as atividades domésticas, sendo necessário ensiná-las como organizar o tempo que as mesmas podiam dedicar a cada atividade, pois antes de se dedicar a um trabalho remunerado a mulher tinha que ser uma boa dona de casa. É pertinente salientar que muitas mulheres viviam em relações conjugais cujos companheiros nem sempre tinham um trabalho e muitas delas, além dos serviços domésticos e dos cuidados com os filhos, exerciam outras atividades para prover o sustento da família, como a produção de artesanatos domésticos ou produtos manufaturados.

Além disso, o emprego do tempo de uma dona de casa deveria ser organizado de modo que ela pudesse: arejar as camas; preparar as roupas, fazer o almoço e a limpeza da casa; cuidar do vestuário das crianças; arrumar os quartos; preparar o jantar; lavar as louças, aprontar as crianças para a escola, deixando tudo limpo e organizado e, por fim, cuidar de si para estar sempre jovial para receber o marido e as crianças (MALUF e MOTT, 2001). Isso desencadeou a necessidade de fragmentar o tempo. Era necessário um método que pudesse aproveitá-lo da melhor forma para que as tarefas de casa não fossem feitas de atropelo.

Além dos conteúdos, Chervel (1990) aponta o sistema docimológico, ou seja, as atividades de avaliação, como um dos componentes que constituem uma disciplina escolar e, portanto, devem ser considerados pelo historiador. Exames, provas, arguições, testes, entre outros, constituem uma variedade de formas de controlar o que está sendo ensinado e aprendido ainda que seja privilegiado, muitas vezes, o domínio quantitativo de conteúdos em detrimento da qualidade com que foram assimilados pelos discentes.

Sobre a forma avaliativa das arguições, observei que era uma prática muito comum entre os professores das décadas de 1940 e 1950, pois havia o mesmo registro nas cadernetas de outras disciplinas do mesmo período como “História do Brasil” e “Ciências Naturais”. Nesse sentido, concordo com a afirmação de Graça (2002) quando narra que o procedimento avaliativo mais utilizado nas escolas sergipanas desta época era a arguição “o que azucrinava a cabeça e esfolava os nervos dos alunos” (GRAÇA, 2002, p. 96). Alguns professores faziam seguindo a numeração da caderneta, outros pela disposição dos alunos em sala ou chamando um grupo de discentes ao birô e questionando-os individualmente.

Em 1951, o inspetor federal, Cândido Araújo dos Santos, encaminhou um ofício ao Diretor do Atheneu Sergipense solicitando algumas providências para o bom encaminhamento dos serviços de inspeção, dentre elas, cita: “é de toda conveniência uma arguição escrita geral, para toda turma, de preferência na primeira semana de cada mês, em dia previamente finalizado pelo professor, com pleno conhecimento dos alunos” (SANTOS, Cândido Araújo dos. Ofício, 1951 1183FASG1S05).

De modo geral, a média das notas das estudantes variava entre 7 e 10. Ressalvo que além de notas, foi verificado também nas cadernetas que algumas delas, embora com bom desempenho na disciplina e geralmente presentes nas aulas, também recebiam suspensão por desobediência à regulamentação interna do Atheneu Sergipense. Segundo Ato de Portaria emitido pelo próprio estabelecimento de ensino, uma das discentes de Economia Doméstica recebeu suspensão de 8 dias por ter desrespeitado a autoridade do diretor e estar escrevendo

gracejos durante a aula enquanto o docente explicava a lição (SOBRAL, Joaquim Vieira. ATO DE PORTARIA, 1946. 990FASS01).

Fundamental destacar que além das arguições havia outra forma de avaliação, a qual não é registrada pela professora na caderneta. Esse dado foi possível perceber por meio da incompatibilidade de registro de “arguições” e “notas” que estão mencionados na caderneta. Possivelmente, estas notas poderiam estar vinculadas aos exercícios, tendo em vista que a própria lei orgânica de 1942 permitir que a avaliação dos resultados em exercícios e em exames fosse obtida por meio de notas (BRASIL, art.30, 1942).

Além disso, o registro “Sugestão para confecção dos alunos” na caderneta da 4ª série “C” de 1953 (ver quadro 10), sugere que a docente realizava aquilo que era recomendado pelo programa oficial quanto aos exercícios práticos: a elaboração de projetos com a feitura de enxovais ou receitas a fim de fixar os conceitos aprendidos com os conteúdos lecionados.

Embora um vasto número de provas tenham sido incineradas nos anos de 1936-1950 conforme consta no Livro de Atas de incineração de provas escritas, gráficas e parciais do Atheneu Sergipense (Livro de incineração de papéis e documentos do Atheneu Sergipense, 1936-1950. 169 FASS01), presumo que Economia Doméstica não estivesse em meio a elas. Isso porque as provas ao serem arquivadas no Atheneu Sergipense, eram controladas por oficiais encaminhando-as, com os nomes das disciplinas e suas respectivas quantidades, mas Economia Doméstica não esteve contemplada entre essas provas.

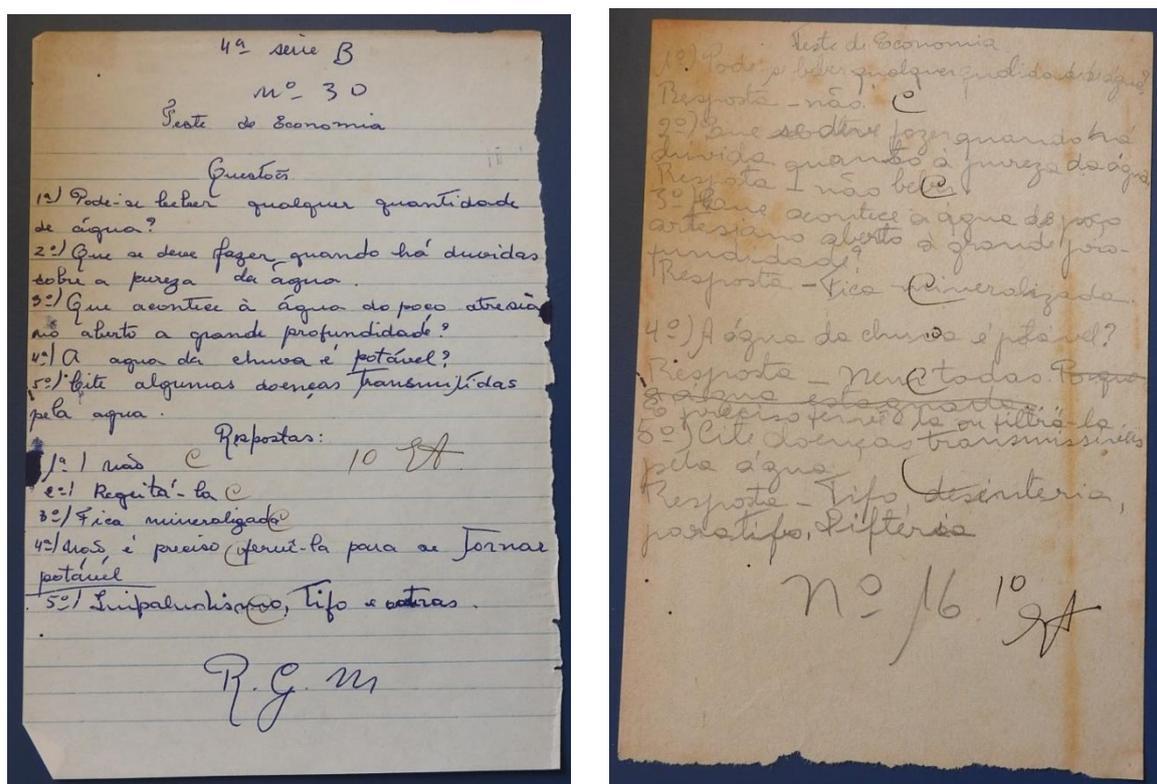
Outro dado importante está relacionado a relevância que Economia Doméstica ocupava no currículo escolar, visto que nas atas de resultados finais, que continham a média final de cada disciplina cursada no ano letivo, não constava Economia Doméstica. O mesmo ocorria nos históricos escolares solicitados por algumas alunas: não havia menção a Economia Doméstica. Foi o caso do histórico da aluna Magnoria de Nazareth Magno que estudou no Atheneu Sergipense até a 3ª série do curso Clássico. Em seu histórico são especificadas as disciplinas e suas devidas notas desde o exame de admissão até a última série cursada. No ano de 1946 e 1947 quando esta cursava a 3ª e 4ª série, respectivamente, as disciplinas mencionadas, foram: Português, Latim, Francês, Inglês, Matemática, Ciências, História do Brasil, Geografia do Brasil, Desenho e Canto orfeônico. (HISTÓRICO ESCOLAR, 1951). Ou seja, as notas dos trabalhos, provas ou arguições realizadas na disciplina Economia Doméstica só eram registradas nos diários de classe.

Sobre as provas, localizei algumas dentro de uma das cadernetas de Economia Doméstica, sem data, mas que por estarem guardadas em uma caderneta do ano 1953 e os

nomes das alunas serem exatamente aqueles que constam no referido documento, deduzo que seja referente a este período.

As alunas realizavam provas escritas com perguntas subjetivas sobre os assuntos estudados e com respostas curtas e diretas cujas características, possivelmente, remetem a um método que valorizasse a memorização.

Figura 11 - Prova Escrita de Economia Doméstica (1953)



Fonte: Provas de Economia Doméstica (1953), CEMAS (1102FASG1S04).

Nessas provas, o conteúdo abordado era água potável. Nota-se o conhecimento quanto à qualidade da água de modo a conhecer que seu mau uso poderia causar sérias doenças. Observa-se que ocorre o cuidado com fatores higiênicos em busca de uma vida saudável e como método de desviar-se de enfermidades que, provavelmente, acometiam vários indivíduos à época.

Outro destaque está nos suportes materiais utilizados para realização da prova: as folhas. Elas não são padronizadas, algumas delas apresentam linhas, e outras, não possuem. Também diferenciam-se no tamanho. Além disso, as letras não são as mesmas nas diferentes provas e ocorre o uso de lápis e caneta esferográfica na escrita dos quesitos, lembrando que

são provas de uma mesma turma. Logo, concluo que a prova era elaborada em sala, no momento combinado, com folhas retiradas dos cadernos das próprias alunas e então, a Professora ditava ou copiava no quadro as questões e as discentes as escreviam respondendo em seguida.

Graça (2002) pontua que o papel pautado era o mais utilizado nas provas que, geralmente, eram ditadas ou copiadas no quadro, mas muitos professores optavam por ditá-la para não ficarem de costas para os alunos. “Eram perguntas diretas para as respostas as mais objetivas possíveis, embora nem sempre muito curtas” (GRAÇA, 2002, p. 99).

Entretanto, em 1951 no Atheneu Sergipense as provas parciais deveriam seguir uma determinada padronização conforme consta no documento referente às instruções para provas parciais enviadas pela Inspeção Federal. Segundo a fonte, o papel deveria ser fornecido pelo próprio estabelecimento de ensino e seguir o modelo estipulado (modelo nº 15)⁶³. Quanto às questões exigia-se que fossem formuladas, no mínimo três questões dissertativas entre as 10 ou 15 que poderiam figurar na avaliação. Salientava-se que para esses tipos de perguntas, as respostas fossem breves, mas que não apelassem apenas para memorização mecânica (Ofício, 1951. 1185FASG1S05).

Nesse sentido, as provas de Economia Doméstica fugiam a esta padronização delimitada pela inspeção ao Atheneu Sergipense, mas surgiu uma indagação: se o documento afirmava que as instruções deveriam recair sobre todas as disciplinas, então por que Economia Doméstica não parecia estar inclusa nessas normas?

O questionamento mencionado me faz reiterar a perspectiva de sua menor relevância no currículo escolar frente às demais disciplinas. Além disso, é possível perceber a inserção dos princípios da Pedagogia Moderna no que tange ao meio como deveriam ser as respostas das questões dissertativas. Embora ainda aceitasse as respostas mecânicas, já havia a exigência de mudanças dessa concepção. E, mais uma vez, Economia Doméstica, ao menos na prova apresentada, destoava dessa ideia.

O que depreendo das análises realizadas pelos conteúdos das cadernetas e das provas, é que o avanço da ciência, da industrialização e da urbanização proporcionou um incentivo a educação higiênica, moral e física. E, os conhecimentos promovidos pela Economia Doméstica foram alvos dessas necessidades. Assim, seus saberes incluíam não apenas orientações e regras para a boa mãe, dona de casa e esposa, mas conseguia promover também

⁶³Esse modelo de prova não foi localizado, nem outra fonte que pudesse auxiliar na descrição do mesmo.

conhecimentos científicos, principalmente ligados à área da Biologia, com ênfase na Bacteriologia, Psicologia e Sociologia.

Os preceitos higiênicos perpassam a quase totalidade dos conteúdos, tendo na 3ª e 4ª série, de Economia Doméstica desde o ano de 1944, quando passou a funcionar efetivamente no Atheneu Sergipense, já era visível os cuidados com a higiene por meio do registro “asseio a ordem” com 3 aulas para a mesma temática, e outros registros como “higiene do lar”, “higiene da alimentação”, “higiene como base da saúde” . Como também por meio dos cuidados com o vestuário, os alimentos e os cuidados com a casa.

Graça (2002) assinala que as estudantes secundaristas neste período já usavam o cabelo na altura do cangote⁶⁴ de forma a imitar algumas estrelas do cinema americano que faziam grande sucesso. Como também havia aquelas que preferiam o cabelo grande, trançado ou arrumados em rabo-de-cavalo. Mas,

A arrumação dos cabelos funcionava como um cartão de visitas, um termômetro do asseio e beleza feminina. Nesse sentido, o problema maior não era esticá-los, cacheá-los ou amarrá-los mas, sobretudo, livrá-los dos piolhos e lêndeas, cuja maior fonte de contaminação, segundo algumas mães mais cuidadosas, eram as escolas (GRAÇA, 2002, p. 86)

A Economia Doméstica paralelamente a outras disciplinas como Educação Física possuíam um caráter utilitário e interventor, à medida que seus conhecimentos propiciavam o ensino dos preceitos higiênicos que significavam também o ensinamento de valores e não somente normas profiláticas.

Outro destaque está na quantidade de conteúdos lecionados. Em 10 cadernetas localizadas e analisadas, correspondentes ao período de 1944 a 1954, nenhuma delas apresentou o registro de todo conteúdo do programa oficial de Economia Doméstica. O que se nota é uma seleção de variados assuntos dentro das unidades propostas no programa de ensino. Presume-se que dado o extenso conteúdo proposto pelo programa oficial o mesmo não conseguia ser exequível dentro da carga horária e do ano letivo estipulado. Saliento que essa seleção nem sempre obedeceu à ordem pré-estabelecida pelo programa oficial.

Por conseguinte, as fontes analisadas revelam que a disciplina de Economia Doméstica atravessou momentos diversificados no currículo do Atheneu Sergipense. Embora sendo implantada em 1943, só teve seu funcionamento em 1944 e um programa oficial em 1946. Com um início bastante movimentado, observa-se que a disciplina vai adquirindo certa estabilidade sempre com a intervenção docente. Segundo Chervel (1990),

⁶⁴ Palavra nordestina que significa pescoço.

Os processos de instauração e de funcionamento de uma disciplina se caracterizam por sua lentidão, e por sua segurança. A estabilidade da disciplina assim constituída não é, então, como se pensa seguidamente, um efeito da rotina, do imobilismo, dos pesos e das inércias inerentes à instituição. Resulta de um amplo ajuste que pôs em comum uma experiência pedagógica considerável (CHERVEL, 1990, p. 198).

A partir do ano de 1947, a disciplina seguiu o programa oficial de Economia Doméstica apresentando mais coerência com as finalidades exigidas pela sociedade para a formação feminina.

No Atheneu Sergipense, não foi observado o registro relativo a “Serviço Social”. Assim, não posso afirmar que Economia Doméstica promoveu conhecimento para auxiliar no exercício dessa profissão. Outras fontes como jornais e o Diário Oficial do Estado de Sergipe também não divulgavam a citada profissão, não sendo, provavelmente, muito disseminada em Sergipe no período em estudo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Meu objetivo com esta pesquisa foi demonstrar a configuração da disciplina escolar Economia Doméstica no secundário Ginásial do Atheneu Sergipense. Para tanto, procurei vislumbrar o cenário socioeducacional em que a mesma se desenvolveu. Nesse sentido, verifiquei que as décadas de 1940 e 1950 do século XX, em Sergipe e no Brasil, se caracterizaram pela disseminação dos ideais republicanos pela busca do progresso da nação brasileira rumo à modernidade tendo a ciência como aporte de desenvolvimento, mas atingir tal fim indicava superar as mazelas sociais que afetavam a população brasileira.

Com esse intento, investiu-se na mudança de hábitos e comportamentos que dificultavam o avanço do país em direção à civilização. A educação aliada aos discursos médicos, higienistas, políticos e religiosos foram meios estratégicos utilizados nesse processo. E, teve na mulher, responsável pela família, seu principal desígnio. Uma mulher, porém que já começava a vivenciar as modificações advindas da então modernidade e cujas intenções a direcionava para novas possibilidades antes consentidas exclusivamente aos homens.

Apreensivos de que a modernidade pudesse modificar a função natural da mulher de modo a prejudicar as relações familiares (uma vez que era uma sociedade marcadamente patriarcal) investiu-se na ideia de aliar os conhecimentos domésticos aos científicos. Dessa forma, as mulheres poderiam colaborar para o progresso social ao passo que reforçava seu papel de mãe-esposa e dona de casa estabelecendo certos limites a sua atuação no espaço público.

A Reforma Capanema caracterizou o Ensino Secundário como um currículo humanista, nacionalista e conservador com a inclusão de disciplinas distintas para homens e mulheres. Dividido em dois ciclos – Ginásial (4 anos), Clássico ou Científico (3 anos).

Economia Doméstica foi inserida nos currículos escolares das 3ª e 4ª séries do curso Ginásial, Clássico e Científico da Reforma Capanema, sendo obrigatória apenas para o curso Ginásial a partir de 1945.

No Atheneu Sergipense a Reforma Capanema começou a ser implantada em 1943, entre as alterações promovidas pela Lei Orgânica do Ensino Secundário de 1942, cito a mudança de nomenclatura do estabelecimento que passou a se denominar Colégio de Sergipe ou Colégio Estadual de Sergipe, como também o aumento da carga horária no ensino de História e Geografia; além da inclusão de Economia Doméstica houve a de Trabalhos Manuais; a mudança de conteúdos para as provas do exame de admissão ao ensino

secundário; o ensino com classes exclusivamente femininas teve que ser dado em prédio anexo ao referido Colégio em virtude da falta de espaço e a redução no tempo de curso do ensino secundário (de 7 para 6 anos).

Embora a Reforma Capanema tenha sido implantada no ano de 1943, documentos pertencentes ao Colégio Atheneu Sergipense comprovam que a disciplina de Economia Doméstica só funcionou no ano de 1944, no curso ginásial, quando houve a abertura para o processo de seleção de professores para a citada disciplina escolar.

As primeiras docentes da disciplina ingressaram no Atheneu Sergipense por meio de uma seleção com provas escrita e didática e, por obterem a média mais alta, foram convocadas as professoras Ester de Aquino Vasconcellos e Anita Novaes Mendonça cuja biografia não conseguiu ser localizada e que assumiram a cadeira de Economia Doméstica durante o período em análise. O processo de habilitação contou com a inscrição de candidatas apenas do sexo feminino, entre elas, duas religiosas demonstrando que Economia Doméstica não era vista apenas como disciplina preparatória para “rainhas do lar”, mas também como um possível meio da Igreja Católica disseminar os valores e comportamentos que preconizava.

No fito de ter um conhecimento mais profundo sobre os conteúdos lecionados em Economia Doméstica, busquei compreender os principais conceitos que deviam estar inseridos na disciplina através da investigação de dois livros didáticos que circularam no período: *Noções de Economia Doméstica* de Isabel de Almeida Serrano (1946) e *Economia Doméstica – terceira e quarta série* de Marina G. Sampaio Souza (1954). Levando em consideração que à época ainda não havia formação em nível superior para Professores de Economia Doméstica, entendo que tais obras possam ter subsidiado, por meio de leituras, as aulas das Professoras. Pude apreender que os assuntos exprimem noções de higiene, organização, controle financeiro, saúde, condutas, conhecimentos científicos, psicológicos, sociais e estéticos considerados válidos para a educação feminina daquele dado momento histórico.

Por meio da análise dos conteúdos registrados no programa oficial da disciplina, implantado em 1946 nota-se que os saberes de Economia Doméstica incluíam não apenas orientações e regras para a boa mãe, dona de casa e esposa, mas conseguiam promover também conhecimentos científicos, principalmente ligados a área da Biologia (com ênfase na Bacteriologia), Psicologia e Sociologia.

As Professoras Anita Mendonça e Ester Vasconcellos tiveram papel preponderante na prática da Economia Doméstica. Mesmo buscando seguir o programa oficial da disciplina, a seleção realizada por elas e registrada nas cadernetas de notas recaem para um conteúdo que reforçava os valores da mulher como boas mães e donas de casa. O que não significa dizer que as alunas que estudaram os conhecimentos de Economia Doméstica no Atheneu Sergipense tenham se limitado à execução desses saberes. Uma vez que, possivelmente em menor proporção, elas tiveram acesso a noções de conhecimentos científicos em voga no período e embasamento para outras profissões, como Enfermagem, Empregada Doméstica, Professora. Não sendo verificado, no entanto, sustentáculo para o Serviço Social, pois até 1954 não houve nenhum registro sobre este conteúdo.

Inicialmente, Economia Doméstica funcionou sem um sistema avaliativo. Após a implantação do programa oficial, as alunas foram avaliadas por meio de arguições, exercícios práticos e teóricos sobre os conteúdos lecionados. Porém, no Atheneu Sergipense essas notas não chegavam a comprometer o ano letivo das meninas, tendo em vista não reprová-las.

A relevância atribuída à Economia Doméstica se comparada às outras disciplinas do período, demonstrou não ser tão significativa ao passo em que a mesma não se apresentava em histórico ou boletins escolares do Atheneu Sergipense. Como também, não se enquadrava em normas que outras disciplinas deveriam seguir.

Com a investigação da disciplina escolar Economia Doméstica no secundário ginasial do Atheneu Sergipense (1943-1954) algumas facetas ainda aguardam serem reveladas. Os motivos que levaram à sua exclusão dos currículos escolares e as transformações ocorridas com a mesma até o seu declínio pode ser um ponto a se investigar. Do mesmo modo, a realização de um estudo comparativo a respeito da configuração dos seus conteúdos com outras instituições escolares.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e Educação: a paixão pelo possível**. São Paulo: Unesp, 1998.

ALMEIDA, Júlia Lopes de. **Livros das noivas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1896. 2.ed.

ALMEIDA, Sayonara do E. Santo. Campo de Investigação da história das disciplinas escolares a partir de grupos de pesquisas brasileiros. In: **XI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação**. Porto: Portugal, 2016.

_____. **A Reforma Gustavo Capanema: vislumbrada no currículo do Atheneu Sergipense (1940-1944)**. 2009. 65fl. Monografia (Licenciatura em História). Departamento de História, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de Sergipe.

ALMEIDA, Sayonara do E. S.; FARIAS, Iara Alves de. A Disciplina Economia Doméstica no colégio Atheneu Sergipense na década de 1940. In: **V Congresso Brasileiro de História da Educação**. 2007. Disponível em:

<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/pdf/626.pdf>

ALVES, Eva Maria Siqueira. **O Atheneu Sergipense: Uma Casa de Educação Literária examinada segundo os Planos de Estudos (1870/1908)**. 2005. 306 f. (Tese de Doutorado), Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política e Sociedade, PUC/SP.

_____. O Ensino Secundário em Sergipe (1931-1961). In: DALLABRIDA, Noberto, SOUZA, Rosa Fátima de (Orgs). **Entre o ginásio de elite e o colégio popular: estudos sobre o ensino secundário no Brasil (1931-1961)**. Uberlândia: EDUFU. 2014.

ARAÚJO, Rosa Maria Barboza. **A vocação do Prazer: a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

ANTONIO, Maria Rúbia dos Santos. **A presença feminina nos estudos secundários no estado de São Paulo (1930-1947)**. 2014. 123 f. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras. UNESP/Araraquara.

BASTOS, Maria Helena Câmara. O currículo escolar como construção histórica BIANCHI, José João Pinhaços de. A educação e o tempo: Três ensaios sobre a história do currículo escolar. In: **Cadernos de História da Educação** – n.º. 4, jan./dez. 2005.

BASTOS, Maria Helena Camara; GARCIA, Tania Elisa Morales. **Leituras de Formação – Noções de Vida Doméstica (1879): Félix Ferreira Traduzindo Madame Hippeau para a Educação das Mulheres Brasileiras**. História da Educação, Pelotas, 1999. v. 3, n.5, p. 77-92.

BATISTA, Patrícia. **O ensino da disciplina escolar Educação Moral e Cívica no Atheneu Sergipense (década de 70 do século XX)**. Appris: Curitiba. 2014.

BITTENCOURT, Circe Maria F. (Org.). Livros didáticos entre textos e imagens. In: _____. **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1998. p.69-90. Coleção repensando o ensino. 3. Ed.

_____. As humanidades no ensino/André Chervel e Marie-Madeleine Compère. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 25, n. 2, jul/dez.1999 Revista Virtual da USP. P. 149-170.

_____. Disciplinas Escolares: história e pesquisa. In: OLIVEIRA; RANZI (org.). **História das Disciplinas Escolares no Brasil: contribuições para o debate**. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

BOMENY, Helena M. B. Três Decretos e um Ministério: a propósito da educação do Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/142.pdf

BONATO, Nailda Marinho da Costa. Concepções De Educação Doméstica: as Teses da I Conferência Pelo Progresso Feminino1 - 1922. In: **VII Seminário Nacional de estudos E Pesquisas: "História, Sociedade e Educação no Brasil"**. UNICAMP: Campinas, São Paulo. 2006. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario7/TRABALHOS/N/Nailda%20marinho%20da%20costa%20bonato.pdf

_____. O Fundo Federação Brasileira pelo Progresso Feminino Uma fonte múltipla para a história da educação das mulheres. In: **Revista Acervo**. Rio de Janeiro, 2003. V. 18. P.131-146. Disponível em: <file:///C:/Users/Sayonara/Downloads/189-191-1-PB.pdf>.

BOSI, Maria Lúcia Magalhães; MACHADO, Márcia Tavares. Amamentação: um resgate histórico. In: **Cadernos ESP – Escola de Saúde Pública do Ceará**. 2005. v.1.n.1. Disponível em: http://www.aleitamento.com.br/upload%5Carquivos%5Carquivo1_1688.pdf

BRAGHINI, Katya Mitsuko Zuquim. A Editora do Brasil S/A nos anos 1960-1970: a consolidação de uma editora brasileira no mercado didático e o ensino de educação moral e cívica. In: **Revista Brasileira de História da Educação**. Campinas: São Paulo. 2012. N. 3(30). p. 153-178. Disponível em: <http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/view/314>

BUENO, Wilma de Lara. Educação das Moças na Cidade de Curitiba: 1930-1947. In: BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da Historiografia**. Tradução: Nilo Odalia. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

_____. **O que é História Cultural?** Rio de Janeiro: Zahar, 2008. 2ed.

BURITI, Iranilson. **Leituras do Sensível: escritos femininos e sensibilidades médicas no Segundo Império**. Campina Grande: EDUFCEG, 2011.

CAPELATO, Maria Helena. In: PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/142.pdf Acesso em 26/08/2016.

CASSAB, Mariana. A produção em história das disciplinas escolares pela escrita de pesquisadores brasileiros. **Revista Brasileira de História da Educação**, n 23, p. 225-251, 2010.

COSTA, Rosemeire Marcedo. **Fé, Civilidade e Ilustração: as memórias de ex-alunas do Colégio Nossa Senhora de Lourdes (1903-1973)**. 2003. 112f. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Sergipe: São Cristóvão.

COSTA, Silvânia Santana, SANTOS, José Carlos. Sanar os males e ordenar os espaços urbanos: políticas médicas no governo de Eronildes de Carvalho. In: **Revista do IHGSE**. Aracaju, 2014. n.44, p. 67-86.

COSTRUBA, Deivid Aparecido. Júlia Lopes de Almeida e a literatura de o Livro das Noivas (1896). In: **Baleia na rede- estudos em arte e sociedade** (Revista online do Grupo de Pesquisa em Cinema e Literatura). 2009. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/baleianarede/article/view/1456>

CHAVES, Rubens Sabino Ribeiro. **Aracaju: pra onde você vai?** Aracaju: edição do autor, 2004.

CHERVEL, André. “História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa”. In: **Teoria & Educação**, nº. 2, 1990, p 177-229.

CHOPPIN, Alain. Pasado y Presente de Los Manuales Escolares. In: **Revista Educacion y Pedagogia**. 2001. Disponível em: <https://aprendeenlinea.udea.edu.co/revistas/index.php/revistaeyp/article/viewFile/7515/6918>

_____. O Historiador e o Livro Escolar. In: **Revista História da Educação**, Pelotas. 2002. Disponível em: [file:///C:/Users/Sayonara/Downloads/30596-118640-1-PB%20\(3\).pdf](file:///C:/Users/Sayonara/Downloads/30596-118640-1-PB%20(3).pdf)

_____. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. In: **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v30n3/a12v30n3.pdf>

CRUZ, Debora Souza. **Meretrizes e Prostíbulos: lazer e prazer no cotidiano de Aracaju durante o Estado Novo**. 2012. (Monografia). Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão.

CUNHA JUNIOR, Carlos Fernando Ferreira. **O Imperial Collegio De Pedro II e o ensino secundário da boa sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

DALLABRIDA, Norberto. A Reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do ensino secundário. **Revista Educação**. Porto Alegre, n. 2, p. 185-191, 2009.

DALLABRIDA, Noberto. SOUZA, Rosa Fátima de. “O todo-poderoso império do meio: transformações no ensino secundário entre a Reforma Francisco Campos e a primeira LDBEN. In: DALLABRIDA, Noberto. SOUZA, Rosa Fátima de. (Orgs). **Entre o ginásio de elite e o colégio popular: estudos sobre o ensino secundário no Brasil (1931-1961)**. EDUFU: Uberlândia, 2014.

DALLABRIDA, Norberto, TREVIZOLI, Dayane Mezuram, VIEIRA, Letícia. As mudanças experimentadas pela cultura escolar do Ensino Secundário devido a implementação da Reforma Capanema de 1942 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961. **Revista UDESC**. Florianópolis: UDESC/FAED/Grupo de Pesquisa Sociedade, Memória e Educação, 2013. Disponível em: <http://www.revistas.udesc.br/index.php/EnsinoMedio/article/view/4066>

DANTAS, Ibarê. **História de Sergipe República (1889-2000)**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

_____. **O tenentismo em Sergipe: (Da Revolta de 1924 a Revolução de 1930)**. 2. ed. Aracaju: J. Andrade, 1999. 295 p.

DEL PRIORE, Mary. História das Mulheres: as vozes do silêncio. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.). **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2012. 7.ed.

DIAS, Amália. **Apostolado Cívico e Trabalhadores do Ensino: história do magistério do ensino secundário no Brasil (1931-1946)**. 2008. 251 f. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense. Niterói.

DICK, Sara Martha. **As políticas públicas para o ensino secundário na Bahia no Século XIX – O Liceu Provincial. 1860 a 1890**. UFBA, 2001.

D' INCAO, Maria Ângela. Mulher e Família Burguesa. In: DEL PRIORE, Mary (Org.) **História das Mulheres**. São Paulo: Contexto, 2011. P. 223-240.

FARIAS, Iara Alves de. **Economia Doméstica no Atheneu Sergipense: uma análise da disciplina nos anos de 1944 e 1949**. 2009. (Monografia). Curso de História Licenciatura, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão.

FERREIRA, Nilce Vieira Campos. **Escola de Economia Rural Doméstica: Ensino Secundário Profissionalizante no Triângulo Mineiro (1953-1997)**. 2012. 294 f. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais.

FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. **'Vestidas de azul e branco': um estudo sobre as representações de ex-normalistas (1920-1950)**. São Cristóvão: FAP-SE, 2003. 251 p

FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno. **Educação, Trabalho e Ação Política: sergipanas no início do século XX**. 2003. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas. Campinas: SP. 2003.

GATTI JR., Décio. (1998) **Livro Didático e Ensino de História: dos anos sessenta aos nossos dias**. (Tese de Doutorado). PUC/São Paulo, 1998.

- GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: **Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História**. Trad. de Frederico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- GOIS JUNIOR, Edivaldo. **O século da higiene: uma história de intelectuais da saúde (Brasil, século XX)**. 2003. 294fl. (Tese de Doutorado em Educação Física). Universidade Gama Filho: Rio de Janeiro.
- GOIS JUNIOR, Edivaldo; LOVISOLO, Hugo Rodolfo. Descontinuidades e Continuidades do movimento Higienista no Brasil do século XX. In: **Revista Brasileira de Ciências e Esporte**. Campinas, 2003. V.25. N.1. P. 41-54. Disponível: rbce.cbce.org.br/index.php/RBCE/article/download/172/181. Acesso em: 17/4/2017.
- GOIS JUNIOR, Edivaldo; GARCIA, Alessandro Barreta. A Eugenia em periódicos da Educação Física Brasileira (1930-1940). In: **Revista de Educação Física. Universidade Estadual de Maringá**. 2011. P.247-254. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RevEducFis/article/view/9908/7649>
- GONÇALVES, Hortência de Abreu. **Manual de Monografia, Dissertação e Tese**. São Paulo: Avercamp, 2008.
- GOODSON, Ivor F. **Currículo: Teoria e História**. Trad. Atílio Bruneta. Petrópolis: Vozes, 2001. 4.ed.
- _____. **A construção social do currículo**. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação. Lisboa: Educa, 1997.
- GRAÇA, Rogério Freire. **Civilidade e Formação de Professoras: um mosaico do Ensino Normal Regional do Instituto Sagrado Coração de Jesus (Estância, 1949-1955)**. 2012. 129 f. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Tiradentes, Aracaju/SE.
- GRAÇA, Tereza Cristina Cerqueira da. **Pés-de-anjo e Letreiros de Neon: Ginásianos na Aracaju dos anos dourados**. Editora UFS: São Cristóvão, 2002.
- GUARANÁ, Armindo. **Dicionário biobibliográfico sergipano**. Rio de Janeiro: Pongetti. 1925.
- GUIMARÃES, Danielle Virginie. **Do ponto à forma: a disciplina desenho no Atheneu Sergipense (1905-1930)**. 2012. 143f. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Sergipe: São Cristóvão.
- Haidar, Maria de Lourdes. **O ensino secundário no Império brasileiro**. São Paulo: Edusp, 2008.
- HILSDORF, Maria Lucia Spedo. **História da Educação Brasileira: leituras**. Pioneira Thomson Learning: São Paulo, 2003. p. 71-87.
- HORTA, José Silvério Baia. **O Hino, O sermão e a ordem do dia; regime autoritário e a educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994

JULIA, D. A cultura escolar como objeto histórico. In: **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, n. 1, p. 9-44, 2001.

LACERDA, Elizabete Silva de. **Discursos sobre a educação do corpo feminino na imprensa sergipana no início do século XX**. 2015. 119 f. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Sergipe: São Cristóvão.

LEAL, Rita de Cássia Dias. **O primeiro Jardim de infância de Sergipe**: contribuição ao estudo da Educação Infantil (1932-1942). 2004. 112f. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Sergipe: São Cristóvão.

LE GOFF, Jean Jacques. **História e Memória**. São Paulo: Editora da Unicamp, 2003.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, Mary Del. **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo, Contexto: 2013.

MACHADO, Manuel Cabral. **Brava Gente Sergipana e outros bravos**. Aracaju, 1998.

_____. Professor Joaquim Vieira Sobral e seu mecenato estudantil. In: **Jornal da Cidade**, 2008.

MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do Mundo Feminino. In: **História da Vida Privada no Brasil República**: da Belle Epoque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. v.3.

MANGUEIRA, Francisco Igor de Oliveira. **Collegio Tobias Barreto**: escola ou quartel? (1909-1946). 2003. 151 f. (Dissertação de Mestrado). Núcleo de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Sergipe: São Cristóvão.

MANSANERA, Adriano Rodrigues; SILVA, Lúcia Cecília da. **A influência das idéias higienistas no desenvolvimento da psicologia no Brasil**. 2000. V.5, N.1, p.115-137. Disponível em: http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:http://www.scielo.br/pdf/pe/v5n1/v5n1a08.pdf&gws_rd=cr&ei=yzfxWI2nFYSkwgSDj6PICw Acesso em: 14/4/2017.

MARTINS, Marcos Roberto. **Co-educação, cultura escolar e seus limites**: Ginásio Barão de Antonina (1942-1952). 2009. 94fl. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade do Estado de Santa Catarina: Florianópolis.

MENDONÇA, José Antonio Nunes. **A Educação em Sergipe**. Aracaju, Livraria Regina, 1958.

MENEZES, Antonio Basilio Noavaes Thomaz de. A presença do Higienismo no Discurso Educacional Potiguar. In: **Artifícios** – Revista do Difere, 2013. v.8 n.5 Disponível em: <http://www.artificios.ufpa.br/Artigos/Artigo%20Antonio%20Bas%20C3%ADlio.pdf>

- MENEZES, Hermeson Alves de. **Do ponto ao traço: projeto editorial e aprendizagem nos livros didáticos de História de Sergipe (1973-2007)**. 2011. 63 f. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão.
- MELINS, Murillo. **Aracaju Romântica que vi e vivi**. Aracaju: NORGRAF, 2001.
- MONTI, Ednaro Monteiro Gonzaga do. **Polifonias Políticas, Identitárias e Pedagógicas: Villa-Lobos no Instituto de Educação do Rio de Janeiro na Era Vargas**. 2015. 291f. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- MUNAKATA, Kazumi. O livro didático: alguns temas de pesquisas. In: **Revista Brasileira de História da Educação**. Campinas: São Paulo, 2012. v. 12. p. 179-197.
- NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. O ensino Secundário em Sergipe, as reformas educacionais (1931-1961) e o Instituto de Educação Rui Barbosa. In: DALLABRIDA, Noberto, SOUZA, Rosa Fátima de (Orgs). **Entre o ginásio de elite e o colégio popular: estudos sobre o ensino secundário no Brasil (1931-1961)**. Uberlândia: EDUFU. 2014.
- NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. **Memórias do Aprendizado: 80 anos de ensino agrícola em Sergipe**. Edições Catavento: Maceio/AL, 2004.
- NUNES, Clarice e CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Historiografia da educação e fontes. In: **Cadernos ANPED**. Belo Horizonte: 1993 (5). p. 7-64.
- NUNES, Clarice. História da Educação: espaço de desejo. In: **Revista em Aberto**, Brasília, v.9, nº47, p.37-45, julh e set. 1990.
- NUNES, Clarice. O “velho” e “bom” ensino secundário: momentos decisivos. In: **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, 2000. n. 14 mai-ago. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782000000200004
- NUNES, Maria Thetis. **Centenário do Nascimento do professor Joaquim Vieira Sobral**, 1995.
- OLIVEIRA, Ana Carla Menezes de. **A trajetória histórica da formação em Economia Doméstica na escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão (1952-1967)**. 2013. 115 f. (Dissertação de Mestrado). Núcleo de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão/Sergipe.
- OLIVEIRA, João Paulo Gama; TELES, Igor. Pereira. A Presença Feminina nos Exames de Preparatórios no final do século XIX. In: **IV Congresso Brasileiro de História da Educação - A Educação e seus Sujeitos na História**, 2006, Goiânia - Goiás. IV Congresso Brasileiro de História da Educação - A Educação e seus Sujeitos na História. Goiás: UCG, 2006.
- OLIVEIRA, João Paulo Gama. **Caminhos Cruzados: itinerários de pioneiros professores do Ensino Superior em Sergipe (1915-1954)**. 2016. 319fl. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão.

OLIVEIRA, Stella Sanches de. **Implantação e Organização do Curso Ginásial no Sul do Mato Grosso**: expressões de um projeto de modernização (1917-1942). 2014. 282 f. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande/Mato Grosso do Sul.

PERROT, Michelle. **Minha História das Mulheres**. Trad. de Ângela M. S. Corrêa. Contexto: São Paulo, 2015.

PESSANHA, Eurize Caldas; DANIEL, Maria Emília Borges; MENEGAZZO, M. A. Da história das disciplinas escolares à história da cultura escolar: uma trajetória de pesquisa. **Revista Brasileira de Educação** v. n. 27 p. 25-46. 2004.

PESANHA, Eurize Caldas. **A História das disciplinas escolares armazenadas nos arquivos das escolas**.

Disponível em:

http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe6/anais_vi_cbhe/conteudo/file/969.pdf Acesso em 08/06/2015.

PESSANHA, Eurize, BRITO, Silvia Helena Andrade de. Ensino Secundário ou Educação Secundária? Controvérsias e Singularidades na Escrita de sua História. In: **Série-Estudos** – Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB. Campo Grande: MS. 2014.

Disponível em:

<http://www.serie-estudos.ucdb.br/index.php/serie-estudos/article/view/750/658> Acesso em: 28/04/2016.

PIMENTEL, Carmen Regina de Carvalho. **Instruir e educar: práticas de formação no Colégio 'Jackson de Figueiredo' (1938-1980)**. 2014. 213f. (Dissertação Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Sergipe: São Cristóvão.

PINSKY, Carla Bassanezi. As mulheres dos anos dourados. In: DEL PRIORE, E. M. (org.). PINSKY, Carla B. (coord.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2007, p. 607-639.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. Fundação Perseu Abramo: São Paulo, 2003.

PINTO, Neuza Bertoni. História das disciplinas escolares: reflexão sobre aspectos teóricos-metodológicos de uma prática historiográfica. **Revista Diálogo**, n.41, p. 125-142, 2014

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil, 1890-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. Trabalho feminino e sexualidade. In: DEL PRIORE, Mary (Org.) **História das Mulheres**. São Paulo: Contexto, 2011. P. 578-606.

RODRIGUES, Rosane Nunes. A escolarização dos saberes domésticos e as múltiplas representações de feminino – Rio de Janeiro (1920 e 1930). In: VIDAL, Diana Gonçalves

(org.). **Educação e Reforma: O Rio de Janeiro nos anos 1920-1930**. Belo Horizonte: Argymentvm, 2008.

RODRIGUES, Simone Paixão. **Com a palavra, os alunos: associativismo discente no grêmio literário Clodomir Silva (1934-1956)**. 2015. 337 f. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão/Sergipe.

ROMANELLI, Otaíza O. **História da Educação no Brasil (1930-1973)**. Petrópolis: Vozes, 2007. 31. Ed.

SCHWARTZAMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet.; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema**. São Paulo: Paz e Terra/FGV, 2000. 2.ed.

SANTANA, Antônio Samarone de. **Dicionário Biográfico de Médicos de Sergipe: séculos XIX e XX**. Antônio Samarone de Santana, Lúcio Antônio Prado Dias, Petrônio Andrade Gomes. Aracaju: Academia Sergipana de Medicina, 2009. 256p. Disponível em: <http://linux.alfamaweb.com.br/asm/dicionariomedico/dicionario.php?id=31911> Acesso em: 10/12/2016.

SANTANA, Antonio Samarone. **As Febres do Aracaju: dos miasmas aos micróbios**. Aracaju: o autor. 2001.

SANTOS, Elias Souza dos. **Educação Musical escolar em Sergipe: uma análise das práticas da disciplina Canto Orfeônico na Escola Normal de Aracaju (1934-1971)**. 2012. 274f. (Dissertação de Mestrado). História da Educação e Historiografia. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo/ São Paulo.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. **Ecos na Modernidade: a arquitetura dos grupos escolares sergipanos (1911-1926)**. São Cristóvão: UFS, 2013.

SANTOS, Linet de Sá. **Mulher mato-grossense na Era Vargas: educação e representações**. 2014. 91f. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá: Mato Grosso.

SANTOS, Tainã Maria Pinheiro dos. **Os Trabalhos Manuais no Anuário do Ensino do Estado de São Paulo e na Revista de Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo (1902-1920)**. 2014. 64 fl. (Dissertação de Mestrado). Programa de Educação: História, Política, Sociedade. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

SERRANO, Isabel de Almeida. **Noções de Economia Doméstica**. Companhia Editora Nacional: São Paulo, 1946.

_____. **Memórias da Fazenda da Serra (1857-1987)**. Vitória, 2009.

Disponível em :

<http://www.recuperandohistorias.com.br/livros/memoriasfazendaserra/memoriasfazendaserra.pdf> > Acesso em: 20/03/2016.

SILVA, V. B. Lei Estadual n. 30, de 4 de dezembro de 1947. Aracaju, 1947.

- SIMILI, Ivana Guilherme. **Mulher e política: a trajetória da primeira-dama Darcy Vargas (1930-1945)**. São Paulo: UNESP, 2008.
- SOARES, Jefferson da Costa. Os professores do Colégio Pedro II: categorias, trajetórias e aspectos identitários (1925-1945). In: Revista Brasileira de História da Educação. Maringá: Paraná. 2015. Disponível em: <file:///C:/Users/Sayonara/Downloads/840-2589-1-PB.pdf>
- SOBRAL, Neide Maria. **José Augusto da Rocha Lima: uma biografia**. Editora UFS: São Cristóvão, 2010.
- SOUSA, Antonio Lindvaldo. O discurso da Modernização de Aracaju e as Epidemias nas primeiras décadas do século XX. In: **Ponta de Lança: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura**. 2011. Disponível em: <http://www.seer.ufs.br/index.php/pontadelanca/article/view/3078>> Acesso em: 30/7/2016.
- SOUZA JÚNIOR, Marcílio; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. História das disciplinas escolares e história da educação: algumas reflexões. **Revista Educação e Pesquisa**: São Paulo, n. 3, p.391-408, 2005.
- SOUZA, Marina G. Sampaio. **Economia Doméstica – Terceira e Quarta Séries**. Editora do Brasil S/A: São Paulo, 1957. 5. Ed.
- SOUZA, Renilfran Cardoso de. “Eis as minhas jóias, eis as minhas únicas obras”: Ofenísia Soares Freire na Academia Sergipana de Letras (1980-2007). **IX Colóquio Internacional “Educação e Contemporaneidade”**. 2015.
- SOUZA, Terezinha Oliva de. **Impasses do Federalismo Brasileiro: Sergipe e a Revolta de Fausto Cardoso**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- SOUZA, Kátia Viana de. **A disciplina Economia Doméstica e a Formação Feminina no Instituto de Educação Ruy Barbosa (1960-1970)**. 2015. 97 f. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Tiradentes, Aracaju/Sergipe.
- SOUZA, Rosa Fátima de. **História da Organização do trabalho escolar e do currículo no século XX: ensino primário e secundário no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2008.
- SOUZA, Suely Cristina Silva. **Uma história da disciplina matemática no Atheneu Sergipense durante a ação da reforma Francisco Campos (1938-1943)**. 2011. 220f. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão/Sergipe.
- TOLEDO, Maria Rita de Almeida. **Coleção atualidades pedagógicas: do projeto político ao projeto editorial(1931-1981)**. (Tese de Doutorado). 2001. São Paulo, PUC.
- TOME, Dyeinne Cristina. **Modas e Modos Domésticos: os manuais de instruções femininos e a educação da mulher – décadas de 1950 e 1960**. 2013. 145f. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá. Maringá.

VALENÇA, Cristina de Almeida. **Civilizar, Regenerar e Higienizar: a difusão dos ideais da Pedagogia Moderna por Helvécio de Andrade 1911-1935**. 2006. 251 f. (Dissertação de Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão.

VECHIA, Ariclê; LORENZ, Karl Michael. **Programa de Ensino da Escola Secundária Brasileira: 1850-1951**. Curitiba: Edição do Autor, 1998.

VIDAL, Diana Gonçalves. No interior da sala de aula: ensaio sobre cultura e prática escolares. In: Currículo sem Fronteiras, 2009.

Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol9iss1articles/2-vidal.pdf> Acesso em 23/04/2016.

VIDAL, Diana Gonçalves; FARIA FILHO, Luciano Mendes. **As lentes da história: estudos de história e historiografia da educação no Brasil**. São Paulo: Autores Associados, 2005.

VIÑAO, Antonio. História das disciplinas escolares. In: **Revista Brasileira de História da Educação**. Campinas: Autores Associados; Sociedade Brasileira de História da Educação. setembro/dezembro, 2008. N. 18 p.173-215.

_____. Historia de la educación e historia cultural: posibilidades, problemas, cuestiones. In: Revista Brasileira de Educação nº 0. set/dez. ANPED. 1995.

_____; ESCOLANO, A. **Currículo, espaço e subjetividade a arquitetura como programa**. Trad. Alfredo Veiga-Neto. Rio de Janeiro: DP&A. 2001.

VILHENA, Cynthia Pereira de Sousa. Práticas eugênicas, medicina social e família no Brasil republicano. In: **Revista Faculdade Educação**. 1993. São Paulo. v. 19. n. 1. p. 79-96. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rfe/article/viewFile/33513/36251> Acesso em: 9/9/2016

_____. A família na Doutrina Social da Igreja e na Política Social do Estado Novo. In: **Psicologia**, São Paulo: USP. 1992. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicosp/v3n1-2/a05v3n12.pdf> Acesso em: 9/9/2016.

VIVIANI, Maria Luciana. A Biologia Educacional: exercitação e propostas inovadoras em um periódico educacional paulista (1938-1941). In: **Revista Brasileira de História da Educação**. Maringá: Paraná, 2015. v.15. p. 269-300.

FONTES

- 1- Documentação do Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense (CEMAS) – Aracaju/SE

- CEMAS, Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense. Boletim Anual (1943). Ref. 45FASS03.
- CEMAS, Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense. Cadernetas de Economia Doméstica das 3ª e 4ª séries (1944-1947). Ref. 290FASS04.
- CEMAS, Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense. Cadernetas de Trabalhos Manuais (1944-1947). Ref. 262FASS04.
- CEMAS, Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense. Certificados de Exames de Admissão (1934-1946). Ref. 428FASS06.
- CEMAS, Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense. Livro de Contrato de Funcionários. (1941-1942). Ref. 329FASS09.
- CEMAS, Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense. Livro de Ponto do Departamento Feminino (1944-1945). Ref. 427FASS08.
- CEMAS, Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense. Livro de Cópias de Ofícios Expedidos. (1940). Ref. 49FASS05.
- CEMAS, Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense. Livro de Matrículas. (1937-1944). Ref. 208FASS10.
- CEMAS, Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense. Livro de Registro de Títulos. (1941-1947). Ref. 402FASS09.
- CEMAS, Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense. Livro com o quadro de funcionários docentes, disciplinas e séries (1926-1953). 480FASS09.
- CEMAS, Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense. Recortes de Jornais. (Décadas de 1930). 419FASS07.

2- Legislações

- BRASIL, Decreto n. 19.890, de 18 de abril de 1931. Dispõe sobre a organização do Ensino Secundário.
- BRASIL, Decreto n. 20.630, de 9 de novembro de 1931. Modifica as condições para registro provisório de professores e dá outras providências.
- BRASIL. Decreto-lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942. Lei Orgânica do Ensino Secundário.
- BRASIL, Decreto-lei 8.347, de 10 de dezembro de 1945. Que altera alguns artigos da Lei Orgânica do Ensino Secundário.
- BRASIL, Decreto-lei 8.530, de 2 de janeiro de 1946. Lei Orgânica do Ensino Normal.
- BRASIL, Decreto-lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1946. Lei Orgânica do Ensino Agrícola.

CAPANEMA, Gustavo. Exposição dos motivos que acompanha o Decreto-Lei nº 4.244, 1942.

3- Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE)

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SERGIPE. Aracaju/SE. Abril-Jun de 1942.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SERGIPE. Aracaju/SE. Julh – Set de 1942.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SERGIPE. Aracaju/SE. Jan-Mar de 1943.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SERGIPE. Aracaju/SE. Jan-Mar 1944

JORNAL CORREIO DE ARACAJU, 1943-1945

JORNAL FOLHA DA MANHÃ, 1944-1948

ANEXO – Nomes das alunas do Atheneu Sergipense registrados nas cadernetas de Economia Doméstica do Curso Ginásial, localizadas no período de 1944-1954.

3ª Série “B” – 1944 – Ester Vasconcellos

- | | |
|--|----------------------------------|
| 1. Maria José Barreto Santos | 17. Nóclia Teles de Melo |
| 2. Maria de Lourdes Nascimento | 18. Noemi de Meneses Santos |
| 3. Maria José Dória dos Santos | 19. Neuza de Carvalho Costa |
| 4. Maria Laurita Barreto | 20. Neusa Pessoa Ludovice |
| 5. Maria Letícia Sobral | 21. Neyde Marques |
| 6. Maria Lucia Passos Monteiro | 22. Olga Freire Padro |
| 7. Maria Lúcia Ramos | 23. Rosa Maria Dantas |
| 8. Maria de Lourdes Pina Mendonça | 24. Ruth Costa Dias |
| 9. Maria de Lourdes Rolemberg da Cruz | 25. Stela Freire Padro |
| 10. Maria Lúcia Santos | 26. Talita Alves de Carvalho |
| 11. Maria Magdalena Vieira Pinto (transferida) | 27. Tereza Pereira Bastos |
| 12. Maria Mendonça Sampaio | 28. Terezinha Brito Bonfim |
| 13. Maria Noela de Araújo Pinto | 29. Terezinha Corrêa Cerqueira |
| 14. Maria Odete Barbosa Santos | 30. Valdice Mendonça |
| 15. Maria de Lourdes Pessoa Ludovice | 31. Valdice dos Santos Ferreira |
| 16. Marita Santos | 32. Walquíria Tobias da Silva |
| | 33. Zulnara Silva Freire |
| | 34. Zoraide Corrêa Silva |
| | 35. Maria Anete Meneses Oliveira |

4ª Série “B” – 1945 – Anita Mendonça

1. Alaide Alves de Oliveira
2. Cleone Meneses
3. Margarida Fontes Sealva
4. Maria Andrade
5. Maria do Carmo Oliveira
6. Maria José Dória dos Santos
7. Maria Laurita Barreto
8. Maria Lúcia Ramos
9. Maria Mendonça Sampaio
10. Marita Santos
11. Neide Marques
12. Noeme de Meneses Santos
13. Samira Abud
14. Talita Alves de Carvalho
15. Valdice dos Santos Ferreira
16. Walquíria Tobias da Silva

3 Série “E” – 1946 – Anita Mendonça

1. Maria Lúcia Carvalho
2. Maria Lúcia Pacheco Leal
3. Maria Lúcia de Oliveira Mota
4. Maria de Lourdes Lima
5. Maria de Lourdes Rezende
6. Maria Moclea Mota
7. Maria Oscarilha Tavares Andrade
8. Maria Rute Menêses
9. Maria Stela Soares Barreto
10. Miraci Leite Barreto
11. Nair Teles de Melo
12. Nalva Curvêlo Pereira
13. Neuza Freire Curvelo
14. Nivalda Maria dos Santos
15. Núbia Cardoso
16. Núbia de Melo e Leite
17. Olga Batista de Andrade
18. Railda Dias Gois
19. Raflésia Lima da Silva
20. Risoleta Meneses Melo
21. Terezinha Alvares de Azevedo
22. Terezinha Faro
23. Terezinha Hardman Mota
24. Valdete Lizino da Rocha
(eliminada)
25. Valquíria de Santana
26. Yara Torres de Sousa
27. Yolanda de Andrade Cruz
28. Yvanete Correia
29. Zelinah Magno Ximenes

4ª Série “C” – 1946 – Anita Mendonça

1. Lourdes Morais de Oliveira
2. Luisa de Aguiar
3. Luzia Augusta de Macêdo Rocha
4. Magna Maria Mutti Prereira
5. Magnólia de Menezes
6. Maria de Cardoso Soares
7. Maria Auxiliadora Prudente
8. Maria Elce de Melo
9. Maria Hilda Santos

10. Maria Janaina Cesar dos Santos
11. Maria Júlia Miranda de Oliveira
12. Maria José Barreto Santos
13. Maria José Dantas
14. Maria José dos Santos
15. Maria Leuí Rolemberg Barreto
16. Maria de Lourdes Nascimento
17. Maria Lúcia Ramos
18. Maria Luiza Tavares Dantas
19. Maria Noela de Araujo Pinto
20. Maria Noruéclia Rosa Santos
21. Maria Raimunda da Silva
22. Maria Tertuliana de Oliveira
23. Maria Terezinha Gomes da Cunha
24. Maria Valdez de Borges
25. Nalda Xavier de Oliveira
26. Nivalda Albuquerque Silva
27. Noruéclia Alves Santos
28. Olga Freire Prado
29. Raimunda Ribeiro da Silveira
30. Rosa Alves da Silva
31. Stela Freire Prado
32. Silvia Felizola Soares
33. Teresa Cardoso da Silva
34. Teresa Pereira Bastos
35. Teresinha Brito Mendonça
36. Vânia de Barros Mendonça
37. Yara Zickler da Costa e Silva
38. Zélia Monteiro Barbosa
39. Zoraide Correia Silva

3ª Série “C” – 1947 – Anita Mendonça

1. Ocilene Fontes de Souza
2. Odelina Bragv de Souza Velho
(transferida)
3. Ana de Assis Oliveira
4. Ana Maria Correia de Siqueira
5. Antônia Maria da Cruz
6. Arabela Alves de Oliveira
7. Amanci Jouranes Dias
8. Arminda Caxias Bondoso Bastos
9. Auta Maria Barroso de Azevedo
10. Creuza Correia

11. Dira Brandão de Oliveira
12. Elemira Pinto Montalvão
13. Eleonor Silveira Mota
14. Elvira de Oliveira Brasil
15. Elza Menezes Ribeiro
16. Evani Nascimento Alves
17. Ezieda Cruz
18. Eanide Ávila Melo
19. Gedalva Brito Fernandes
20. Gildete dos Santos
21. Helena Melo Martins
22. Iecia Teles Menezes
23. Iolanda Lucas de Assis
24. Irinéia Maria Lacinda Mota
25. Isabel Hardman Mota
26. Ivanete Espírito Santo Prado
27. Ivanete Santos Lisboa
28. Ivanete Costa Pinto
29. Janete Andrade de Oliveira
30. Joanita Miestein
31. Josefina Lima Santana
32. Jovita Maria dos Santos
33. Laura Lisboa Mota
34. Leda Maria Barreto de Mendonça
35. Lêda Dantas

4ª Série “D” – 1947 – Anita Mendonça

1. Lindinalva de Jesus
2. Lucila de Oliveira Morais
3. Luizete Dantas de Santana
4. Magnólia de Nazareth Magno
5. Maria Acy Melo Cardoso
6. Maria Amília Barreto de Rezende
7. Maria Aparecida de Aguiar Cruz
8. Maria Conceição Cardoso Ribeiro
9. Maria do Carmo Santos
10. Maria Eliza de Santana
11. Maria Piedade da Rocha
12. Maria José Agnelo
13. Maria Lígia de Oliveira
14. Maria Lúcia Pacheco Leal
15. Maria Lúcia de Oliveira Matos
16. Maria Lúcia Viana de Assis

17. Nalva Curvelo Pereira
18. Nivalda Albuquerque Silva
19. Nivalda Maria Santos
20. Núbia Cardoso
21. Núbia de Melo e leite
22. Olga Barreto
23. Raflesia Lima da Silva
24. Risoleta Menezes Melo
25. Terezinha Hardman Mota
26. Yona Torres de Souza
27. Yolanda de Andrade Cruz
28. Zelynah Magno Ximenes

4ª Série “D” – 1948 – Anita Mendonça

1. Maria Rinalva Souza (transferida)
2. Maria Santana (falecida)
3. Maria Terezinha Teles
4. Milza Menezes
5. Marta Maria Mutti Pereira
6. Maura de Melo Leite
7. Nanci Freire Curvelo
8. Neusa D’Ávila Melo (saiu)
9. Nivalda Maria Santos
10. Odete Gomes de Araújo
11. Passidania Maria da Rocha Santos
12. Raimunda Harolman Mota
13. Reginalda Siqueira Sá
14. Ruth Curvelo Pereira
15. Ruth Meneses Santos
16. Silvia Pinto Baião
17. Terezinha Alves de Azevedo
18. Terezinha de Lima Oliveira
19. Terezinha de Jesus Santana
20. Terezinha Teles de Azevedo (saiu)
21. Vandete Lourdes Menezes
22. Vera Tavares Batista de Jesus
23. Yolanda de Andrade Cruz
24. Yvonete Correia
25. Yvone de Oliveira Lobão
26. Vilma Santana
27. Zailde Alves dos Santos
28. Zelinah Magna Ximenes
29. Zenóide Fraga Lima (saiu)

30. Zulnara Rodrigues de Oliveira

3ª Série “D” – 1949 – Ester Vasconcellos

1. Maria Auxiliadora Leite França
2. Maria Cecília dos Santos
3. Maria Elizabeth Ferreira Lima
4. Maria Eufrásia Felizola Tajal
5. Maria Freire da Silva
6. Maria da Glória Leite Sampaio
7. Maria Geralda Hardman Araújo
8. Maria Helena Abud
9. Maria Helena de Oliveira
10. Maria José de Oliveira
11. Maria Leda da Silva
12. Maria Lúcia Cardoso
13. Maria Lúcia Farias Pimentel
14. Maria Lúcia Viera
15. Maria das Mercês de Lima Gama
16. Maria Núbia Lima
17. Maria Núbia de Moraes
18. Maria Odete Santos
19. Maria Rute Maciel Barreto
20. Maria dos Santos Lima
21. Maria Tavares dos Santos
22. Marília Franco Monteiro
23. Nair Maria do Nascimento
24. Neide Neri de Moraes (não há nada registrado para esta aluna)
25. Nildete de Almeida Cunha
26. Núbia de Menezes Santos
27. Tereza Maria do Prado Sobral
28. Tereza Reis Muniz
29. Terezinha de Jesus Fonseca Pereira
30. Vilma Alves Mota

4ª Série “C” – 1953 – Ester Vasconcellos

1. Devanice Bastos de Araújo
2. Gláucia Bastos de Araújo
3. Jussara Rezende Leite
4. Maria Auxiliadora Ramos Vieira
5. Maria Ivone de Melo Fontes
6. Virgínia Rezende Bezerra

4ª Série “B” – 1953 – Ester Vasconcellos

1. Amandete Santiago Leão
2. Arly Silva e Lisboa
3. Ary Silva e Lisboa
4. Carmelita dos Santos
5. Célia Viana de Assis
6. Gildete Francisca Santos
7. Idelacy Epaminondas da Silva
8. Iracema da Silva Menezes
9. Janira Alves Lemos
10. Josefina Iralva de Cerqueira
11. Laudicéia Santos Pereira
12. Léa Maria Santos Mendonça
13. Letícia Nunes Café
14. Lisete da Silva
15. Margarida Maria Mutti Pereira
16. Maria Aparecida Prata Fraga Lima
17. Maria Cândida Sampaio
18. Maria Carmen Teles Chagas
19. Maria do Carmo Mendes de Oliveira
20. Maria Carolina Santos
21. Maria José de Menezes
22. Maria Luiza de Santana Andrade
23. Maria Raimunda Farias
24. Maria Renildes Matos Andrade
25. Maria Célia Lira de Gusmão (transferida)
26. Marilena Rabelo Barreto
27. Martha Franco Monteiro
28. Noga de Almeida Ribeiro
29. Rita de Cássia Santan Andrade
30. Ruth Gomes de Maria
31. Vilma Menezes Santana
32. Wanda Maria Tobias da Silva
33. Wonda Rolemberg de Andrade